



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

E D I T A L

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

(Contratação com utilização de DGBM – Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação)

(Há obrigatoriedade de subcontratação de ME/EPP, caso a vencedora opte por subcontratar)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 752, de 2025, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.010217/2024-57, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **contratação de serviços contínuos e sob demanda referentes à manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas e equipamentos de marcenaria e serralheria do Complexo Arquitetônico do Senado Federal (inclusive Residências Oficiais) e áreas comuns do Congresso Nacional, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal.

DATA: 21/03/2025

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09H30

SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio eletrônico



SENADO FEDERAL

oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

CAPÍTULO I- DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para **a contratação de serviços contínuos e sob demanda referentes à manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas e equipamentos de marcenaria e serralheria do Complexo Arquitetônico do Senado Federal (inclusive Residências Oficiais) e áreas comuns do Congresso Nacional, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços**, de acordo com as quantidades, periodicidade, especificações, obrigações e demais condições deste edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e/ou CATMAT e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.2.1. Considerando que os serviços objeto da presente licitação demandam dedicação exclusiva de mão de obra que pressupõe a subordinação, pessoalidade e habitualidade por parte dos empregados a serem contratados em relação à futura prestadora do serviço e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 12.690/2012, bem como o entendimento do Tribunal de Contas da União consubstanciado no enunciado da Súmula nº 281 e no Acórdão nº 610/2021-Plenário, não será admitida a participação neste certame de cooperativas de mão de obra.



SENADO FEDERAL

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

2.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5. A consulta às bases de dados elencadas no item 2.4 será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário.



SENADO FEDERAL

2.6. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo e referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.7. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

CAPÍTULO III -- DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITOS EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO - DGBM

3.1. Esta contratação adotará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, 1/3 constitucional de férias, 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários, da multa sobre FGTS, e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da Contratada nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 11, de 2017 (Anexo 12).

3.1.1. As verbas mencionadas no item 3.1 serão deduzidas do valor mensal a ser pago pelo SENADO, mensalmente, à Contratada.

3.1.2. A última fatura apresentada pela Contratada relativa ao contrato a ser firmado será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no item 3.1.

3.1.3. Os depósitos de que trata o item 3.1 serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

3.1.4. As quantias que serão retidas para o atendimento deste Capítulo serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da Contratada.

3.1.4.1. Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à Contratada após a comprovação dos respectivos pagamentos.

3.1.4.2. O percentual a ser retido relativamente à rubrica “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado” da planilha de custos e formação de preços da proposta da Contratada será fixo e corresponderá a 3,82% (três inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) da remuneração do empregado.

3.1.5. A retenção prevista no item 3.1, bem como a sua liberação à contratada, dar-se-á de acordo com o previsto no Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017 – Anexo 12.

3.2. A celebração do contrato será realizada antes dos seguintes atos:

3.2.1. Solicitação do Senado Federal à Instituição Financeira, mediante ofício, de implementação de DGBM;



SENADO FEDERAL

3.2.2. A assinatura, pela empresa a ser contratada, do ato da regularização do DGBM perante a Instituição Financeira, a qual implicará expressa outorga de poderes ao Senado Federal para:

3.2.2.1. ter acesso aos saldos e aos extratos;

3.2.2.2. efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias e de penalidades administrativas.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o preço total de cada item**, observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, expressos em algarismo arábico, na moeda corrente nacional, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto do contrato, em especial observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e o Acordo Coletivo de Trabalho ou a Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos do item 11.1.1.1.a.1.

4.2.1. Entende-se por preço total aquele referente aos 30 (trinta) meses de vigência contratual, para cada um dos itens constantes do Anexo 1 (Termo de Referência Resumido).

4.3. O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta.

4.4. As especificações dos serviços e insumos constantes no Subanexo 2B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital deverão ser rigorosamente observadas pelas empresas licitantes para a formação da proposta comercial.

4.5. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.5.1. de condições de participação:

4.5.1.1. sobre ciência do edital;

4.5.1.2. sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.5.2. para fins de habilitação:

4.5.2.1. sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

4.5.2.2. sobre inexistência de impedimento à habilitação;



SENADO FEDERAL

4.5.2.3. sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

4.5.2.4. sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.5.2.5. sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.5.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

4.5.3.1. sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

4.5.3.2. sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.6. A licitante que seja beneficiada pela desoneração tributária prevista na Lei nº 12.546/2011, incluindo suas alterações posteriores, deverá observar os valores máximos aceitáveis específicos para empresas com desoneração, constantes dos Anexos 1 e 6 deste edital.

4.6.1. Considerando a propositura de ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei nº 14.784/2023, que estendeu até 31 de dezembro de 2027 os prazos para opção pelo regime tributário de desoneração da folha de pagamento previsto na Lei nº 12.546/2011, e o disposto na Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, que definiu um regime de transição para a contribuição substitutiva prevista na Lei nº 12.546/2011, a licitante beneficiada por esse regime tributário diferenciado deverá certificar-se da plena eficácia das normas por ocasião da elaboração da planilha de custo e da apresentação de sua proposta, especialmente em razão de decisões vigentes ou futuras prolatadas pelo STF na ADI 7633 ou em outra ação pertinente à matéria.

4.6.2. A manutenção de proposta cadastrada que contemple o cálculo da contribuição previdenciária patronal incidente sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento, em desconformidade com a legislação vigente ou com o teor das decisões exaradas pelo STF na ADI 7633, após a abertura da sessão pública deste pregão, implicará na desclassificação da proposta durante a fase de julgamento, mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos.

4.7. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, a licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional não poderá se utilizar dos benefícios do regime tributário diferenciado em sua proposta de preços e, caso venha a ser contratada, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão



SENADO FEDERAL

obrigatória a contar do mês seguinte ao da contratação, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, excetuadas as situações previstas pelos arts. 17, § 1º, e 18, § 5º-H, da referida lei.

4.8. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.10. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V– DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



SENADO FEDERAL

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO VI– DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.3.2. proposta com preços os valores ofertados configurarem preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade

6.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

CAPÍTULO VII– DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.



SENADO FEDERAL

7.4.1. Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

7.4.2. Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 7.4 e diante do exposto no item 7.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36/2023.

7.4.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

7.4.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

7.5. Havendo empate nominal entre as ofertas o sistema aplicará o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.1. Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

7.5.2. Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 7.5 e diante do exposto no item 7.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36, de 2023.

7.5.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

7.5.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.7. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.

7.7.1. A possibilidade de exclusão de lance inexecuível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.



SENADO FEDERAL

7.8. - Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO VIII- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Não se aplicam à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 48 da Lei nº Complementar nº 123/2006.

CAPÍTULO IX– DO JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.

CAPÍTULO X– DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 9 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. A proposta de preços deverá, ainda, estar acompanhada dos seguintes anexos:

11.1.1.1. Em relação ao Item 1 (“Equipe de Dedicação Exclusiva): Planilha de composição de custos e formação de preços, conforme modelo constante da Planilha 1 do Subanexo 2A do Anexo 2, com especificação da categoria profissional, carga horária diária, preço mensal unitário por categoria, preço total mensal por categoria, preço global mensal e global total da proposta para os 30 (trinta) meses de execução contratual;

a. A composição dos custos da proposta será realizada a partir do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos da alínea a.1, devendo ser observado, como valor mínimo, os salários-base informados no Anexo 3;



SENADO FEDERAL

a.1. É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

a.2. Deverá ser considerado o auxílio-alimentação no valor de R\$ 44,07 (quarenta e quatro reais e sete centavos), por dia útil de trabalho, conforme definido pelo Ato do Presidente nº 13, de 2022, ou valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho ou na Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos da alínea a.1, caso este seja superior àquele.

a.3. Deverá ser apresentado memorial de cálculo para os itens da planilha de formação de custos por categoria, conforme Anexo 7, especialmente os variáveis, cujo cálculo dependa de dados estatísticos e que não sejam decorrentes de obrigação legal. Tal memorial será avaliado pelo Pregoeiro, com o suporte técnico da Equipe de Apoio com formação profissional na área contábil, havendo a possibilidade de diligências e complementação de informações, caso se entenda necessário.

a.4. Será considerada indevida a inclusão, na planilha de custos e formação de preços, de benefícios estabelecidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho que:

a.4.1. atribuam exclusivamente ao tomador de serviços a responsabilidade pelo seu custeio;

a.4.2. estabeleçam distinções entre os trabalhadores alocados nos postos de trabalho do tomador de serviços e os demais trabalhadores da empresa;

a.4.3. condicionem o benefício à liberalidade do tomador de serviços; e

a.4.4. sejam aplicáveis apenas aos contratos com a Administração Pública

a.5. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON) ou Escrituração Fiscal Digital (EFD), comprovando que as alíquotas dos referidos tributos constantes da planilha de custos correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs. 10.637/2002 e 10.833/2003, com base nos quatro últimos demonstrativos ou, quando estes forem em número inferior a quatro, nos demonstrativos apresentados após o enquadramento da empresa no regime de tributação lucro real.

11.1.1.2. Em relação ao **Item 2** (“*Serviços sob Demanda*”): planilha conforme modelo constante da Planilha 2 do Subanexo 2A do Anexo 2, devendo ser apresentada a composição analítica da taxa de BDI adotada;



SENADO FEDERAL

11.1.1.3. Em relação ao **Item 3** (“Relógio de Ponto Biométrico”): planilha conforme modelo constante da Planilha 3 do Subanexo 2A do Anexo 2;

11.1.1.4. Em relação ao **Item 4** (“Materiais”): planilha conforme modelo constante da Planilha 4 do Subanexo 2A do Anexo 2, devendo ser apresentada a composição analítica da taxa de BDI adotada;

11.1.1.5. Em relação ao **Item 5** (“Depreciação Ferramental”): planilha conforme modelo constante da Planilha 6 do Subanexo 2A do Anexo 2;

11.1.1.6. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual: planilha conforme modelo constante da Planilha 5 do Subanexo 2A do Anexo 2;

11.1.1.7. Declaração expressa de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo de até 7 (sete) dias corridos, a contar da celebração do contrato, sendo que a data em que os serviços deverão ser efetivamente iniciados será informada na Ordem de Serviço.

11.1.1.8. Declaração de que tomou conhecimento da retenção mensal das provisões por meio de DGBM a ser realizada pelo Senado Federal, na forma do Capítulo IV e do Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017 (Anexo 12).

11.1.1.9. Instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

11.1.2. Os cálculos das taxas de BDI a serem utilizadas na composição das planilhas de custo deverão observar a fórmula constante do item 6 do Subanexo 2A do Anexo 2 do edital.

11.1.3. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.1.4. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

11.1.5. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.1.6. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.1.7. Todos os valores constantes da proposta de preços e planilhas anexas deverão ser expressos em algarismo arábico e na moeda corrente nacional, considerados apenas até os



SENADO FEDERAL

centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho adotada;

11.1.8. Caso venha a ser contratada, a licitante não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Senado Federal.

11.1.8.1. As especificações dos serviços e insumos constantes no Subanexo 2B – Caderno de Especificações Técnicas deste edital deverão ser rigorosamente observadas pelas licitantes para a formação da proposta comercial.

11.1.8.2. A licitante assume integral responsabilidade acerca das alíquotas e bases de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias que compõem a proposta, em especial àqueles influenciados por seu regime de tributação (PIS e COFINS); por incidência de desoneração (INSS e CRPB) e/ou diferenciação de alíquota/base de cálculo em decorrência da atividade desempenhada (ISS).

a. A aceitação da proposta por parte do Senado Federal não gera para a futura contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando a modificação superveniente da alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias for decorrente de ato voluntário da empresa ou em face de erro inescusável quanto à interpretação de seu regime de tributação.

11.1.9. Caso a licitante, em razão de sua condição jurídica, entenda ser beneficiária de alguma espécie de imunidade e/ou isenção tributária que represente repercussão em relação à sua planilha de composição de custos, deverá apresentar a comprovação da adequação de tais benefícios em conformidade com a legislação tributária de regência.

11.1.10. Considerando o dever de a Administração buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, favorecendo os princípios da proteção da livre concorrência e da economicidade na gestão dos recursos públicos; considerando que a dinâmica de execução do objeto pressupõe a intermediação da mão de obra por parte do prestador para a consecução das atividades sob orientação do tomador de serviços (Senado Federal), ainda que os funcionários integrem os quadros da entidade; considerando a inviabilidade da realização da equalização tributária para as entidades sem fins lucrativos como medida alternativa para assegurar a isonomia na disputa; considerando o disposto no parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, serão desclassificadas as propostas que apresentem em suas composições de custos itens relativos a tributos e contribuições em geral com valores “zerados” ou fictícios decorrentes de eventuais imunidades e isenções incidentes exclusivamente em razão da condição de tais licitantes como entidades sem fins lucrativos.



SENADO FEDERAL

11.2. Caso haja erros ou omissões sanáveis no conteúdo da proposta e da planilha de composição de custos, será oportunizado à licitante realizar os devidos ajustes e complementações desde que não haja a majoração do preço total ofertado durante a fase de lances.

11.2.1. Respeitado o preço global ofertado durante a fase de lances e observado os valores unitários máximos fixados em edital, admitir-se-á a redistribuição dos valores totais unitários.

11.2.2. Para a realização dos ajustes na proposta e na planilha, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação formal do Pregoeiro via “chat”, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.2.3. Diante da ocorrência de novos erros resultantes das correções e complementações realizadas nos termos do item 11.2, poderá o Pregoeiro oportunizar a realização de novos ajustes, desde que mantido o valor total ofertado durante a fase de lances.

11.2.3.1. O prazo para a realização dos novos ajustes será fixado motivadamente pelo Pregoeiro, tendo em vista a complexidade das correções.

11.3. A proposta será desclassificada quando:

11.3.1. contiver vícios insanáveis;

11.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

11.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

11.3.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

11.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.4. O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no subitem 11.3.4 acima.

11.5. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação às especificações técnicas do objeto, bem como a compatibilidade dos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados de cada um dos itens, conforme informado nas planilhas constantes do Subanexo 2A do Anexo 2 do edital.

11.5.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.



SENADO FEDERAL

11.5.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

11.5.3. Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO XII– DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

12.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

12.3. Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF:

12.3.1. CAPACIDADE TÉCNICA:

a. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CRA, CREA ou CAU da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante;

a.1. Em eventual registro junto ao CREA ou CAU, deverá também apresentar Certidão de Registro dos Responsáveis Técnicos junto à unidade do conselho na região a que estiverem vinculados.

b. Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já executou, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços compatíveis em quantidade e características com o objeto



SENADO FEDERAL

licitado (manutenção em marcenaria e serralheria), com número de profissionais equivalente ao da contratação pretendida.

b.1. Considera-se como “equivalente” o quantitativo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de profissionais a serem contratados, ou seja, 25 (vinte e cinco) profissionais;

b.2. Para a comprovação do lapso temporal mencionado na alínea “a” (12 meses), será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes.

b.3. Para a comprovação do quantitativo mencionado na subalínea “b.1”, será admitido o somatório de atestados, desde que contemplados no mesmo período mínimo de 12 (doze) meses.

b.4. A licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como: cópia do contrato que deu suporte à contratação; documentos fiscais e dados relativos à execução e ao local em que foram prestados os serviços.

12.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a. balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios, cumulativamente:

a.1. todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.1.1. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.1.2. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

a.1.3. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

b. Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor correspondente a 12 (doze) meses de contrato apurado a partir da proposta da licitante, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, na forma exigida na alínea “a” deste subitem.



SENADO FEDERAL

c. Patrimônio Líquido - PL mínimo de 10% (dez por cento) do valor correspondente a 12 (doze) meses de contrato apurado a partir da proposta da licitante, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido na alínea “a”.

d. declaração, conforme modelo constante do Anexo 8, que contenha Relação De Compromissos Assumidos, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura do certame, excluídas parcelas já executadas, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido.

d.1. com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas em atendimento ao estabelecido na alínea “d”, a licitante deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital.

d.2. caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados na declaração de que trata a alínea “d” correspondente a uma variação de 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a licitante deverá apresentar os devidos esclarecimentos, a serem apreciados pela Equipe de Apoio com formação na área contábil.

12.3.2.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

12.3.2.3. A documentação constante no SICAF poderá ser considerada para fins de comprovação da documentação exigida na alínea “a” (balanço patrimonial) e subalínea “d.1” (Demonstração de Resultado do Exercício – DRE).

12.3.3. OUTROS DOCUMENTOS:

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 4.5.2 deste edital.

12.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

12.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 12.4 é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.



SENADO FEDERAL

12.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.4.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

12.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

12.5.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

12.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

12.6.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.6.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

12.6.4. suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.6.5. A apresentação de documentos de que trata o subitem 12.6 será realizada em observância ao disposto no subitem 12.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.7. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.



SENADO FEDERAL

12.7.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

12.7.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.7.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.7.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 12.6 e 12.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.8. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

12.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.8.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.9. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.10. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.10.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

12.11. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios



SENADO FEDERAL

estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12.11.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

12.11.1.1. identidade dos sócios;

12.11.1.2. atuação no mesmo ramo de atividades;

12.11.1.3. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

12.11.1.4. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

12.11.1.5. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

12.11.1.6. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

12.11.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

12.11.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

12.11.3.1. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

12.11.3.2. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XIII- DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.



SENADO FEDERAL

13.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

14.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 14.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

14.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 14.1.2.

14.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

15.2. A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

15.3. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo **menor preço global anual** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI - DA SUBCONTRATAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME DECRETO Nº 8.538/2015

16.1. A subcontratação é facultativa, contudo, em caso de subcontratação parcial do objeto, esta será obrigatoriamente destinada exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538/2015, nas seguintes condições:

16.1.1. A subcontratação será permitida apenas nas situações e condições previstas nesta Cláusula, o que a limita a 7,08% do objeto.

16.1.2. A subcontratação com ME/EPP é obrigatória somente quando houver decisão pela subcontratação livremente tomada por parte da empresa contratada, e apenas para os seguintes serviços:

16.1.2.1. Serviços sob demanda; e

16.1.2.2. Sistema de Ponto Eletrônico Biométrico para atividades acessórias e de apoio, como, por exemplo, transporte de materiais, montagem, desmontagem etc.

16.2. Para fins de aplicação da subcontratação, serão vedadas:

16.2.1. sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

16.2.2. subcontratação das parcelas de maior relevância técnica;

16.2.3. subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação;

16.2.4. subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratada; e

16.2.5. subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

16.3. As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante vencedora, no curso da execução contratual, juntamente com a descrição dos bens/serviços a serem por ela fornecidos/prestados e seus respectivos valores.

16.4. Caso venha realizar a subcontratação, a empresa contratada deverá apresentar à unidade gestora do contrato a documentação de regularidade fiscal da ME/EPP a ser subcontratada, sob pena de rescisão do contrato a ser firmado, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015, nos termos dos subitens 13.10.1 e 13.10.2.



SENADO FEDERAL

16.5. Não se admitirá a subcontratação de fornecimento de bens, além do indicado no subitem 17.1.2.2, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios e de atividades de gerenciamento superior, gestão e/ou coordenação.

16.6. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa e empresa de pequeno porte.

CAPÍTULO XVIII – DA ASSINATURA DO CONTRATO Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 18.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 18.1.

18.1.3. O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 18.1.

18.1.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 18.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Em caso de subcontratação, a nota de empenho referente às parcelas subcontratadas, bem como os pagamentos respectivos, serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

18.2.1. A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº ____/____, constante do Processo nº 00200.010217/2024-57, da proposta vencedora e do contrato a ser assinado pela licitante vencedora.

18.3. Para a retirada da nota de empenho a subcontratada terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

18.3.1. Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (*e-mail*) ou via fax, desde que a subcontratada acuse o seu recebimento por meio eletrônico (*e-mail*) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 18.1.



SENADO FEDERAL

18.3.1.1. A licitante deverá informar o endereço eletrônico (*e-mail*) da subcontratada para fins deste subitem.

18.4. A falta de manifestação da subcontratada no prazo estabelecido do item 18.1 enseja a substituição da subcontratada ME/EPP por parte da contratada, mantendo o percentual originalmente subcontratado até sua execução total, notificando o SENADO, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

18.5. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XIX - DO PAGAMENTO À SUBCONTRATADA EM CASO DE SUBCONTRATAÇÃO

19.1. O SENADO pagará diretamente à subcontratada as parcelas referentes à subcontratação, de acordo com os serviços efetivamente realizados e atestados pela Fiscalização do contrato e pela Contratada.

19.2. Os pagamentos efetuar-se-ão por intermédio de depósitos em conta bancária da subcontratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal discriminada, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto e devidamente atestada pelo gestor e pela CONTRATADA.

19.3. Caberá à subcontratada apresentar, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XIX.

19.4. As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da subcontratada.

19.5. Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada, o prazo constante do item 19.2 será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

19.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a subcontratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo SENADO, entre o término do prazo referido no item 19.2 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios;



SENADO FEDERAL

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CAPÍTULO XX – DAS PENALIDADES

20.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no CAPÍTULO XVIII caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

20.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 18.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 20.1.

20.3. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV do art. 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

20.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XXI– DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

21.1. Até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

21.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.



SENADO FEDERAL

21.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

21.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

21.4.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

21.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.

CAPÍTULO XXII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

22.2. Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência resumido;

Anexo 2 – Disposições Gerais, Diretrizes para Execução dos Serviços e Especificações Técnicas;

- **Subanexo 2A** – Planilhas de Composição de Custo;
- **Subanexo 2B** – Caderno de Especificações Técnicas;
 - Anexo 2B.1: Especificações de Materiais.
 - Anexo 2B.2: Especificações de Ferramentas e Equipamentos.
 - Anexo 2B.3: Especificações de Equipe de Dedicção Exclusiva.
 - Anexo 2B.4: Especificações de Serviços Sob Demanda, Uniformes e EPI's.
- **Subanexo 2C** – Diretrizes de Gestão e Fiscalização;
- **Subanexo 2D** – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS;
- **Subanexo 2E** – Pranchas Gráficas e Fotos Ilustrativas dos Locais de Execução dos Serviços no Senado Federal;
- **Subanexo 2F** – Abreviaturas e Definições e;
- **Subanexo 2G** – Laudo Técnico Pericial de Avaliação de adicionais.



SENADO FEDERAL

Anexo 3 – Descrição da Categoria, Quantidade, Jornada de Trabalho e Salário Base;

Anexo 4 – Planilha de Composição de Custos com Preços Máximos aceitáveis;

Anexo 5 – Planilha de Composição de Custos para Empresas Beneficiadas pela Desoneração Tributária Prevista na Lei nº 13.161/2015 com Preços Máximos aceitáveis;

Anexo 6 – Planilha de preços de 1 (um) profissional nos termos da Instrução Normativa nº 05/2017 do MPOG/SLTI;

Anexo 7 – Minuta de Contrato;

Anexo 8 – Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública;

Anexo 9 – Modelo de Apresentação de Proposta;

Anexo 10 – Modelo de Autorização;

Anexo 11 – Acordo entre o MPU e AGU;

Anexo 12 – Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017;

Anexo 13 – Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o SENADO e o Banco do Brasil, para operacionalização do DGBM;

Anexo 14 – Modelo de Autorização Para Utilização do Sistema de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM; e

Anexo 15 – Ato da Diretoria-Geral nº 22/2016;

Anexo 16 – Ato do 1º Secretário nº 8/2018; e

Anexo 17- Modelo De Designação De Preposto.

22.3. Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

22.4. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

22.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

22.6. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

22.7. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema



SENADO FEDERAL

Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

22.8. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Senado Federal, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

22.9. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXIII – DO FORO

23.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 07 de março de 2025.

JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA
Pregoeira



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA RESUMIDO

OBJETO	Contratação de serviços contínuos e sob demanda referentes à manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas e equipamentos de marcenaria e serralheria do Complexo Arquitetônico do Senado Federal (inclusive Residências Oficiais) e áreas comuns do Congresso Nacional, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços.				
ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO	Conforme Anexos 2 e 3 deste edital.				
CATSER/CATMAT	Item	Descrição	CATMAT/CATSER		
	1	Equipe de dedicação exclusiva	16551		
	2	Serviços sob demanda	3131		
	3	Sistema de ponto eletrônico biométrico	20559		
	4	Materiais de consumo	19828		
	5	Depreciação ferramental	447834		
JUSTIFICATIVA	Esta contratação visa substituir o Contrato 57/2021, suprimindo a necessidade de manutenção em atividades de natureza acessória nas áreas de marcenaria e serralheria, não previstas no conjunto de atribuições dos servidores efetivos do Senado Federal, nem nos demais contratos de manutenção atualmente em andamento, mas sem as quais o funcionamento do Senado Federal ficaria prejudicado.				
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global.				
PREÇO ESTIMADO	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total para 30 meses (R\$)
	1	Equipe de dedicação exclusiva	Unidade	1	8.942.738,70
	2	Serviços sob demanda	Unidade	1	854.673,38



SENADO FEDERAL

	3	Sistema de ponto eletrônico biométrico	Unidade	1	805,80
	4	Materiais de consumo	Unidade	1	3.049.968,78
	5	Depreciação ferramental	Unidade	1	85.206,30
Valor Total Estimado da Contratação: R\$ 12.933.392,96					
<u>Observações:</u> 1) Para as licitantes que sejam beneficiadas pela desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011, o valor máximo aceitável para o Item 1 (Equipe de Dedicção Exclusiva) é de R\$ 8.582.468,10, conforme Anexo 5.					
SUBCONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ME/EPP EM CASO DE SUBCONTRATAÇÃO	A subcontratação parcial do objeto é facultativa e será permitida para os limites e serviços especificados no Capítulo XVII do edital. Caso se opte pela subcontratação, esta deve ser realizada com microempresas ou empresas de pequeno porte, obrigatoriamente.				
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Sétima da minuta de contrato (Anexo 7).				
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusulas Sétima e Oitava da minuta de contrato (Anexo 7). <u>Observação:</u> A contratação será feita com retenção de provisões trabalhistas e/ou previdenciárias, nos termos do Capítulo IV e do Anexo 12 do edital.				
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 249316 Natureza da Despesa: 339037, 339039, 339030				
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Complexo Arquitetônico do Senado Federal, nas Residências Oficiais e áreas comuns do Congresso Nacional, localizados em Brasília – DF.				
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Terceira da minuta de contrato (Anexo 7).				

Brasília, 07 de março de 2025.

JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA
Pregoeira



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

ANEXO 2

**DISPOSIÇÕES GERAIS, DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E AS
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

SUBANEXO 2A – PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO

A. DIRETRIZES

1. As Planilhas de Composição de Custo deverão ser preenchidas pelas licitantes conforme os modelos a seguir, de acordo com o conteúdo de cada coluna.
2. Além de preencher as Planilhas 1 a 7 apresentadas neste Subanexo, as licitantes deverão apresentar as seguintes informações adicionais:
 - 2.1. O detalhamento das Planilhas de Preços de Mão de Obra para cada cargo da Planilha Resumo de Composição de Custos para a Equipe de Dedicação Exclusiva, tomando por base o modelo apresentado no edital;
3. As empresas licitantes deverão observar rigorosamente as definições e diretrizes para cada item presentes no Subanexo 2B deste anexo.

A.1 EQUIPE DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Planilha 1 – Planilha de Composição de Custo para a Equipe de Dedicação Exclusiva

SUBITEM	CARGO	Unidade de fornecimento	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL	PREÇO TOTAL 30 meses
SF-00708	Supervisor-Geral	Profissional	1	R\$21.197,68	R\$ 21.197,68	R\$ 254.372,16	R\$ 635.930,40
SF-00709	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado	Profissional	1	R\$6.053,55	R\$ 6.053,55	R\$ 72.642,60	R\$ 181.606,50
SF-00711	Ajudante de Marceneiro(a)	Profissional	11	R\$4.644,24	R\$ 51.086,64	R\$ 613.039,68	R\$ 1.532.599,20
SF-00712	Ajudante de Serralheiro(a)	Profissional	3	R\$4.644,24	R\$ 13.932,72	R\$ 167.192,64	R\$ 417.981,60



SENADO FEDERAL

SF-00713	Lustrador(a) de Móveis	Profissional	7	R\$6.053,55	R\$ 42.374,85	R\$ 508.498,20	R\$ 1.271.245,50
SF-00714	Marceneiro(a)	Profissional	21	R\$6.053,55	R\$ 127.124,55	R\$ 1.525.494,60	R\$ 3.813.736,50
SF-00715	Serralheiro(a)	Profissional	6	R\$6.053,55	R\$ 36.321,30	R\$ 435.855,60	R\$ 1.089.639,00
TOTAL (R\$)					R\$ 298.091,29	R\$ 3.577.095,48	R\$ 8.942.738,70

A.2 SERVIÇOS SOB DEMANDA

Planilha 2 – Planilha de composição de Custos para os Serviços sob Demanda

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 30 (trinta) MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI ¹ (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
SF-00821	Plataforma de trabalho aéreo articulada	Dia	450	R\$2.420,00	R\$816.750,00
SF-00015	Locação de caçambas	Unid.	175	R\$288,94	R\$37.923,38
	BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI)¹ ADOTADO NESTA PLANILHA				0%
2	SUBTOTAL DE SERVIÇOS SOB DEMANDA COM BDI (R\$)				R\$ 854.673,38

A.3 SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO

Planilha 3 – Planilha de Composição de Custo para Sistema de Ponto Eletrônico Biométrico

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE PARA 12 MESES (A)	PREÇO UNITÁRIO DE AQUISIÇÃO (R\$) (B)	PREÇO TOTAL DE AQUISIÇÃO (R\$) (C)	PERCENTUAL DE DEPRECIAÇÃO (%) (D)	PREÇO TOTAL MENSAL DE DEPRECIAÇÃO (R\$) (E)=(C)*(D)	PREÇO TOTAL DE DEPRECIAÇÃO PARA 30 MESES (R\$) (F)=(E)*12
SF-00822	Relógio Biométrico, conforme especificações constantes do Subanexo 2B do edital.	un	1	1.608,50	1.608,50	1,67%	26,86	805,80
3	SUBTOTAL SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO (R\$)							805,80

¹ Taxa de BDI diferenciada para mera intermediação de serviços.



SENADO FEDERAL

A.4 MATERIAIS

Planilha 4 – Planilha de Composição de Custos para os Materiais

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 30 (TRINTA) MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI ² (R\$)	PREÇO TOTAL PARA 30 MESES (R\$)
SF-00381	Anilina	25 g	200,00	12,26	956,28
SF-00382	Seladora incolor	L	1.800,00	39,62	27.813,24
SF-00384	Massa para calafetar madeira	Kg	75,00	17,91	523,87
SF-00385	Removedor pastoso	Kg	900,00	43,99	15.440,49
SF-00386	Tingidor para madeira	150 ml	450,00	18,74	3.288,87
SF-00387	Thinner	L	1.750,00	27,33	18.652,73
SF-00388	Goma Laca Indiana	Kg	500,00	335,61	65.443,95
SF-00389	Cera em pasta para madeira	Kg	225,00	46,89	4.114,60
SF-00390	Fita de borda de 22 mm para encabeçamento	M	18.750,00	1,50	10.968,75
SF-00391	Fita de borda de 35 mm para encabeçamento	M	12.500,00	2,49	12.138,75
SF-00392	Fita de borda de 64 mm para encabeçamento	M	45.000,00	4,58	80.379,00
SF-00393	Fita de borda de 45 mm para encabeçamento	M	3.750,00	0,94	1.374,75
SF-00394	Suporte para prateleira redondo - 10 mm x 15 mm	Um	2.000,00	0,08	62,40
SF-00395	Rodízio Giratório com Freio - 2 Polegadas	Um	625,00	21,85	5.325,94
SF-00396	Rodízio fixo de 4 Polegadas	Um	450,00	26,33	4.620,92
SF-00397	Rodízio Giratório Ref. 1500HC – Base de Pino com Bucha	Um	125,00	15,46	753,68
SF-00398	Cordão para Persiana Horizontal (metro)	M	1.000,00	1,09	425,10
SF-00399	Cordão para Persiana Vertical (metro)	M	1.000,00	1,04	405,60
SF-00400	Freio de Cordão de Persiana (travador de cordão) e acionador	Um	250,00	15,00	1.462,50
SF-00401	Corrente para persiana (com clip)	M	5.000,00	2,80	5.460,00
SF-00402	Peso envelope para persiana	Um	5.000,00	2,00	3.900,00
SF-00404	Cantoneira 2 furos - Cioba	Um	11.250,00	0,24	1.053,00
SF-00405	Dobradiça para porta com anel	Um	1.750,00	17,83	12.170,00
SF-00406	Dobradiça curva para porta de armário (com parafuso de fixação)	un	6.250,00	4,18	10.188,75
SF-00407	Fechadura para porta externa maçaneta em barra	un	250,00	70,35	6.858,88
SF-00408	Fechadura para porta externa com espelho - Millenio	un	350,00	91,43	12.479,92
SF-00409	Fechadura para Porta de Banheiro com Espelho - Millenio	un	250,00	55,32	5.393,55

² Taxa de BDI diferenciada para mero fornecimento de materiais.



SENADO FEDERAL

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 30 (TRINTA) MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI² (R\$)	PREÇO TOTAL PARA 30 MESES (R\$)
SF-00411	Tarjeta Livre / Ocupado para portas de banheiro	un	200,00	40,24	3.138,88
SF-00415	Fechadura de embutir para móveis – Fechamento Superior - Referência 861	un	750,00	13,89	4.062,53
SF-00416	Fechadura de embutir para móveis – Fechamento lateral - Referência 871	un	750,00	13,89	4.062,53
SF-00417	Fechadura para porta de correr (Bico de Papagaio)	un	250,00	61,96	6.041,10
SF-00419	Fechadura para porta de divisória – LaFonte	un	362,50	1.500,00	212.062,50
SF-00420	Fechadura para Porta de divisória - Lockwell	un	400,00	150,96	23.549,76
SF-00422	Fecho para porta de armário – Tipo Gangorra – 75 mm	un	1.000,00	13,86	5.405,40
SF-00423	Fecho para porta de armário – Tipo Gangorra – 130 mm	un	375,00	18,72	2.737,80
SF-00427	Puxador em Botão côncavo de 25 mm de diâmetro	un	1.125,00	9,41	4.128,64
SF-00428	Puxador em botão convexo de 25 mm de diâmetro	un	1.125,00	7,50	3.290,63
SF-00429	Corrediça Simples de Roldanas - 250 mm a 300 mm	par	2.500,00	11,99	11.690,25
SF-00430	Corrediça Simples de Roldanas - 350 mm a 400 mm	par	2.500,00	12,46	12.148,50
SF-00431	Corrediça Simples de Roldanas - 450 mm a 500 mm	par	2.500,00	18,19	17.735,25
SF-00432	Corrediça Simples de Roldanas - 550 mm	par	2.500,00	16,00	15.600,00
SF-00433	Corrediça Telescópica - 300 mm	par	2.500,00	12,17	11.865,75
SF-00434	Corrediça Telescópica - 400 mm; 450 mm; 500 mm	par	3.750,00	23,17	33.886,13
SF-00435	Gancho de ferro com rosca – 17 x 50	un	450,00	0,57	100,04
SF-00436	Gancho de ferro tipo "pitão" com rosca – 21 x 80	un	500,00	0,55	107,25
SF-00437	Suporte triangular para quadro - nº 2	un	1.000,00	1,15	448,50
SF-00438	Suporte triangular para quadro - nº 3	un	1.000,00	1,00	390,00
SF-00439	Sapata niveladora para móveis com rosca 3/8"	un	1.250,00	2,80	1.365,00
SF-00440	Sapata niveladora para móveis com base de 40 mm	un	3.750,00	4,97	7.268,63
SF-00441	Sapata niveladora para móveis com base de 60 mm	un	375,00	18,53	2.710,01
SF-00442	Cabide duplo com gancho grande para banheiro	un	500,00	11,45	2.232,75
SF-00443	Puxador alça 102 mm	un	1.500,00	17,82	10.425,87
SF-00444	Puxador tipo "C" em arco - 128 mm	un	1.500,00	20,44	11.957,40
SF-00445	Puxador tipo "C" em arco - 96 mm	un	1.500,00	16,05	9.389,25
SF-00446	Bucha para Gesso K 54	un	1.500,00	3,21	1.877,85



SENADO FEDERAL

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 30 (TRINTA) MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI² (R\$)	PREÇO TOTAL PARA 30 MESES (R\$)
SF-00447	Alavanca curva com argola para basculante com cavalete – Direita ou Esquerda	un	250,00	20,94	2.041,65
SF-00448	Alavanca reta (chata) com argola para basculante com cavalete	un	250,00	22,30	2.174,25
SF-00449	Fecho maximar alavanca 100mm cromado	un	250,00	23,32	2.273,70
SF-00450	Gonzo com aba 1"	un	125,00	12,17	593,29
SF-00451	Gonzo com aba 3/4"	un	125,00	9,70	472,88
SF-00452	Gonzo com aba 7/8"	un	125,00	7,41	361,24
SF-00453	Gonzo sem aba 1"	un	125,00	29,64	1.444,95
SF-00454	Gonzo sem aba 3/4"	un	125,00	11,45	558,19
SF-00455	Gonzo sem aba 7/8"	un	125,00	15,59	760,01
SF-00456	Roldana em aço tipo Canal em (V) com eixo furado e 2 rolamentos (medidas: 2 1/2" x 50mm ou 2 1/2" x 70mm)	un	150,00	34,90	2.041,65
SF-00457	Roldana em aço tipo Canal em (V) com eixo furado e 2 rolamentos (medidas: 3" x 50mm ou 3 1/2" x 50mm ou 3 1/2" x 70mm)	un	150,00	25,79	1.508,72
SF-00458	Mancal Pedestal	un	75,00	95,42	2.791,04
SF-00459	Rolamento rígido de esfera	un	50,00	24,99	487,31
SF-00460	Fixador trava porta de piso niquelado	un	375,00	19,30	2.822,63
SF-00461	Batedor de porta cilíndrico de 25 mm x 25 mm	un	500,00	12,31	2.400,45
SF-00462	Porta cadeado de 4 1/2"	un	150,00	7,37	431,15
SF-00463	Porta Cadeado de 4"	un	150,00	8,92	521,82
SF-00464	Suporte para mesa dobrável	un	300,00	46,44	5.433,48
SF-00465	Suporte universal fixo de parede para TV	un	625,00	12,29	2.995,69
SF-00466	Mola aérea hidráulica automática para portas	un	750,00	268,43	78.515,78
SF-00467	Espuma Expansiva à base de poliuretano	500 ml	100,00	26,60	1.037,40
SF-00468	Adesivo de Contato à Base d'água	kg	1.875,00	46,90	34.296,72
SF-00469	Adesivo de Contato de Alto Desempenho sem Toluol	kg	2.500,00	42,39	41.330,25
SF-00470	Laminado fenólico melamínico texturizado - Azul Noturno	m2	290,00	82,19	9.296,14
SF-00471	Laminado fenólico melamínico texturizado - Branco	m2	867,50	82,19	27.808,29
SF-00472	Laminado fenólico melamínico texturizado - Ovo	m2	770,00	82,19	24.682,86
SF-00473	Lâmina de Madeira - Freijó	m2	867,50	75,64	25.590,90
SF-00474	Lâmina de Madeira - Marfim	m2	867,50	75,00	25.374,38



SENADO FEDERAL

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 30 (TRINTA) MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI² (R\$)	PREÇO TOTAL PARA 30 MESES (R\$)
SF-00475	Lâmina de Madeira - Cerejeira	m2	867,50	75,00	25.374,38
SF-00476	Compensado laminado comum - 04 mm	m2	500,00	21,59	4.210,05
SF-00477	Compensado laminado comum - 06 mm	m2	1.200,00	27,50	12.870,00
SF-00480	Compensado laminado comum - 20 mm	m2	900,00	73,70	25.868,70
SF-00481	Compensado Laminado de cerejeira em uma face - 04 mm	m2	1.100,00	59,98	25.731,42
SF-00483	Compensado Laminado de cerejeira em duas faces - 15 mm	m2	2.000,00	142,50	111.150,00
SF-00484	Compensado Laminado de cerejeira em duas faces - 18 mm	m2	2.100,00	153,39	125.626,41
SF-00487	Tábua de madeira bruta certificada e aparelhada - Freijó	m3	2,50	11.750,00	11.456,25
SF-00488	Tábua de madeira bruta certificada e aparelhada - Cedro	m3	2,50	6.250,00	6.093,75
SF-00489	Tábua de Madeira bruta aparelhada - Pinus	m3	5,00	1.596,00	3.112,20
SF-00490	Sarrafo De Madeira	m	375,00	3,66	534,91
SF-00491	Caibro De Madeira	m	375,00	5,07	741,93
SF-00494	Painel de MDF Laminado – Branco - 06 mm	m2	1.645,00	27,10	17.388,25
SF-00495	Painel de MDF Laminado – Ovo - 06 mm	m2	695,00	45,32	12.283,99
SF-00496	Painel de MDF Laminado - Branco - 15 mm	m2	3.162,50	42,53	52.457,29
SF-00497	Painel de MDF Laminado – Ovo - 15 mm	m2	1.517,50	58,55	34.651,35
SF-00498	Painel de MDF Laminado – Branco - 18 mm	m2	3.162,50	52,80	65.123,43
SF-00499	Painel de MDF Laminado – Ovo - 18 mm	m2	1.392,50	66,15	35.924,41
SF-00500	Cantoneira laminada em aço abas iguais 1" x 3/16"	m	600,00	13,18	3.084,32
SF-00501	Cantoneira laminada em aço abas iguais 1"1/4 x 3/16"	m	750,00	16,76	4.902,83
SF-00502	Cantoneira laminada em aço abas iguais 2" x 1/8"	m	750,00	18,74	5.482,25
SF-00503	Cantoneira laminada em aço abas Iguais 2" x 3/16"	m	600,00	27,66	6.471,73
SF-00504	Cantoneira laminada em aço abas Iguais 5/8" x 1/8"	m	450,00	5,41	949,37
SF-00505	Chapa aço galvanizado # 16 (kg)	kg	4.000,00	9,39	14.642,16
SF-00506	Ferro chato 1"x1/8"	m	600,00	5,76	1.348,67
SF-00507	Ferro chato 1"x3/16"	m	600,00	8,69	2.033,71
SF-00508	Ferro chato 3/4"x1/4" ou 7/8"x1/4" ou 1" x 1/4"	m	1.800,00	10,15	7.128,69
SF-00509	Ferro chato 3/4"x1/8"	m	600,00	4,39	1.027,56
SF-00510	Ferro chato 3/4"x3/16"	m	600,00	6,50	1.519,93



SENADO FEDERAL

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 30 (TRINTA) MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI² (R\$)	PREÇO TOTAL PARA 30 MESES (R\$)
SF-00511	Ferro chato 5/8"x1/8"	m	600,00	3,66	856,30
SF-00512	Ferro chato 5/8"x3/16"	m	600,00	7,23	1.691,19
SF-00513	Ferro chato 7/8"x1/8"	m	600,00	5,03	1.177,41
SF-00514	Ferro chato 7/8"x3/16"	m	600,00	7,59	1.776,82
SF-00515	Perfil trilho Stanley 60 mm x 55 mm, # 16	m	150,00	28,92	1.691,82
SF-00516	Perfil U Enrijecido 100 mm x 50 mm x 17 mm	m	1.500,00	37,18	21.750,30
SF-00517	Perfil Cadeirinha Fechada - 85 x 30 mm a 100 x 30 mm	m	4.500,00	33,88	59.459,40
SF-00518	Perfil Cadeirinha Fechada – 40 x 30 mm a 55 x 30 mm	m	5.625,00	20,42	44.796,38
SF-00519	Perfil Cadeirinha Aberta – 65 x 30 mm	m	2.250,00	20,72	18.181,80
SF-00520	Perfil Cadeirinha Aberta – 40 x 30 mm a 55 x 30 mm	m	4.500,00	15,76	27.658,80
SF-00521	Perfil Cadeirinha Fêmea – 40 x 30 mm	m	2.250,00	14,15	12.416,63
SF-00523	Perfil Cadeirinha Engate – Direito ou Esquerdo	m	4.500,00	23,60	41.418,00
SF-00524	Perfil Cadeirinha Direito – 35 x 25 x 18 mm	m	2.250,00	24,39	21.402,23
SF-00525	Perfil Cadeirinha Direito – 60 x 25 mm a 60 x 30 mm	m	4.500,00	26,79	47.016,45
SF-00526	Perfil “T” dobrado Máximo Ar Abas Iguais – 50 x 30 mm a 60 x 30 mm	m	4.500,00	21,25	37.293,75
SF-00527	Perfil “T” dobrado Máximo Ar Abas Desiguais – 50 x 25 mm a 50 x 30 mm	m	4.500,00	17,86	31.344,30
SF-00528	Perfil Superior Máximo Ar – 48 x 30 mm	m	2.250,00	13,24	11.618,10
SF-00529	Perfil “T” Abas Iguais – 25 x 25 mm	m	2.250,00	11,48	10.073,70
SF-00530	Perfil “T” Dobrado – 75 x 30 mm	m	2.250,00	25,69	22.542,98
SF-00531	Perfil “T” Dobrado – 39 x 30 mm; 55 x 30 mm; 65 x 30 mm; ou 60 x 25 mm	m	9.000,00	18,96	66.549,60
SF-00532	Perfil “T” Dobrado – 39 x 25 mm	m	2.250,00	15,74	13.811,85
SF-00533	Perfil “T” Laminado – 1/8" x 7/8" x 6000 mm a 1/8" x 1" x 6000 mm	m	4.500,00	11,87	20.831,85
SF-00534	Perfil Marco Vincado – 140 x 32 mm	m	2.250,00	21,16	18.567,90
SF-00535	Perfil Acabamento - 140 x 15 mm	m	2.250,00	19,75	17.330,63
SF-00536	Perfil Trilho Superior Tipo “G” - 50 x 40 mm	m	2.250,00	16,35	14.347,13
SF-00537	Perfil Tampa Trilho “G”	m	2.250,00	9,25	8.116,88
SF-00538	Chapa Perfurada de Aço Carbono - 3000 x 1200 x 1,2 mm	un	75,00	1.229,00	35.948,25
SF-00539	Chapa de Aço Xadrez – 3000 x 1200 x 3 mm	un	75,00	835,90	24.450,08
SF-00540	Ferro Redondo – 1/2”	m	450,00	7,86	1.379,43
SF-00541	Ferro Redondo – 1/4"	m	450,00	2,56	449,28



SENADO FEDERAL

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 30 (TRINTA) MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI² (R\$)	PREÇO TOTAL PARA 30 MESES (R\$)
SF-00542	Ferro Redondo – 3/8”	m	450,00	4,55	798,53
SF-00543	Ferro Quadrado – 1/2”	m	450,00	10,72	1.881,36
SF-00545	Ferro Quadrado – 3/8”	m	450,00	6,27	1.100,39
SF-00546	Ferro maciço 1 1/2”	m	300,00	86,65	10.138,05
SF-00547	Tubo Industrial Redondo – 1”	m	3.000,00	11,19	13.092,30
SF-00548	Tubo Industrial Redondo – 1 1/2”	m	3.000,00	17,48	20.451,60
SF-00549	Tubo Industrial Redondo - 1 1/4”	m	3.000,00	14,28	16.707,60
SF-00550	Tubo Industrial Redondo – 2”	m	3.000,00	23,21	27.155,70
SF-00551	Tubo quadrado em metalon - 16 x 16 mm a 20 x 20 mm - chapa 18	m	3.000,00	6,44	7.534,80
SF-00552	Tubo quadrado em metalon - 25 x 25 mm a 40 x 40 mm - chapa 18	m	3.000,00	13,46	15.748,20
SF-00553	Tubo quadrado em metalon - 50 x 50 mm - chapa 18	m	3.000,00	17,96	21.013,20
SF-00554	Tubo retangular em metalon - 30 x 20 mm - chapa 18	m	3.000,00	9,59	11.220,30
SF-00555	Tubo retangular em metalon - 40 x 20 mm a 50 x 30 mm - chapa 18	m	3.000,00	14,23	16.649,10
SF-00556	Concertina simples em aço galvanizado, lâminas de 22 x 15 mm, diâmetro 45 cm (rolo com 40 espiras)	rolo	5.000,00	160,90	313.755,00
SF-00558	Tela tipo galinheiro (hexagonal) galvanizada 2" BWG 22	m2	1.250,00	3,79	1.847,63
SF-00559	Arame galvanizado, bitola 16 BWG (1,65 mm)	kg	150,00	19,98	1.168,74
SF-00560	Arame galvanizado nº 20	kg	150,00	23,65	1.383,53
SF-00561	Tela em aço galvanizado, tipo alambrado, malha 2, fio 12	m2	2.000,00	36,48	28.454,40
SF-00562	Massa Adesiva Plástica	un	417,50	13,59	2.212,60
SF-00581	Adesivo Estrutural Epóxi Bicomponente	kg	50,00	56,39	1.099,64
SF-00583	Selante de Silicone	un	1.500,00	24,11	14.104,94
SF-00590	Fita adesiva antiderrapante na cor preta	m	7.500,00	6,93	20.270,25
SF-00591	Fita adesiva antiderrapante na cor preta com faixa fosforescente na cor branca	m	7.500,00	10,78	31.531,50
SF-00592	Lona Plástica (e ≥ 200µ)	m2	3.750,00	1,96	2.862,11
SF-01002	Dobradiça Piano	m	150,00	13,48	788,58
SF-01003	Compensado Laminado de Canela em uma face - 04 mm	m2	700,00	46,19	12.609,87
SF-01005	Compensado Laminado de Freijó em uma face - 04 mm	m2	700,00	75,97	20.739,81
SF-01007	Painel de MDF Laminado – Ovo - 25 mm	m2	700,00	86,20	23.532,60
SF-01008	Rodízio Giratório sem Freio - 2"	un	300,00	18,83	2.203,11



SENADO FEDERAL

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 30 (TRINTA) MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI ² (R\$)	PREÇO TOTAL PARA 30 MESES (R\$)
SF-01381	Laminado fenólico melamínico texturizado - Preto	m2	385,00	82,19	12.341,43
SF-01382	Compensado Laminado de Imbuia em duas faces - 15 mm	m2	700,00	76,37	20.849,01
SF-01383	Compensado Laminado de Freijó em duas faces - 15 mm	m2	700,00	137,66	37.581,18
SF-03234	Tela mosquito em aço galvanizado, malha 14, fio 31	m2	2.500,00	51,92	50.622,00
4	SUBTOTAL DE MATERIAIS COM BDI (R\$) ³				R\$3.049.968,78

³ Já considerado o fator de utilização de 0,195.



SENADO FEDERAL

A.5 UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Planilha 5 – Planilha de Composição de Custo para Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO (R\$)	BDI (%)	CUSTO TOTAL (R\$)
Uniformes							
SF-00823	Camisa polo manga curta com logotipo da empresa na frente e indicação da categoria profissional nas costas	pç	184	30,00	5.520,00	0,00	5.520,00
SF-00824	Camisa polo manga longa com logotipo da empresa na frente e indicação da categoria profissional nas costas	pc	184	67,45	12.410,80	0,00	12.410,80
SF-00825	Calças de material resistente e cor escura	pc	184	47,90	8.813,60	0,00	8.813,60
SF-00826	Gorros com pala (boné) na mesma cor da camisa	pc	92	52,45	4.825,40	0,00	4.825,40
SF-00827	Bota com solado de borracha	par	92	172,76	15.893,92	0,00	15.893,92
Equipamentos de proteção individual							
SF-00828	Bota de borracha de cano longo	par	21	42,41	890,57	0,00	890,57
SF-00829	Capa de chuva	pç	46	19,14	880,56	0,00	880,56
SF-00830	Capacete de segurança	pç	46	49,06	2.256,76	0,00	2.256,76
SF-00831	Cinto de segurança tipo paraquedista	pç	3	313,75	941,25	0,00	941,25
SF-00832	Lanterna profissional	pç	3	174,47	523,41	0,00	523,41
SF-00833	Lanterna para capacete	pç	3	69,58	208,74	0,00	208,74
SF-00834	Luva de borracha	par	17	3,72	63,24	0,00	63,24
SF-00835	Máscara de proteção respiratória com válvula e com película de carbono FFP2	pç	92	1,59	146,28	0,00	146,28
SF-00836	Óculos de segurança com proteção lateral total	pç	92	9,70	892,40	0,00	892,40
SF-00837	Protetor auditivo flexível de inserção	pç	184	3,22	592,48	0,00	592,48
SF-00838	Protetor Facial	pç	7	259,01	1.813,07	0,00	1.813,07
SF-00839	Talabarte de Posicionamento (Restrição de Movimento)	pç	3	233,06	699,18	0,00	699,18
SF-00840	Talabarte em Y	pç	3	196,94	590,83	0,00	590,83



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO (R\$)	BDI (%)	CUSTO TOTAL (R\$)
SF-00841	Travaquedas Deslizante Para Corda	pç	3	173,01	519,04	0,00	519,04
SF-00842	Travaquedas Deslizante Para Cabo de Aço	pç	3	329,31	987,93	0,00	987,93
SF-00843	Uniforme Antichamas de Proteção Contra Arcos Elétricos	pç	3	304,00	912,00	0,00	912,00
5 SUBTOTAL UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (RS)							60.381,46

A.6 DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

Planilha 6 – Depreciação de Ferramentas e Equipamentos Mínimos Necessários Disponíveis desde o Início dos Serviços

SUBITEM ⁴	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (A)	VIDA ÚTIL ⁵	VALOR UNITÁRIO DE AQUISIÇÃO (R\$) (B)	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO (R\$) (C)=(A)*(B)	PERCENTUAL DE DEPRECIAÇÃO MENSAL (%) (D) ⁶	VALOR TOTAL MENSAL DE DEPRECIAÇÃO (R\$) (E)=(C)*(D)	VALOR TOTAL DE DEPRECIAÇÃO PARA 30 (TRINTA) MESES (R\$) (F)=(E)*12
SF-00718	Alicate de corte diagonal 6"	un	5	5 anos	39,89	199,45	1,67%	3,33	99,90
SF-00719	Alicate de pressão de 10"	un	4	5 anos	57,90	231,60	1,67%	3,87	116,10
SF-00720	Alicate meia cana 6"	un	5	5 anos	72,14	360,70	1,67%	6,02	180,60
SF-00721	Alicate torquês de 8"	un	5	5 anos	35,81	179,05	1,67%	2,98	89,40
SF-00722	Alicate universal de 8"	un	26	5 anos	79,00	2.054,00	1,67%	34,30	1.029,00
SF-00723	Arco de serra	un	9	5 anos	45,21	406,89	1,67%	6,80	204,00
SF-00724	Aspirador de pó industrial	un	2	10 anos	2.608,60	5.217,20	0,83%	43,30	1.299,00
SF-00726	Caixa para ferramenta sanfonada metálica com cadeado	un	30	5 anos	154,85	4.645,50	1,67%	77,58	2.327,40
SF-00730	Chave de fenda de 1/2" x 10"	un	26	5 anos	29,37	763,62	1,67%	12,75	382,50

⁴ O item e a descrição correspondem à Tabela de Ferramentas e Instrumentos Mínimos Necessários Disponíveis desde o Início dos Serviços do Subnexo 2B.

⁵ Vida útil estimada – em anos –, tomando por base a Instrução Normativa SRF nº 1700/2017. Parâmetro a ser utilizado no cálculo da depreciação. A licitante poderá empregar outros valores de vida útil em casos muito específicos que venham a ser devidamente justificados. De qualquer forma, o respectivo valor final para 36 meses não poderá ser superior ao estimado na licitação.

⁶ Calculado como 100% / (vida útil estimada em meses). Por exemplo, para 5 anos (60 meses), utilizar 1,67% (100% / 60). Para 10 anos (120 meses), utilizar 0,83% (100% / 120).



SENADO FEDERAL

SUBITEM ⁴	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (A)	VIDA ÚTIL ⁵	VALOR UNITÁRIO DE AQUISIÇÃO (R\$) (B)	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO (R\$) (C)=(A)*(B)	PERCENTUAL DE DEPRECIACÃO MENSAL (%) (D) ⁶	VALOR TOTAL MENSAL DE DEPRE- CIACÃO (R\$) (E)=(C)*(D)	VALOR TOTAL DE DEPRECIACÃO PARA 30 (TRINTA) MESES (R\$) (F)=(E)*12
SF-00731	Chave de fenda de 1/4"	un	26	5 anos	11,97	311,22	1,67%	5,20	156,00
SF-00732	Chave de fenda de 3/16" x 5"	un	22	5 anos	8,64	190,08	1,67%	3,17	95,10
SF-00733	Chave Philips PH2 1/4" x 6"	un	4	5 anos	12,82	51,28	1,67%	0,86	25,80
SF-00734	Chave Philips PH3 5/16" x 8"	un	4	5 anos	17,87	71,48	1,67%	1,19	35,70
SF-00735	Compressor de ar	un	1	10 anos	1.144,68	1.144,68	0,83%	9,50	285,00
SF-00736	Enxadão com cabo	un	3	5 anos	57,90	173,70	1,67%	2,90	87,00
SF-00737	Enxadão estreito com cabo	un	3	5 anos	58,20	174,59	1,67%	2,92	87,60
SF-00738	Escada duplo acesso 6 degraus	un	2	5 anos	871,11	1.742,22	1,67%	29,10	873,00
SF-00739	Escada tipo tesoura e singela de fibra com 2 m	un	2	5 anos	735,44	1.470,88	1,67%	24,56	736,80
SF-00740	Escala métrica de madeira 2 m	un	3	5 anos	41,90	125,70	1,67%	2,10	63,00
SF-00741	Esmerilhadeira Angular 4,5"	un	5	10 anos	389,90	1.949,50	0,83%	16,18	485,40
SF-00742	Esmerilhadeira Angular 7"	un	3	10 anos	789,00	2.367,00	0,83%	19,65	589,50
SF-00743	Espátula forjada de 12 cm	un	5	5 anos	34,87	174,35	1,67%	2,91	87,30
SF-00744	Espátula forjada de 4 cm	un	5	5 anos	28,57	142,85	1,67%	2,39	71,70
SF-00745	Espátula forjada de 8 cm	un	5	5 anos	23,50	117,52	1,67%	1,96	58,80
SF-00746	Esquadro 300 mm	un	27	5 anos	37,34	1.008,05	1,67%	16,83	504,90
SF-00747	Estilete emborrachado de 18 mm	un	6	5 anos	33,16	198,96	1,67%	3,32	99,60
SF-00748	Estilete emborrachado de 25 mm	un	6	5 anos	31,80	190,80	1,67%	3,19	95,70
SF-00749	Faca de 8"	un	3	5 anos	28,34	85,02	1,67%	1,42	42,60
SF-00750	Furadeira Industrial	un	8	10 anos	2.771,80	22.174,40	0,83%	184,05	5.521,50
SF-00751	Jogo de chave combinada de 8 mm a 24 mm, com 14 peças	un	2	5 anos	254,53	509,06	1,67%	8,50	255,00
SF-00752	Jogo de soquetes de 1/2", 10-32 mm	un	6	5 anos	344,70	2.068,20	1,67%	34,54	1.036,20
SF-00753	Jogo de soquetes 1/4 métrico 10 soquetes	un	6	5 anos	188,84	1.133,04	1,67%	18,92	567,60



SENADO FEDERAL

SUBITEM ⁴	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (A)	VIDA ÚTIL ⁵	VALOR UNITÁRIO DE AQUISIÇÃO (R\$) (B)	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO (R\$) (C)=(A)*(B)	PERCENTUAL DE DEPRECIACÃO MENSAL (%) (D) ⁶	VALOR TOTAL MENSAL DE DEPRE- CIACÃO (R\$) (E)=(C)*(D)	VALOR TOTAL DE DEPRECIACÃO PARA 30 (TRINTA) MESES (R\$) (F)=(E)*12
SF-00754	Kit Parafusadeira de Impacto à Bateria	un	40	10 anos	842,99	33.719,60	0,83%	279,87	8.396,10
SF-00755	Linha de pedreiro de 100 m	un	2	5 anos	9,15	18,30	1,67%	0,31	9,30
SF-00756	Marreta de 1 kg	un	5	5 anos	38,77	193,85	1,67%	3,24	97,20
SF-00757	Marreta de borracha de 600 g	un	5	5 anos	52,00	260,00	1,67%	4,34	130,20
SF-00758	Martelo de bola 500 g	un	4	5 anos	68,87	275,48	1,67%	4,60	138,00
SF-00759	Martelo de pena 300 g	un	4	5 anos	47,61	190,44	1,67%	3,18	95,40
SF-00760	Martelo tipo unha	un	22	5 anos	41,85	920,70	1,67%	15,38	461,40
SF-00761	Nível manual de alumínio com base magnética 350 mm	un	22	5 anos	45,54	1.001,88	1,67%	16,73	501,90
SF-00762	Nível manual de alumínio com base magnética 220 mm	un	7	5 anos	22,03	154,21	1,67%	2,58	77,40
SF-00764	Pedra de afiar dupla face	un	22	5 anos	36,23	797,06	1,67%	13,31	399,30
SF-00768	Picareta	un	2	5 anos	95,31	190,62	1,67%	3,18	95,40
SF-00769	Prumo de centro	un	2	5 anos	47,22	94,45	1,67%	1,58	47,40
SF-00770	Prumo de parede	un	28	5 anos	53,85	1.507,69	1,67%	25,18	755,40
SF-00771	Rebitadeira manual	un	4	5 anos	145,30	581,20	1,67%	9,71	291,30
SF-00772	Régua de alumínio para pedreiro com 2 m	un	2	5 anos	126,37	252,74	1,67%	4,22	126,60
SF-00773	Serrote 20"	un	22	5 anos	98,90	2.175,80	1,67%	36,34	1.090,20
SF-00774	Serrote de costa	un	22	5 anos	56,45	1.241,90	1,67%	20,74	622,20
SF-00775	Tesoura	un	3	5 anos	18,25	54,75	1,67%	0,91	27,30
SF-00776	Tesoura de chapas tipo aviação	un	4	5 anos	104,15	416,60	1,67%	6,96	208,80
SF-00777	Trena de 5 m	un	100	5 anos	31,50	3.150,00	1,67%	52,61	1.578,30
SF-00778	Desempenadeira 1800 x 200 mm	un	1	5 anos	12.738,70	12.738,70	1,67%	212,74	6.382,20
SF-00779	Formão de 1/2"	un	22	5 anos	23,48	516,56	1,67%	8,63	258,90
SF-00780	Formão de 1/4"	un	22	5 anos	28,40	624,80	1,67%	10,43	312,90
SF-00781	Formão de 3/4"	un	22	5 anos	28,33	623,26	1,67%	10,41	312,30
SF-00782	Grampeador para Molduras	un	1	10 anos	3.580,00	3.580,00	0,83%	29,71	891,30
SF-00783	Grampeador Uso Leve	un	6	5 anos	89,96	539,76	1,67%	9,01	270,30
SF-00784	Lixadeira de cinta	un	1	10 anos	8.696,01	8.696,01	0,83%	72,18	2.165,40



SENADO FEDERAL

SUBITEM ⁴	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (A)	VIDA ÚTIL ⁵	VALOR UNITÁRIO DE AQUISIÇÃO (R\$) (B)	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO (R\$) (C)=(A)*(B)	PERCENTUAL DE DEPRECIACÃO MENSAL (%) (D) ⁶	VALOR TOTAL MENSAL DE DEPRE- CIAÇÃO (R\$) (E)=(C)*(D)	VALOR TOTAL DE DEPRECIACÃO PARA 30 (TRINTA) MESES (R\$) (F)=(E)*12
SF-00785	Lixadeira e politriz angular 7''/9''	un	6	10 anos	1.149,00	6.894,00	0,83%	57,22	1.716,60
SF-00786	Lixadeira Excêntrica	un	3	10 anos	576,45	1.729,35	0,83%	14,35	430,50
SF-00787	Lixadeira Fita	un	1	10 anos	11.048,75	11.048,75	0,83%	91,70	2.751,00
SF-00788	Lixadeira orbital	un	3	10 anos	420,50	1.261,50	0,83%	10,47	314,10
SF-00790	Plaina desempenadeira	un	1	10 anos	14.655,65	14.655,65	0,83%	121,64	3.649,20
SF-00791	Plaina desengrossadeira	un	1	10 anos	25.218,79	25.218,79	0,83%	209,32	6.279,60
SF-00792	Plaina elétrica	un	3	10 anos	949,99	2.849,97	0,83%	23,65	709,50
SF-00793	Plaina manual No. 5	un	22	5 anos	240,08	5.281,76	1,67%	88,21	2.646,30
SF-00794	Policorte 14'' 2000 W	un	1	10 anos	1.369,00	1.369,00	0,83%	11,36	340,80
SF-00795	Raspador manual para madeira	un	6	5 anos	57,60	345,60	1,67%	5,77	173,10
SF-00796	Serra meia esquadria	un	1	10 anos	1.858,04	1.858,04	0,83%	15,42	462,60
SF-00797	Serra Meia Esquadria Radial	un	1	10 anos	3.582,13	3.582,13	0,83%	29,73	891,90
SF-00798	Serra tico-tico com controle de velocidade	un	10	10 anos	2.082,27	20.822,70	0,83%	172,83	5.184,90
SF-00799	Torno para Madeira com Copiador	un	1	10 anos	2.135,89	2.135,89	0,83%	17,73	531,90
SF-00800	Tupia de Coluna	un	1	10 anos	529,10	529,10	0,83%	4,39	131,70
SF-00801	Tupia de Laminação	un	5	10 anos	495,31	2.476,55	0,83%	20,56	616,80
SF-00802	Tupia Estacionária Refiladora de Borda Pinça	un	1	10 anos	4.832,63	4.832,63	0,83%	40,11	1.203,30
SF-00803	Calandra de chapas motorizada	un	1	10 anos	13.680,00	13.680,00	0,83%	113,54	3.406,20
SF-00804	Calandra de tubos e perfis motorizada	un	1	10 anos	7.967,69	7.967,69	0,83%	66,13	1.983,90
SF-00805	Conjunto de Solda Mig 250 A	un	1	10 anos	7.170,48	7.170,48	0,83%	59,51	1.785,30
SF-00806	Maçarico para gás GLP	un	2	5 anos	1.582,63	3.165,26	1,67%	52,86	1.585,80
SF-00807	Máquina de solda inversora AC/DC 200 A 220 V	un	8	10 anos	2.427,18	19.417,44	0,83%	161,16	4.834,80
SF-00819	Rolo lâ de carneiro 23 cm com suporte	un	5	5 anos	18,61	93,05	1,67%	1,55	46,50



SENADO FEDERAL

SUBITEM ⁴	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (A)	VIDA ÚTIL ⁵	VALOR UNITÁRIO DE AQUISIÇÃO (R\$) (B)	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO (R\$) (C)=(A)*(B)	PERCENTUAL DE DEPRECIACÃO MENSAL (%) (D) ⁶	VALOR TOTAL MENSAL DE DEPRE- CIAÇÃO (R\$) (E)=(C)*(D)	VALOR TOTAL DE DEPRECIACÃO PARA 30 (TRINTA) MESES (R\$) (F)=(E)*12
SF-04677	Martelete perfurador (2 Kg)	un	1	10 anos	798,99	798,99	0,83%	6,63	198,90
6	SUBTOTAL DE DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (R\$)								85.206,30

A.7 VALOR GLOBAL ESTIMADO

Planilha 7 – Valor Global Total Estimado

ITEM	DESCRIÇÃO	FATOR DE UTILIZAÇÃO		
			SUBTOTAL DO ITEM	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA 30 MESES
1	Subtotal da Equipe de Dedicação Exclusiva	N/A	R\$ 8.582.468,10	R\$ 8.582.468,10
2	Subtotal de Serviços Sob Demanda	0,75	R\$ 1.139.564,50	R\$ 854.673,38
3	Subtotal de Relógio de Ponto Biométrico	N/A	R\$ 805,80	R\$ 805,80
4	Subtotal de Materiais	0,39	R\$ 7.818.053,77	R\$ 3.049.968,78
5	Subtotal de Depreciação Ferramental	N/A	R\$ 85.139,70	R\$ 85.206,30
Valor Global Estimado para 30 Meses (R\$)				R\$ 12.573.122,36



SENADO FEDERAL

SUBANEXO 2B – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SUMÁRIO

- A DISPOSIÇÕES GERAIS**
 - A.1 DISCREPÂNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÃO**
 - A.2 FERRAMENTAS E EQUIPE TÉCNICA**
- B DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
 - B.1 ORDENS DE SERVIÇO**
 - B.1.1 Abertura de Ordem de Serviço**
 - B.1.2 Fechamento de Ordem de Serviço**
 - B.2 Acompanhamento dos Resultados**
 - B.3 Consumíveis**
 - B.4 Uniformes/EPI**
 - B.5 INSTALAÇÕES DO SENADO FEDERAL CEDIDAS À CONTRATADA**
 - B.6 LOGÍSTICA**
 - B.7 CRITÉRIO DE ANALOGIA**
 - B.7.1 Referência de Marca, Modelo ou Fabricante**
 - B.8 ESTOQUE MÍNIMO A SER MANTIDO NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL**
 - B.9 NORMAS TÉCNICAS**
- C ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**
 - C.1 POSTOS DE SERVIÇO**
 - C.1.1 Introdução**
 - C.1.2 Diretrizes Gerais**
 - C.1.3 Medição**
 - C.1.4 Periculosidade e Insalubridade**
 - C.1.5 Banco de Horas**
 - C.1.6 Descrição dos cargos**
 - C.1.7 Quantitativo, Lotação e Horário de Expediente**
 - C.1.8 Condições de Execução**
 - C.2 SERVIÇOS SOB DEMANDA**



SENADO FEDERAL

- C.2.1 Introdução
 - C.2.1.1 Limite de Desembolso por Serviços sob Demanda
 - C.2.1.2 Procedimento
 - C.2.1.3 Relatório de Serviço sob Demanda
- C.2.2 Especificação dos Serviços sob Demanda
- C.2.3 Pagamento de Serviços Não Constantes das Planilhas do Subnexo 2A
- C.3 SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO
 - C.3.1 Diretrizes
- C.4 MATERIAIS
 - C.4.1 Limite de Desembolso de Materiais
 - C.4.2 Condições de Fornecimento
 - C.4.3 Garantia
 - C.4.4 Condições de Pagamento
 - C.4.5 Especificação dos materiais
 - C.4.6 Pagamento de Materiais Não Constantes das Planilhas do Subanexo 2A
- C.5 FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS
 - C.5.1 Unidade de Medição
- C.6 UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL



SENADO FEDERAL

A. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este documento contém as especificações técnicas de serviços contínuos e sob demanda referentes à manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas e equipamentos de marcenaria e serralheria do Complexo Arquitetônico do Senado Federal e das Residências Oficiais. Os padrões de desempenho e qualidade do serviço estão objetivamente definidos neste CADERNO, de forma que o objeto pode ser considerado um serviço comum de engenharia.

A.1 DISCREPÂNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÃO

2. Para solucionar divergências entre documentos contratuais, fica estabelecido que:
 - 2.1 Em caso de divergência entre o presente CADERNO e o edital e anexos, prevalecerá o primeiro; e
 - 2.2 Em caso de dúvida quanto à interpretação deste CADERNO, ou do Ato Convocatório, deverá sempre ser consultado o Senado Federal.

A.2. FERRAMENTAS E EQUIPE TÉCNICA

3. Caberá à Contratada fornecer todos os instrumentos, ferramentas e equipe técnica, em quantidade e com as qualificações necessárias à execução do objeto contratual – conforme detalhamento contido neste CADERNO – e à conclusão e entrega dos produtos nos prazos e condições estabelecidos no edital e seus anexos.
4. Obriga-se a Contratada a retirar das dependências do SENADO as ferramentas ou instrumentos porventura impugnados pela FISCALIZAÇÃO dentro de 3 (três) dias úteis, a contar da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço (O.S.) atinente ao assunto.
5. Será expressamente proibido manter nas dependências do SENADO quaisquer ferramentas, instrumentos ou profissionais que não satisfaçam às especificações deste CADERNO.

B. DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6. A Contratada deverá:
 - 6.1 Comunicar ao Senado Federal via mensagem eletrônica (e-mail), no prazo máximo de 1 (uma) hora a partir da constatação do fato, as ocorrências extraordinárias ou anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as no Livro de Ocorrências com os dados e circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;



SENADO FEDERAL

6.2 Minimizar o transtorno à atividade legislativa;

- 6.3. Solicitar autorização à FISCALIZAÇÃO para os serviços que exijam o desligamento de outros sistemas (sistemas hidráulico, sanitário, elétrico, de redes de dados, de prevenção e combate a incêndio e pânico, de condicionamento de ar e exaustão).
7. A Contratada deverá tomar todas as providências necessárias para a manutenção da estética nos locais que sofrerão intervenções, devendo:
 - 7.1. Manter o local dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa e fina logo após o término de quaisquer trabalhos;
 - 7.2. Proteger paredes, pisos, portas, móveis e objetos das áreas próximas aos serviços, utilizando lonas ou outros materiais adequados, se necessário; e
 - 7.3. Recolocar, nos respectivos lugares, móveis, peças, componentes e equipamentos quando removidos para a execução dos serviços.
8. Todos os tapumes e proteções necessários ao isolamento e segurança dos locais dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.
9. Caso seja necessário trabalhar em áreas internas fora do Expediente Regular do Senado Federal (definido no Subanexo 2H do edital), a Contratada deverá assegurar que a área em que ocorreu o serviço esteja limpa e livre de qualquer obstáculo (entulho, andaime, ferramentas etc.) até às 8h do primeiro dia útil subsequente. Casos excepcionais, que demandem a continuidade do trabalho por mais tempo, deverão ser previamente autorizados pela FISCALIZAÇÃO.
10. Deverão também ser observados os seguintes cuidados com o meio ambiente:
 - 10.1. Para os materiais listados no art. 33 da Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 (baterias, óleos, lâmpadas, produtos eletroeletrônicos), a Contratada deverá atuar através do sistema de logística reversa, descartando os materiais substituídos na forma estabelecida nos regulamentos ambientais, Resoluções e legislações vigentes aplicáveis. O custo para esse descarte deverá estar incluso no custo de cada um desses materiais. Deverão ser apresentados declarações/certificados de conformidade de descarte junto ao faturamento mensal.
 - 10.1.1. O descarte de óleos lubrificantes, fluidos, drenados e resíduos sólidos oleosos (embalagens, filtros, estopas, panos) usados deverá ser realizado conforme regulamentos ambientais do Distrito Federal e da União, Resoluções CONAMA nº 362 - 23/6/2005, nº 430 – 13/5/2011 e suas alterações e demais normas vigentes; e



SENADO FEDERAL

10.1.2. O descarte de baterias e demais resíduos sólidos deverá ser realizado conforme Lei nº 12.305/2010 e suas alterações e demais normas vigentes.

10.2. As pilhas e baterias adquiridas no âmbito desta contratação deverão atender à legislação vigente, em especial a Resolução CONAMA nº 401/2008, a Instrução Normativa IBAMA nº 03/2010 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS, instituída pela Lei 12.305/2010.

B.1. ORDENS DE SERVIÇO

B.1.1. Abertura de Ordem de Serviço

11. A CONTRATADA deverá realizar a abertura de cada Ordem de Serviço no Sistema de Gerenciamento de Manutenção do Senado Federal (sistema REDMINE ou SERADAN ou aquele que vier a substituí-lo). As Ordens de Serviço deverão conter a autorização da FISCALIZAÇÃO.

B.1.2. Fechamento de Ordem de Serviço

12. Apenas após a plena execução de cada serviço – observadas as especificações técnicas e normas técnicas aplicáveis a cada caso, incluindo o reparo, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às suas expensas, de danos causados por ou decorrentes da execução do serviço, a Contratada deverá realizar o fechamento de Ordem de Serviço no Sistema de Gerenciamento de Manutenção do Senado Federal, com um breve relato da situação verificada e dos procedimentos adotados para cumprir cada serviço.

B.2. Acompanhamento dos Resultados

13. Como condição do recebimento mensal dos serviços, será necessário que a Contratada elabore e entregue mensalmente um Relatório de Execução, que estará sujeito à aprovação da FISCALIZAÇÃO, previamente ao faturamento do mês de referência, conforme o Subanexo 2C deste edital.

B.3. Consumíveis

14. São considerados consumíveis os itens de pequeno valor consumidos durante a execução dos serviços ou de elevado desgaste, tais como os listados abaixo:

Tabela 1 – Lista de Consumíveis (não exaustiva)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
SF-00593	Tapa Furo Plástico



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
SF-00594	Arremate de Plástico - (Tampa para cabeça de parafuso)
SF-00595	Rebite de Aço Maciço – 1/4” x 1/2”
SF-00596	Rebite de Aço Maciço – 3/16” x 1”
SF-00597	Rebite de Aço Maciço – 3/16” x 1/2”
SF-00598	Arruela Lisa de 1/2”
SF-00599	Arruela Lisa de 3/4”
SF-00600	Arruela Lisa de 5/16”
SF-00601	Arruela Lisa de 1/4”
SF-00602	Bucha Plástica S5
SF-00603	Bucha Plástica S6
SF-00604	Bucha Plástica S8
SF-00605	Bucha Plástica S10
SF-00606	Bucha Plástica S12
SF-00607	Rebite de Repuxo de 32 x 10
SF-00608	Rebite de Repuxo de 40 x 12
SF-00609	Rebite de repuxo de 62 x 30 mm
SF-00610	Rebite de Repuxo de 3/16” x 30 mm
SF-00611	Rebite de Repuxo de 4.8 x 12 mm
SF-00612	Rebite de Repuxo de 4.8 x 25 mm
SF-00613	Rebite de Repuxo de 6.2 x 22 mm
SF-00614	Parafuso Phillips Cabeça Chata - 3.0 x 10 mm
SF-00615	Parafuso Phillips Cabeça Chata - 3.0 x 12 mm
SF-00616	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.0 x 16
SF-00617	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.0 x 22
SF-00618	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.0 x 25
SF-00619	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.0 x 30
SF-00620	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.5 x 14
SF-00621	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.5 x 16
SF-00622	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.5 x 20
SF-00623	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.5 x 22 mm
SF-00624	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.5 x 25 mm
SF-00625	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.5 x 30
SF-00626	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.5 x 35
SF-00627	Parafuso Philips Cabeça Chata - 3.5 x 40
SF-00628	Parafuso Phillips Cabeça Chata - 40x40mm
SF-00629	Parafuso Phillips Cabeça Chata - 4.0x45mm
SF-00630	Parafuso Phillips Cabeça Chata - 4.0x50mm
SF-00631	Parafuso Phillips cabeça chata - 4.0x60mm



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
SF-00632	Parafuso Philips Cabeça Chata - 4.0 x 30
SF-00633	Parafuso Philips Cabeça Chata - 4.0 x 35
SF-00634	Parafuso Philips Cabeça Chata - 5.0 x 60
SF-00635	Parafuso Philips Cabeça Chata - 6.0 x 60
SF-00636	Parafuso Philips Cabeça Chata - 6.0 x 65
SF-00637	Porca Tipo Borboleta – 1/4”
SF-00638	Parafuso Philips Cabeça Oval - 4.0 x 16
SF-00639	Parafuso Tipo Board
SF-00640	Cavilha de Madeira – 6 x 30 mm
SF-00641	Cavilha de Madeira – 8 x 40 mm
SF-00642	Cavilha de Madeira – 10 x 50 mm
SF-00643	Orelhinha para suporte de Vitro
SF-00644	Prego 18X27
SF-00645	Ácidos
SF-00646	Aditivos químicos
SF-00647	Água destilada
SF-00648	Água sanitária
SF-00649	Alcoóis
SF-00650	Botijões de gás inclusive p-13
SF-00651	Cola branca
SF-00652	Desengraxantes
SF-00653	Desengripante
SF-00654	Detergentes
SF-00655	Eletrodos para solda
SF-00656	Espuma
SF-00657	Escovas para limpeza
SF-00658	Estopa
SF-00659	Fita de arquear
SF-00660	Fita teflon veda-rosca
SF-00661	Fita vinílica de proteção
SF-00662	Fitas adesivas
SF-00663	Fitas isolantes
SF-00664	Fluxo de solda
SF-00665	Fundo anticorrosivo
SF-00666	Gasolina
SF-00667	Graxas
SF-00668	Impermeabilizantes
SF-00669	Jogo de brocas para concreto



SENADO FEDERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
SF-00670	Jogo de brocas para madeira
SF-00671	Jogo de discos para polir e para lixar
SF-00672	Jogo de pontas e brocas para metal
SF-00673	Jogo de pontas para parafusadeira
SF-00674	Kit de brocas serra copos inclusive para metal
SF-00675	Lâminas de serra de arco
SF-00676	Lâminas de serra e de segueta
SF-00677	Lâminas de serra tico-tico
SF-00678	Limas chatas
SF-00679	Limas triangulares
SF-00680	Lixas
SF-00681	Lonas
SF-00682	Lubrificantes
SF-00683	Materiais de escritório
SF-00684	Óleos
SF-00685	Palha de aço
SF-00686	Panos
SF-00687	Parafina
SF-00688	Pasta para solda
SF-00689	Pilhas e baterias
SF-00690	Pincéis
SF-00691	Pregos em tamanhos variados
SF-00692	Produtos antiferrugem
SF-00693	Querosene
SF-00694	Rebolos
SF-00695	Rebolos de esmeril retangular
SF-00696	Resinas
SF-00697	Sabão
SF-00698	Serra copo
SF-00699	Silicone
SF-00700	Soldas
SF-00701	Solventes
SF-00702	Utensílios e produtos para limpeza
SF-00703	Varetas soldadoras
SF-00704	Vaselina
SF-00705	Vedante em gel
SF-00706	Massa epóxi
SF-00707	Algodão



SENADO FEDERAL

15. Pela natureza desses itens, não há previsão de remuneração específica. O prazo de fornecimento é de 02 (dois) dias úteis.

B.4. Uniformes/EPI

16. Os funcionários da Contratada para os cargos de Ajudante de Marceneiro, Ajudante de Serralheiro, Lustrador de Móveis, Marceneiro e Serralheiro deverão trajar uniformes sempre limpos fornecidos pela empresa. Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários, mediante recibo (relação nominal), que poderá ser solicitado pela FISCALIZAÇÃO a qualquer tempo durante a vigência do Contrato. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao funcionário e não será permitido exigir a devolução do uniforme usado.
17. O conjunto de uniforme desses funcionários da Contratada deve atender aos requisitos mínimos estabelecidos nos Subanexos 2B.3 e 2B.4:
18. A Contratada deverá fornecer pelo menos 4 (quatro) conjunto de uniforme para cada funcionário, anualmente, sendo que o primeiro conjunto será entregue em até 30 (trinta) dias do início da execução.
19. A Contratada deverá fornecer também Equipamentos de Proteção Individual – EPI elencados no presente caderno, além daqueles exigidos por regramento oficial, federal ou local. Deverá ser observado também o estabelecido nos Subanexos 2B.3, 2B.4 e 2D do edital.
20. O custo correspondente ao fornecimento desses uniformes e EPIs deverá estar incluso na composição de custos dos postos de serviço.

B.5. INSTALAÇÕES DO SENADO FEDERAL CEDIDAS À CONTRATADA

21. Será cedido à empresa contratada, para a realização de suas atividades, espaço dentro do Complexo Arquitetônico do Senado Federal. Quaisquer adequações necessárias nos espaços cedidos serão de responsabilidade da Contratada. Ainda, a manutenção e conservação desses espaços são de responsabilidade da contratada, não cabendo ao Senado Federal fornecer materiais e equipamentos para adequar os espaços às necessidades da empresa. A permissão de uso dos espaços obedecerá às disposições da regulamentação interna do Senado Federal.

B.6. LOGÍSTICA

22. A logística necessária para a execução dos serviços será de responsabilidade da Contratada, incluindo, no mínimo:



SENADO FEDERAL

- 22.1. Controle e planejamento de estoque e movimentação dos materiais necessários à execução do serviço;
- 22.2. Meios de comunicação entre integrantes de sua equipe, e entre o Senado Federal e a empresa;
- 22.3. Remoção, quando absolutamente necessário, de equipamentos para reparo em assistência técnica autorizada, mediante autorização escrita da FISCALIZAÇÃO, devendo restituí-lo em perfeito estado de funcionamento, dentro do prazo acordado, sem qualquer ônus adicional para o Senado Federal, inclusive quanto ao respectivo transporte e acondicionamento.

B.7. CRITÉRIO DE ANALOGIA

- 23. Se as circunstâncias ou as condições locais tornarem tecnicamente necessária a substituição de algum material, equipamento ou ferramenta deste CADERNO, essa substituição obedecerá aos critérios dispostos a seguir e somente poderão ser efetuadas mediante expressa autorização, por escrito, da FISCALIZAÇÃO para cada caso particular.
- 24. A substituição referida no parágrafo 23 será regulada pelo critério de analogia, admitindo-se apenas a analogia total ou equivalência quando dois materiais ou ferramentas desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características exigidas neste CADERNO. Nessa eventualidade, a substituição se processará sem haver compensação financeira entre as partes.
- 25. Não se admite consulta sobre analogia, por parte da Contratada, após a aplicação do material ou ferramenta e, tampouco, que tal consulta sirva como justificativa para o não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato.

B.7.1. Referência de Marca, Modelo ou Fabricante

- 26. O fornecimento dos insumos e equipamentos listados no Subanexo 2A é obrigatório, considerando a marca e modelo de referência. Fica facultado à contratada o fornecimento de elementos similares, contanto que ela formalize a sua intenção de fornecer equipamentos similares antes do efetivo fornecimento.
- 27. Consideram-se similares, para esse efeito, os produtos com preço de mercado e desempenho técnico e operacional equivalentes ou superiores aos do produto de referência.
- 28. O Senado Federal poderá exigir, conforme cada caso, o fornecimento de amostras e a apresentação de documentos de suporte para comprovar a similaridade dos produtos ofertados. Os documentos de suporte podem incluir, por exemplo, catálogos técnicos,



SENADO FEDERAL

certificado de ensaios realizados pelo fabricante, nota fiscal ou fatura [invoice] de compra do produto, sempre com ônus integral para a Contratada.

29. A similaridade será avaliada objetivamente pela FISCALIZAÇÃO em termos de preço de mercado e desempenho técnico e operacional equivalentes ou superiores aos do produto de referência. O preço de mercado do produto ofertado poderá ser verificado pelo Senado Federal, valendo-se da mesma metodologia utilizada para apurar o preço dos produtos de referência. O desempenho técnico e operacional será verificado diante do caso concreto, podendo abranger as características do produto de referência, os requisitos especificados no Edital e em normas técnicas, os aspectos visuais (aparência e acabamento), materiais de fabricação, funcionalidade, ergonomia, durabilidade e compatibilidade com outros sistemas.
30. O Senado Federal está ciente de que a aferição de similaridade entre produtos técnicos pode ser um processo complexo e oneroso, por vezes impraticável ou inviável. O Senado Federal não dispõe de instrumentos de precisão nem de recurso para realizar ensaios, por exemplo, de verificação de resistência mecânica a tração e compressão, espessura e desempenho de revestimento, caracterização de liga metálica, envelhecimento acelerado, resistência mecânica a impactos, grau de proteção IP, resistência a corrosão, alinhamento de superfície, integridade de solda. Por isso, o Senado Federal reserva para si o direito de rejeitar produtos cuja comprovação de similaridade em relação ao produto de referência dependa de ensaios ou processos de investigação indisponíveis dentro da sua estrutura administrativa.

B.8. ESTOQUE MÍNIMO A SER MANTIDO NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL

31. A CONTRATADA deverá manter um estoque mínimo de até R\$59.906,01 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e um centavo), com itens e quantidades a serem definidos formalmente pela Fiscalização ao longo do Contrato conforme padrões de uso. Os itens serão entre os constantes na Planilha de Insumos do Subanexo 2A.
32. Ao fim da contratação, a Contratada deverá fornecer ao Senado Federal, mediante pagamento, esses materiais que compõe o estoque mínimo.

B.9. NORMAS TÉCNICAS

33. Os serviços a serem executados deverão obedecer:



SENADO FEDERAL

- 33.1. Às normas e especificações constantes deste CADERNO;
- 33.2. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT vigentes.
- 33.3. Às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 33.4. Às disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal;
- 33.5. Às regulamentações das empresas concessionárias;
- 33.6. Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- 33.7. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 33.8. Instruções técnicas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO; e
- 33.9. Às práticas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio - SEAP (disponíveis em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/publicacoes2/manuais>”, Menu “Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP”).

C. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

C.1. POSTOS DE SERVIÇO

C.1.1. Introdução

- 34. Os postos de serviço com mão de obra fixa, dedicada exclusivamente ao Senado Federal no horário de expediente, são os listados na Tabela 2 do item C.1.7 deste CADERNO.

C.1.2. Diretrizes Gerais

- 35. A contratação dos postos de serviço seguirá as seguintes diretrizes:
 - 35.1. Os(As) funcionários(as) terceirizados(as) lotados(as) nos postos de serviço descritos neste item 0 terão dedicação exclusiva ao Senado Federal nos horários de expediente definidos no item 0 deste CADERNO, devendo comparecer nos dias de Expediente Regular do Senado Federal, sendo facultado o comparecimento em dias quando a Administração determinar “ponto facultativo”;
 - 35.2. As faltas legais ou não dos funcionários serão glosadas do pagamento mensal, sendo responsabilidade da Contratada prever o custo das faltas legais na proposta comercial. O desconto do custo das faltas legais nos vencimentos dos funcionários é vedado;



SENADO FEDERAL

C.1.3 Medição

36. Os serviços prestados através de postos de serviço serão medidos com a comprovação de presença através de ponto controlado por sistema eletrônico biométrico, comprovante de depósito dos salários dos(as) funcionários(as) em conta corrente, comprovante de pagamento de auxílio alimentação e transporte e quaisquer outros custos apresentados na proposta da Contratada.

C.1.4. Periculosidade e Insalubridade

37. A concessão de adicional de insalubridade ou de periculosidade tem como base LAUDO TÉCNICO PERICIAL DE AVALIAÇÃO DE ADICIONAIS OCUPACIONAIS nº 09/2024 elaborado por servidor público efetivo do Senado Federal, cargo de Analista Legislativo – Engenharia do Trabalho. (Subanexo 2I)
38. De acordo com o laudo, nenhum profissional elencado neste edital e anexos fará jus ao pagamento de adicional de insalubridade, nem de periculosidade.

C.1.5. Banco de Horas

39. Considerando o histórico de demandas objeto do presente termo de referência, observa-se dispersão temporal heterogênea e inconstante do fluxo de necessidade da prestação de serviços fora do expediente regular da Casa. Dada essa imprevisibilidade intrínseca de frequência e de quantidade, não há como estimar um adicional exato de horas-extras para considerar em composições de custos. Assim, não podendo haver previsão contratual e orçamentária para remuneração pecuniária de horas-extras, mas diante da necessidade real de se atender às demandas do Senado Federal fora da jornada usual, torna-se fundamental que o funcionário contratado possa fazer uso do mecanismo de banco de horas, que consiste em um sistema de compensação de horas e respectivos adicionais (quando fora dos dias úteis), sem custos adicionais para o Senado Federal com pagamentos de horas extras ou outras pecúnias. O uso do recurso de Banco de Horas é proposto no intuito de permitir a execução e supervisão de serviços fora dos horários estabelecidos na Tabela 1. De acordo com o observado nas últimas versões de contratações com objeto similar, as condições mínimas a serem atendidas são as seguintes:
- 39.1 O saldo máximo, positivo ou negativo, será de 35 (trinta e cinco) horas para cada funcionário(a) de maneira a não comprometer a execução dos serviços de interesse do Senado Federal;
- 39.2 Excedido o limite positivo não se computará qualquer hora adicional do(a) funcionário(a);



SENADO FEDERAL

- 39.3 Excedido o limite negativo ocorrerá a glosa do valor excedente;
- 39.4 Não haverá pagamento, por parte do Senado Federal, de saldo positivo remanescente no Banco de Horas ao final do Contrato. A contabilização de saldo será efetuada funcionário(a) por funcionário(a), de forma independente;
- 39.5 Haverá glosa do saldo negativo remanescente no Banco de Horas ao final do Contrato. A contabilização de saldo será efetuada funcionário(a) por funcionário(a), de forma independente.
40. Em caso de conflito entre o estabelecido neste CADERNO e os termos das convenções coletivas aplicáveis, deverão prevalecer as determinações das convenções coletivas.

C.1.6. Descrição dos cargos

41. A descrição dos cargos consta do Subanexo 2B.3 deste CADERNO.

C.1.7. Quantitativo, Lotação e Horário de Expediente

42. Na Tabela 1 observa-se o quantitativo, a lotação e o horário de expediente para os Postos de Serviço de dedicação exclusiva ao Senado Federal. O horário de expediente dos funcionários pode ser alterado para que o início ocorra no período compreendido entre 07h e 09h, sempre considerando o intervalo mínimo de 1 (uma) hora para descanso.

Tabela 1 – Quantitativo, Lotação e Horário de Expediente para os Postos de Serviço

Local de Lotação	Horário	Cargo	Quantidade
CASF	40 horas semanais 9h–12h/13h–18h Segunda a sexta-feira (O horário pode ser alterado dentro dos limites previstos para o expediente regular do Senado Federal – Subnexo2H)	Supervisor(a)- Geral	1
	44 horas semanais 8h–12h/13h–18h Segunda a quinta-feira 8h–12h/13h–17h Sexta-feira (O horário pode ser alterado dentro dos limites previstos para o expediente regular do Senado Federal – Subnexo2 H)	Ajudante de Marceneiro(a)	11
		Ajudante de Serralheiro(a)	3
		Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado	1
		Lustrador(a) de Móveis	7
		Marceneiro(a)	21
		Serralheiro(a)	6
Total de Postos de Serviço e Número total de funcionários			50



SENADO FEDERAL

C.1.8. Condições de Execução

43. A Contratada será a única responsável pelo controle da mão de obra, inclusive quanto à:

- 45.1. Contratação e dispensa de funcionários(as);
- 45.2. Delegação de responsabilidades;
- 45.3. Definição de equipes; e
- 45.4. Distribuição de tarefas.

C.2. SERVIÇOS SOB DEMANDA

C.2.1 Introdução

44. Neste item estão especificados os serviços eventuais ou especializados que serão executados pela Contratada – a serem subcontratados ou realizados por outros(as) funcionários(as) da empresa, não integrantes da Equipe de Dedicção Exclusiva – conforme demanda e somente após autorização da FISCALIZAÇÃO.

C.2.1.1 Limite de Desembolso por Serviços sob Demanda

45. O desembolso pelo Senado Federal por Serviços sob Demanda será sujeito ao seguinte limite:

- 47.1. Limite para os 30 (trinta) meses correspondente ao fator de utilização de 0,75 multiplicado pelo Subtotal Serviços sob Demanda da Planilha 2 do Subanexo 2A.

C.2.1.2 Procedimento

46. O recebimento, a autorização, a execução e o pagamento dos Serviços sob Demanda devem seguir rigorosamente o seguinte processo:

- 48.1. Solicitação de serviço é cadastrada no Sistema de Gerenciamento de Manutenção do Senado Federal pela FISCALIZAÇÃO;
- 48.2. Autorização formal e circunstanciada da FISCALIZAÇÃO;
- 48.3. Emissão da Ordem de Serviço;
- 48.4. Execução do Serviço;
- 48.5. Atesto da execução do serviço pela FISCALIZAÇÃO; e
- 48.6. Elaboração e entrega de Relatório de Serviço sob Demanda.



SENADO FEDERAL

C.2.1.3 Relatório de Serviço sob Demanda

47. Quando da realização de Serviços sob Demanda, deverá ser apresentado relatório contendo detalhamento das ações efetuadas, conforme modelo no Subanexo 2C do edital. Esse relatório, que deverá ser assinado pelo(a) Responsável Técnico(a), deverá estar anexado ao Relatório de Execução e estará sujeito à aprovação da FISCALIZAÇÃO previamente ao faturamento do mês de referência.

C.2.2. Especificação dos Serviços sob Demanda

48. A especificação dos Serviços sob Demanda está disponível no Subanexo 2B.4 deste CADERNO.

C.2.3. Pagamento de Serviços Não Constantes das Planilhas do Subnexo 2A

49. A critério da FISCALIZAÇÃO, a Contratada estará obrigada a prestar outros serviços sob demanda, por meios próprios ou mediante subcontratação, imprescindíveis à manutenção dos sistemas objeto da presente contratação, mas que eventualmente não constem das Planilhas de Composição de Custo do Subnexo A do Termo de Referência, mediante pagamento.
50. Os serviços sob demanda mencionados no parágrafo anterior serão prestados mediante justificativa, e só poderão ser utilizados após a devida autorização da FISCALIZAÇÃO.
51. Os serviços sob demanda a serem pagos deverão constar de nota fiscal específica fornecida por empresa especializada na prestação dos serviços em questão, emitida em nome da Contratada.
52. O valor para pagamento será o menor apurado entre o valor da nota fiscal e o verificado na tabela SINAPI subtraído do desconto médio concedido na proposta comercial da empresa sobre a lista de serviços sob demanda do edital (Planilha 2 do **Subnexo 2A** do Termo de Referência), apurado pela seguinte fórmula:

$$\% \text{ Desconto Médio} = \frac{V_{\text{Edital}} - V_{\text{Proposta}}}{V_{\text{Edital}}} \times 100$$

53. Caso o item não conste da tabela SINAPI, o valor máximo a ser pago não poderá ser superior ao valor de mercado apurado por meio de pesquisa de preços realizada pelo Senado Federal decrescido do desconto médio calculado conforme formulação acima.
54. O Contrato deverá indicar expressamente o percentual de desconto médio concedido pela empresa em sua proposta comercial para serviços sob demanda. Em caso de omissão, tal valor será apurado pela FISCALIZAÇÃO a partir da fórmula indicada anteriormente.



SENADO FEDERAL

55. O gasto máximo do Senado Federal com serviços sob demanda para os 30 (trinta) meses, incluindo os gastos contemplados neste item, não poderá exceder o valor total contratado para essa finalidade (total para serviços sob demanda – referente à Planilha 2 do Subanexo 2A) multiplicado pelo fator de utilização de 0,75. Exclusivamente para os serviços não previstos, a limitação para o período anual é de R\$ 59.906,02.

C.3. SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO

C.3.1. Diretrizes

56. Deverá ser instalado Sistema de Ponto Eletrônico biométrico de forma a comprovar a presença dos(as) funcionários(as) da Contratada, conforme especificado no item 0 e no Subanexo 2B.4 deste CADERNO.

C.4. MATERIAIS

57. Na Planilha 4 do Subanexo 2A estão discriminados os materiais, incluindo os limites máximos de fornecimento para os 30 (trinta) meses, que serão custeados pelo Senado Federal durante a execução do Contrato.

C.4.1. Limite de Desembolso de Materiais

58. O desembolso pelo Senado Federal para Materiais será sujeito ao seguinte limite:

- 60.1. Limite para os 30 (trinta) meses correspondente ao fator de utilização de 0,39 multiplicado pelo Subtotal Materiais da Planilha 4 do Subanexo 2A.

C.4.2. Condições de Fornecimento

59. O fornecimento de materiais obedecerá às seguintes condições mínimas:

- 61.1. Os materiais fornecidos devem ser novos e originais, não sendo admitida a utilização de “restos de obra”;
- 61.2. A utilização de quaisquer materiais deve estar registrada em uma Ordem de Serviço e no Sistema de Gerenciamento de Manutenção do Senado Federal.

C.4.3. Garantia

60. Os materiais fornecidos ao Senado Federal devem atender às seguintes condições mínimas de garantia:
- 62.1. Os materiais fornecidos e instalados estarão sujeitos à garantia ofertada pelos fabricantes originais ou a pelo menos 90 (noventa) dias (a que for maior), contados da



SENADO FEDERAL

instalação do material, mesmo que este período de garantia se extinga após o término do Contrato; e

- 62.2. Durante o período de garantia, a Contratada arcará com todas as despesas que se fizerem necessárias, independentemente da natureza da falha, para a substituição e instalação dos materiais sob garantia, inclusive a logística necessária e a utilização de consumíveis.

C.4.4. Condições de Pagamento

61. O pagamento dos materiais fornecidos está condicionado a:

- 63.1. Autorização prévia da FISCALIZAÇÃO para a utilização de materiais;
- 63.2. Apresentação, caso solicitado pela FISCALIZAÇÃO, dos materiais substituídos em reparo;
- 63.3. Apresentação das Notas Fiscais de compra dos materiais. O valor a ser reembolsado pelo Senado Federal em referência aos materiais será o menor entre:
- 63.3.1. O valor cotado na proposta da empresa;

C.4.5. Especificação dos materiais

62. Os materiais constantes no **Subnexo 2A** devem ser fornecidos conforme do Subanexo 2B.1.

C.4.6. Pagamento de Materiais Não Constantes das Planilhas do Subanexo 2A

63. A critério da FISCALIZAÇÃO, a Contratada estará obrigada a fornecer materiais imprescindíveis à manutenção dos sistemas objeto da presente contratação, mas que eventualmente não constem das Planilhas de Composição de Custo do Subnexo A, mediante pagamento.
64. Os materiais mencionados no parágrafo anterior serão prestados mediante justificativa, e só poderão ser utilizados após a devida autorização da FISCALIZAÇÃO.
65. Os materiais a serem pagos deverão constar de nota fiscal específica fornecida por empresa especializada na prestação dos serviços em questão, emitida em nome da Contratada.
66. O valor para pagamento será o menor apurado entre o valor da nota fiscal e o verificado na tabela SINAPI subtraído do desconto médio concedido na proposta comercial da empresa sobre a lista de materiais do edital (**Subnexo 2A**), apurado pela seguinte fórmula:

$$\% \text{ Desconto Médio} = \frac{V_{\text{Edital}} - V_{\text{Proposta}}}{V_{\text{Edital}}} \times 100$$



SENADO FEDERAL

67. Caso o item não conste da tabela SINAPI, o valor máximo a ser pago não poderá ser superior ao valor de mercado apurado por meio de pesquisa de preços realizada pelo Senado Federal decrescido do desconto médio calculado conforme formulação acima.
68. O Contrato deverá indicar expressamente o percentual de desconto médio concedido pela empresa em sua proposta comercial para materiais. Em caso de omissão, tal valor será apurado pela FISCALIZAÇÃO a partir da fórmula indicada anteriormente.
69. O gasto máximo do Senado Federal com materiais para os 30 (trinta) meses, incluindo os gastos contemplados neste item, não poderá exceder o valor total contratado para essa finalidade (total para materiais – referente às Planilhas do **Subnexo 2A**) multiplicado pelo fator de utilização de 0,39. Exclusivamente para os materiais não previstos, a limitação no período anual é de R\$ 59.906,02.

C.5. FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS

70. O fornecimento de todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços será de responsabilidade da Contratada, não sendo admitido justificar a inexecução ou atraso de serviços alegando a falta ou inadequação de ferramentas ou instrumentos. A Contratada deverá garantir o fornecimento de, no mínimo, as ferramentas e instrumentos listados na Tabela 2, e especificados no Subanexo 2B.2 deste CADERNO.
71. A Contratada deverá garantir o fornecimento das ferramentas e instrumentos listados, desde o início dos serviços.
72. Assim, as parcelas referentes à depreciação anual das ferramentas e instrumentos listados na Tabela 2 serão ajustadas conforme prazo de fornecimento. Durante o procedimento licitatório, as licitantes deverão cotar nas respectivas planilhas do Subanexo 2A o valor mensal correspondente à depreciação anual de todas as ferramentas e instrumentos listados.

Tabela 2 – Ferramentas e Instrumentos Mínimos Necessários

Item	Descrição	Qtde
SF-00718	Alicate de corte diagonal 6"	5
SF-00719	Alicate de pressão de 10"	4
SF-00720	Alicate meia cana 6"	5
SF-00721	Alicate turquês de 8"	5
SF-00722	Alicate universal de 8"	26
SF-00723	Arco de serra	9
SF-00724	Aspirador de pó industrial	2
SF-00726	Caixa para ferramenta sanfonada metálica com cadeado	30
SF-00729	Cavadeira articulada	1



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Qtde
SF-00730	Chave de fenda de 1/2" x 10"	26
SF-00731	Chave de fenda de 1/4" x 6"	26
SF-00732	Chave de fenda de 3/16" x 5"	22
SF-00733	Chave Philips PH2 1/4" x 6"	4
SF-00734	Chave Philips PH3 5/16" x 8"	4
SF-00735	Compressor de Ar 50 L	1
SF-00736	Enxadão com cabo	3
SF-00737	Enxadão estreito com cabo	3
SF-00738	Escada tipo tesoura duplo acesso de fibra com 2m	2
SF-00739	Escada tipo tesoura e singela de fibra com 2 m	2
SF-00740	Escala métrica de madeira 2m	3
SF-00741	Esmerilhadeira angular 4,5''	5
SF-00742	Esmerilhadeira angular 7''	3
SF-00743	Espátula forjada de 12 cm	5
SF-00744	Espátula forjada de 4 cm	5
SF-00745	Espátula forjada de 8 cm	5
SF-00746	Esquadro de metal de 300 mm	27
SF-00747	Estilete emborrachado de 18 mm	6
SF-00748	Estilete emborrachado de 25 mm	6
SF-00749	Faca de 8"	3
SF-00750	Furadeira Industrial	8
SF-00751	Jogo de chave combinada de 8 mm a 24 mm, com 14 peças	2
SF-00752	Jogo de soquetes de 1/2'', 10-32 mm	6
SF-00753	Jogo de soquetes de 1/4'', 4-13 mm	6
SF-00754	Kit parafusadeira de Impacto à Bateria	40
SF-00755	Linha de pedreiro de 100m	2
SF-00756	Marreta de 1 kg	5
SF-00757	Marreta de borracha de 600g	5
SF-00758	Martelo de bola, 500 gramas	4
SF-00759	Martelo de pena, 300 gramas	4
SF-00760	Martelo de unha	22
SF-00761	Nível manual de alumínio com base magnética 350 mm	22
SF-00762	Nível manual de alumínio com base magnética 220 mm	7
SF-00763	Pá quadrada com 120 cm	3
SF-00764	Pedra de afiar dupla face	22
SF-00768	Picareta	3
SF-00769	Prumo de centro	4
SF-00770	Prumo de parede	28
SF-00771	Rebitador manual	4
SF-00772	Régua de alumínio para pedreiro com 2m	2
SF-00773	Serrote comum	22
SF-00774	Serrote de costa	22



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Qtde
SF-00775	Tesoura de 25 cm	3
SF-00776	Tesoura de chapas tipo aviação	4
SF-00777	Trena de 5m	100
SF-00778	Desempenadeira 1800 x 200 mm	1
SF-00779	Formão de 1/2"	22
SF-00780	Formão de 1/4"	22
SF-00781	Formão de 3/4"	22
SF-00782	Grampeador para molduras	1
SF-00783	Grampeador uso leve	6
SF-00784	Lixadeira de cinta	1
SF-00785	Lixadeira e politriz angular 7''/9''	6
SF-00786	Lixadeira excêntrica	3
SF-00787	Lixadeira fita	1
SF-00788	Lixadeira orbital	3
SF-00790	Plaina desempenadeira	1
SF-00791	Plaina desengrossadeira	1
SF-00792	Plaina elétrica	3
SF-00793	Plaina manual nº 5	22
SF-00794	Policorte 14'' 2000 W	1
SF-00795	Raspador manual para madeira	6
SF-00796	Serra meia esquadria	1
SF-00797	Serra meia esquadria radial	1
SF-00798	Serra tico-tico com controle de velocidade	10
SF-00799	Torno para Madeira com Copiador	1
SF-00800	Tupia de Coluna	1
SF-00801	Tupia de Laminação	5
SF-00802	Tupia Estacionária Refiladora de Borda Pinça	1
SF-00803	Calandra de chapas motorizada	1
SF-00804	Calandra de tubos e perfis motorizada	1
SF-00805	Conjunto de Solda Mig 250A	1
SF-00806	Maçarico para gás GLP	2
SF-00807	Máquina de solda inversora AC/DC 180 A 220 Volts	8
SF-00819	Rolo lã de carneiro 23cm com suporte	5
SF-04677	Martelete perfurador (2 Kg)	1

C.5.1. Unidade de Medição

73. O pagamento correspondente à disponibilização do ferramental será feito mensalmente, conforme Planilhas no Subanexo 2A do edital, apenas após o início da prestação do serviço a ele atribuído e enquanto ele estiver em pleno funcionamento, valendo, se necessário, o critério *pro rata die*.



SENADO FEDERAL

C.6. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

74. Os funcionários da Contratada deverão trajar vestimentas de trabalho limpas e adequadas aos serviços a serem realizados e às regras do Senado Federal.
75. A Contratada deverá fornecer também Equipamentos de Proteção Individual – EPI exigidos por regramento oficial, federal ou local, de acordo com a lista mínima apresentada na Tabela 3. Deverá ser observado também o estabelecido no Subanexo 2D do edital.
76. O custo correspondente ao fornecimento desses uniformes e EPIs deverá estar incluso na composição de custos dos postos de serviço.
77. Como regra geral, os equipamentos deverão ser fornecidos ao início do contrato. Contudo, desde que devidamente justificado para a Fiscalização, os artigos personalizados que demandem mais tempo para aquisição poderão ser disponibilizados até sessenta dias contados do início da vigência do contrato.

Tabela 3 – Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

Item	Descrição	Unid.	Quant.
Uniformes			
SF-00823	Camisa polo manga curta com logotipo da empresa na frente e indicação da categoria profissional nas costas	pç	184
SF-00824	Camisa polo manga longa com logotipo da empresa na frente e indicação da categoria profissional nas costas	pç	184
SF-00825	Calças de material resistente e cor escura	pç	184
SF-00826	Gorros com pala (boné) na mesma cor da camisa	pç	92
SF-00827	Bota com solado de borracha	par	92
Equipamentos de proteção individual			
SF-00828	Bota de borracha de cano longo	par	21
SF-00829	Capa de chuva	pç	46
SF-00830	Capacete de segurança	pç	46
SF-00831	Cinto de segurança tipo paraquedista	pç	3
SF-00832	Lanterna profissional:	pç	3
SF-00833	Lanterna para capacete:	pç	3
SF-00834	Luva de borracha	par	17
SF-00835	Máscara de proteção respiratória com válvula e com película de carbono FFP2	pç	92
SF-00836	Óculos de segurança com proteção lateral total	pç	92
SF-00837	Protetor auditivo flexível de inserção	pç	184
SF-00838	Protetor Facial	pç	7
SF-00839	Talabarte de Posicionamento (Restrição de Movimento)	pç	3
SF-00840	Talabarte em Y	pç	3



SENADO FEDERAL

SF-00841	Travaquedas Deslizante Para Corda	pç	3
SF-00842	Travaquedas Deslizante Para Cabo de Aço	pç	3
SF-00843	Uniforme Antichamas de Proteção Contra Arcos Elétricos	pç	3

78. A substituição dos uniformes ocorrerá de acordo com os quantitativos previstos na planilha (a cada 6 meses para botas, por exemplo) ou quando solicitado, dependendo da necessidade e do desgaste prematuro claramente evidenciado.
79. Os uniformes deverão ser entregues a todas as categorias profissionais mediante recibo (relação nominal, assinada e datada por cada profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao gestor do contrato;
80. Os uniformes não poderão ser cobrados dos funcionários nem descontados de seus salários.
81. As especificações técnicas mínimas dos uniformes e dos equipamentos de proteção individual constam do Subnexo 2B.4 deste CADERNO.



SENADO FEDERAL

- Anexo 2B.1: Especificações de Materiais.
- Anexo 2B.2: Especificações de Ferramentas e Equipamentos.
- Anexo 2B.3: Especificações de Equipe de Dedicação Exclusiva.
- Anexo 2B.4: Especificações de Serviços Sob Demanda, Uniformes e EPI's.

(Observação: As fichas de especificações serão disponibilizadas pela COPEL por ocasião da divulgação do certame licitatório.)



SENADO FEDERAL

SUBANEXO 2C – DIRETRIZES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A. COMUNICAÇÃO

1. A comunicação técnica com a Contratada somente poderá ser realizada por membro da FISCALIZAÇÃO do Senado Federal, conforme estabelecido no Termo de Referência.
2. A Contratada deverá participar das reuniões solicitadas pela FISCALIZAÇÃO.

B. GESTÃO

3. Como condição do recebimento mensal dos serviços, será necessário que a Contratada elabore e entregue mensalmente um Relatório de Execução, que estará sujeito à aprovação da FISCALIZAÇÃO em até 5 (cinco) dias úteis após sua apresentação, previamente ao faturamento do mês de referência, detalhando as tarefas executadas durante o mês. A elaboração do Relatório de Execução deve seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - 3.1. A responsabilidade pela elaboração e assinatura do Relatório de Execução é exclusiva dos(as) Responsáveis Técnicos(as) pelos serviços objeto da contratação;
 - 3.2. O Relatório de Execução deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - 3.2.1. Detalhamento das atividades efetuadas, materiais substituídos, data e local do serviço;
 - 3.2.2. Atesto individual de responsável (chefe(a) de serviço, coordenador(a) ou diretor(a)) pelo encaminhamento da demanda no âmbito da Secretaria de Infraestrutura - SINFRA.
 - 3.3. O escopo do Relatório de Execução inclui todas as atividades desenvolvidas no âmbito do contrato no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, inclusive nas Residências Oficiais;
 - 3.4. As informações constantes no Relatório de Execução devem ser consistentes com o Sistema de Gerenciamento de Manutenção do Senado Federal.

B.1. Relatório de Execução

I. Acompanhamento de Recursos Humanos

4. Planilha com postos de trabalho por número, nome de funcionário(a), categoria e função registrada na carteira de trabalho, horário de trabalho, frequência, férias, auxílio transporte, auxílio alimentação.



SENADO FEDERAL

5. Indicadores de segurança do trabalho, com relatório circunstanciado sobre eventuais acidentes.

II. Acompanhamento de Recursos Materiais

6. Planilha com todos os materiais empregados nas atividades, inclusive os consumíveis, com indicação de preço e quantidade referenciados pela ordem de serviço, data e número da nota fiscal de aquisição.

III. Observações e Recomendações

7. Sugestão de melhorias no sistema.

IV. Assinatura dos Responsáveis Técnicos pela Contratada

8. Assinatura dos Responsáveis Técnicos pela Contratada ao final dos Relatórios de Execução.

B.2. Modelo de Relatório para Serviço sob Demanda

9. Os Relatórios para Serviços sob Demanda deverão ser conforme especificações do Anexo B do Termo de Referência e conforme Modelo 1 abaixo:

Modelo 1 – Modelo de Relatório para Serviços sob Demanda

Período:					
1.	Serviço		Cliente		
	Data do Início do Serviço		Data da Conclusão do Serviço		
	DETALHAMENTO DAS AÇÕES EFETUADAS				
	DETALHAMENTO DOS MATERIAIS REPARADOS, REMOVIDOS, FORNECIDOS E/OU INSTALADOS				
	MARCA	MODELO	REF. CONTRATO	QUANTIDADE	LOCALIZAÇÃO
	Obs.:				
	IMAGENS FOTOGRÁFICAS				
	CONCLUSÕES E SUGESTÕES				
	ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS				
	ANEXOS				



SENADO FEDERAL

**SUBANEXO 2D – DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E
SAÚDE – SMS**

A. INTRODUÇÃO

1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá observar as Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde detalhadas a seguir.
2. Este Subanexo detalha os deveres e as responsabilidades da Contratada, sem, contudo, esgotar a matéria. Para isso, repassa as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente que devem ser cumpridas com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do Senado Federal e da Contratada, além de promover a preservação do Meio Ambiente e a aptidão ao trabalho dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços ora contratados.
3. Além das exigências contidas neste Subanexo, a Contratada deve atender os requisitos dos Aspectos de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito distrital e federal.

B. PROTEÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL

4. Prioritariamente, a Contratada deverá projetar e adotar medidas de proteção coletiva capazes, nesta ordem, de eliminar ou reduzir os riscos à saúde e à incolumidade física dos seus trabalhadores e de seus subcontratados. Quando as medidas de proteção coletiva se mostrarem tecnicamente inviáveis ou insuficientes para eliminar os riscos, a Contratada adotará outras medidas, obedecendo-se à seguinte hierarquia:
 - a) medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;
 - b) utilização de equipamento de proteção individual (EPI).
5. Os EPIs devem ser adequados ao risco e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento. O uso é obrigatório nas condições indicadas no item 6.3 da NR-6, a saber:
 - a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
 - b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
 - c) para atender a situações de emergência.



SENADO FEDERAL

6. A seleção e especificação técnica final e exaustiva das proteções coletivas e individuais faz parte das atribuições da Contratada, valendo-se do seu Projetista de Segurança do Trabalho. As medidas de proteção coletiva e os EPIs que constam das planilhas de composição de custo representam apenas os recursos mínimos considerados para estimar o custo médio de cada posto de trabalho.
7. Pelo fato de estar sujeito a reembolso, o fornecimento dos equipamentos listados no Subanexo 2A é obrigatório, considerando a marca e modelo de referência. Fica facultado à contratada o fornecimento de equipamentos similares, contanto que ela formalize a sua intenção de fornecer equipamentos similares antes do efetivo fornecimento.
8. Consideram-se similares, para esse efeito, os produtos com preço de mercado e desempenho técnico e operacional equivalentes ou superiores aos do produto de referência.
9. A similaridade será avaliada objetivamente pela FISCALIZAÇÃO em termos de preço de mercado e desempenho técnico e operacional equivalentes ou superiores aos do produto de referência. O preço de mercado do produto ofertado poderá ser verificado pelo Senado Federal, valendo-se da mesma metodologia utilizada para apurar o preço dos produtos de referência. O desempenho técnico e operacional será verificado diante do caso concreto, podendo abranger as características do produto de referência, os requisitos especificados no Edital e em normas técnicas, os aspectos visuais (aparência e acabamento), materiais de fabricação, funcionalidade, ergonomia, durabilidade e compatibilidade com outros sistemas.
10. Além disso, o projetista da Contratada deverá prescrever outras medidas de proteção coletiva e EPIs apurados durante a realização dos projetos de segurança do trabalho. As novas medidas e novos EPIs indicados nos projetos de segurança, embora também de fornecimento obrigatório pela Contratada, não estarão sujeitos a reembolso por parte do Senado Federal.
11. Existe presunção legítima do Senado Federal de que as empresas licitantes possuam experiência prévia na realização das atividades objeto da contratação, com plena observância das normas de segurança do trabalho. Portanto, têm plena consciência e competência para estimar os custos diretos e indiretos, permanentes e eventuais desse tipo de atividade no momento da apresentação dos lances e da proposta comercial final da licitante vencedora.
12. Durante o período de vistorias previsto no edital, as empresas licitantes terão a liberdade de revisar *in loco* todos os procedimentos realizados, identificar perigos e apurar todos



SENADO FEDERAL

os custos relacionados à execução do objeto antes de apresentar os seus lances e a proposta comercial final.

13. A Contratada não apenas empregará os equipamentos e medidas de proteção coletiva, mas também fornecerá aos seus funcionários e subcontratados todos os EPIs especificados pelo seu Projetista de Segurança do Trabalho, bem como os porventura exigidos por regramento oficial, federal ou local. Cumprirá, no que couber, as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.
14. A Contratada deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
15. A Contratada deverá acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPI e EPC, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância.
16. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à Contratada corrigir tal não conformidade imediatamente ou retirar o empregado da exposição aos agentes agressivos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.
17. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
18. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
19. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.
20. Caberá à Contratada comunicar à FISCALIZAÇÃO e à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.
21. O Senado Federal realizará inspeções periódicas nos locais de execução dos serviços, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a



SENADO FEDERAL

observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

22. A Contratada deverá indicar e manter durante a execução do Contrato Responsáveis Técnicos pelos serviços.

C. SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

23. Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo II da norma NR 10. Além disso, deverão utilizar EPI adequado à execução de tarefas em áreas com instalações elétricas até de média tensão, seguindo fielmente as orientações elaboradas pelo Projetista de Segurança do Trabalho da Contratada.

D. DO MANEJO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E RESÍDUOS

24. Todos os resíduos, incluindo lubrificantes, e os materiais inservíveis provenientes dos serviços de substituição, instalação e manutenção ora especificados serão descartados pela Contratada conforme a legislação ambiental Distrital e Federal.
25. Nenhuma substância sólida, semissólida, líquida, gasosa ou de vapor deve ser descartada sem prévia análise de suas consequências e impactos ao Meio Ambiente. A FISCALIZAÇÃO deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela Contratada para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.
26. Correrá por conta da Contratada o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.
27. A Contratada será responsável pelo descumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho por parte de seus empregados nas atividades realizadas nas dependências do SENADO.
28. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação vigente.



SENADO FEDERAL

29. Os casos especiais serão resolvidos pela FISCALIZAÇÃO.

E. TRABALHO EM ESPAÇOS CONFINADOS

30. Conforme a norma NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados, considera-se espaço confinado qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, que possua meios limitados de entrada e saída, cuja ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir a deficiência ou enriquecimento de oxigênio.
31. Nos trabalhos em eventuais espaços confinados existentes nas dependências do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, de acordo com a situação de risco existente, a Contratada deverá seguir e atender às normas NBR 14787 e NR 33, dispor de sinalizações e barreiras necessárias, funcionários treinados, equipamentos de proteção individual, equipamentos de comunicação e iluminação e equipamentos de resgate necessários.
32. A Contratada deverá inclusive realizar quaisquer ensaios necessários para o reconhecimento e identificação dos espaços confinados existentes (incluindo possíveis testes quanto aos níveis de oxigênio, inflamáveis, gases/vapores tóxicos, poeiras/fumos/névoa tóxicos – conforme item 2 do Anexo A da norma NBR 14787:2002).

Permissão de Entrada e Trabalho – PET em espaços confinados

33. Para os trabalhos em eventuais espaços confinados, o acesso a esses somente deve ser liberado por funcionários da Contratada treinados e apenas após a emissão, por escrito, da Permissão de Entrada e Trabalho –PET – inclusive conforme Anexo II da norma NR 33. A PET deve conter o conjunto de medidas de controle visando à entrada e desenvolvimento de trabalho seguro, além de medidas de emergência e resgate em espaços confinados.
34. A PET deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma a permitir sua rastreabilidade. A Contratada deverá apresentar prontamente à FISCALIZAÇÃO, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.



SENADO FEDERAL

F. PROTEÇÃO DO TRABALHO EM ALTURA

35. Deverão ser tomadas pela Contratada, além das medidas gerais de segurança do trabalho, as medidas para proteção dos seus empregados em trabalhos realizados em altura, nos termos da norma NR 35 – Trabalho em altura. Conforme a norma NR 35, considera-se trabalho em altura toda a atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.
36. Todas as atividades com risco para os trabalhadores devem ser precedidas de análise e o trabalhador deve ser informado sobre estes riscos e sobre as medidas de proteção implantadas pela empresa, conforme estabelece a norma NR 1 – Disposições Gerais. As determinações da norma NR 35 não isentam a Contratada da adoção de medidas para eliminar, reduzir ou neutralizar os riscos nos trabalhos realizados em altura igual ou inferior a 2,00 m.
37. Nas lacunas da norma NR 35 deverão ser buscados os dispositivos aplicáveis ao trabalho em altura nas demais normas regulamentadoras, normas técnicas nacionais ou internacionais e legislações vigentes aplicáveis.
38. Caberá à Contratada garantir a implementação de todas as medidas determinadas pela norma NR 35, compreendendo, dentre outros, os seguintes procedimentos previstos:
- 38.1. Elaborar, emitir e encaminhar à FISCALIZAÇÃO as **Análises de Risco – AR, Permissões de Trabalho – PT e Procedimentos Operacionais**, nas situações previstas na norma NR 35;
- 38.2. Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e medidas complementares de segurança aplicáveis. A avaliação prévia deve ser realizada no local do serviço pelo trabalhador ou equipe de trabalho, considerando as boas práticas de segurança e saúde no trabalho;
- 38.3. Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na norma NR 35 pelas empresas contratadas, nos casos de subcontratação permitidos;
- 38.4. Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;
- 38.5. Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na norma NR 35;



SENADO FEDERAL

- 38.6. Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível, dando ciência imediata à FISCALIZAÇÃO;
 - 38.7. Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
 - 38.8. Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela Análise de Riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;
 - 38.9. Assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na norma NR 35;
 - 38.10. Tomar todas as medidas para que seus empregados cumpram as disposições legais e regulamentares sobre trabalho em altura, inclusive os procedimentos expedidos pela Contratada;
 - 38.11. Orientar seus empregados a interromper suas atividades exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis para o prosseguimento dos serviços de forma segura e dará ciência imediata à FISCALIZAÇÃO;
 - 38.12. Assegurar que seus empregados zelem por sua segurança e saúde e a de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho;
 - 38.13. Dispor de equipe capacitada e treinada para trabalhos em altura, conforme item 35.3 da norma NR 35, de forma a garantir que todo trabalho em altura será planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado; e
 - 38.14. Avaliar o estado de saúde dos seus empregados que exercem atividades em altura, garantindo o previsto no item 35.4.1 da norma NR 35, mantendo cadastro atualizado que permita conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador para trabalho em altura. Tal cadastro poderá ser solicitado pela FISCALIZAÇÃO para averiguação.
39. No planejamento do trabalho em altura, devem ser adotadas as seguintes medidas pela Contratada, de acordo com a hierarquia abaixo, conforme item 35.4.2 da norma NR 35:
- 39.1. Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução. Adotar um meio alternativo de execução sem expor o trabalhador ao risco de queda é a melhor alternativa; e



SENADO FEDERAL

39.2. Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.

Análise de Risco – AR para trabalhos em altura

40. Todo trabalho em altura deverá ser precedido de Análise de Risco. Análise de risco é um método sistemático de exame e avaliação de todas as etapas e elementos de um determinado trabalho para:
 - 40.1. Desenvolver e racionalizar toda a sequência de operações que o trabalhador executará;
 - 40.2. Identificar os riscos potenciais de acidentes físicos e materiais; e
 - 40.3. Identificar e corrigir problemas operacionais e implementar a maneira correta para execução de cada etapa do trabalho com segurança.
41. A Análise de Risco deve ser documentada e é fundamentada em metodologia de avaliação e procedimentos conhecidos, divulgados e praticados e, principalmente, aceitos pelo poder público, órgãos e entidades técnicas.
42. A Análise de Risco, além dos riscos inerentes ao trabalho em altura, deve considerar:
 - 42.1 O local em que os serviços serão executados e seu entorno;
 - 42.2 O isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho;
 - 42.3 O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem;
 - 42.4 As condições meteorológicas adversas;
 - 42.5 A seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;
 - 42.6 O risco de queda de materiais e ferramentas;
 - 42.7 Os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;
 - 42.8. O atendimento a requisitos de segurança e saúde contidos nas demais normas regulamentadoras;
 - 42.9 Os riscos adicionais ao risco do trabalho em altura, como riscos mecânicos, elétricos, contaminação, soterramento, etc.;



SENADO FEDERAL

- 42.10 As condições impeditivas, ou seja, situações que impedem a realização ou continuidade do serviço que possam colocar em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador;
- 42.11 As situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador;
- 42.12 A necessidade de sistema de comunicação; e
- 42.13 A forma de supervisão.

Procedimento Operacional para trabalhos em altura

- 43. Para atividades rotineiras de trabalho em altura a Análise de Risco poderá estar contemplada no respectivo Procedimento Operacional. As atividades rotineiras são aquelas habituais, independente da frequência, que fazem parte do processo de trabalho da empresa. A Análise de Risco poderá estar contemplada nos Procedimentos Operacionais dessas atividades. Muitas atividades são executadas rotineiramente nas empresas. O disposto neste item diz respeito a excluir a obrigatoriedade de realização de uma Análise de Risco documentada anteriormente a cada momento de execução destas atividades, desde que os requisitos técnicos da Análise de Risco estejam contidos nos respectivos Procedimentos Operacionais.
- 44. O Procedimento Operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura deve conter, no mínimo, as diretrizes e requisitos da tarefa, as orientações administrativas, o detalhamento da tarefa, as medidas de controle dos riscos característicos à rotina, as condições impeditivas, os sistemas de proteção coletiva e individual necessários e as competências e responsabilidades.

Permissão de Trabalho para trabalhos em altura

- 45. As atividades de trabalho em altura não rotineiras devem ser previamente autorizadas pelos Responsáveis Técnicos da Contratada mediante Permissão de Trabalho.
- 46. A Permissão de Trabalho deve ser emitida, aprovada pelo responsável pela autorização da permissão, disponibilizada no local de execução da atividade e, ao final, encerrada e arquivada de forma a permitir sua rastreabilidade. A Contratada deverá apresentar prontamente à FISCALIZAÇÃO, sempre que solicitado, as Permissões de Trabalho.



SENADO FEDERAL

47. A Permissão de Trabalho deve conter os requisitos mínimos a serem atendidos para a execução dos trabalhos, as disposições e medidas estabelecidas na Análise de Risco além da relação de todos os envolvidos e suas autorizações.
48. A Permissão de Trabalho deve ter validade limitada à duração da atividade, restrita ao turno de trabalho, podendo ser revalidada pelo responsável pela aprovação nas situações em que não ocorram mudanças nas condições estabelecidas ou na equipe de trabalho.

G. ANDAIMES

49. Os andaimes serão montados sempre que for necessário executar trabalhos em lugares elevados, onde eles não possam ser realizados com segurança a partir do piso da edificação e cujo tempo de duração, tipo de atividade ou normas de segurança não permitam o uso de escadas.
50. O planejamento e a montagem de qualquer tipo de andaimes seguirão estritamente as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-1, NR-18 e NR-35.
51. Serão tomadas precauções especiais quando da montagem ou movimentação de andaimes próximos a redes de energia elétrica. Os andaimes não serão sobrecarregados além do limite previsto, mantendo-se a carga de trabalho distribuída no estrado, de maneira uniforme, sem obstruir a circulação de pessoas.
52. Não será permitido o acúmulo de fragmentos, ferramentas ou quaisquer materiais sobre os andaimes, de maneira a oferecerem perigo ou risco aos trabalhadores ou pessoas estranhas ao serviço, ou risco de dano ao patrimônio do Senado Federal ou de terceiros.
53. Não será permitido sobre os estrados dos andaimes a utilização de escadas ou outros meios para atingir lugares mais altos.
54. Não será permitido o trabalho em andaimes externos, de qualquer tipo, quando da ocorrência de ventos fortes.



SENADO FEDERAL

**SUBANEXO 2E – PRANCHAS GRÁFICAS E FOTOS ILUSTRATIVAS DOS LOCAIS
DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO SENADO FEDERAL**

(Observação: O conteúdo deste Subanexo será disponibilizado pela COPEL por ocasião da divulgação do certame licitatório).



SENADO FEDERAL

SUBANEXO 2F – ABREVIATURAS E DEFINIÇÕES

A. ABREVIATURAS

1. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
2. CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
3. CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;
4. CRA – Conselho Regional de Administração;
5. CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
6. INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
7. NBR – Norma Brasileira Registrada – ABNT;
8. NR – Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho; e
9. SINFRA – Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal.

B. DEFINIÇÕES

10. Para os efeitos deste edital e de seus anexos, os termos abaixo serão compreendidos como explicado a seguir:

Complexo Arquitetônico do Senado Federal (CASF)

11. As áreas que compreendem o Complexo Arquitetônico do Senado Federal estão relacionadas no ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002 e suas eventuais atualizações.

Expediente Regular do Senado Federal

12. Dias úteis, conforme calendário oficial, das 7h00 às 22h00.

Fiscalização

13. Considera-se FISCALIZAÇÃO os servidores e servidoras da SINFRA designados direta ou indiretamente para a execução dessa atividade, incluindo apoio terceirizado, conforme Termo de Referência.



SENADO FEDERAL

Residências Oficiais

14. Residência Oficial da Presidência do Senado Federal (QL 12, Lago Sul) e Residências Oficiais da SQS 309 (72 apartamentos nos Blocos B, G e H, bem como todas as áreas abrangidas pelas edificações e as interligações entre estas).

SENADO

15. Considera-se SENADO o Complexo Arquitetônico do Senado Federal (CASF), incluindo as Residências Oficiais.

Sistema de Gerenciamento de Manutenção do Senado Federal

16. Aplicativo CMMS (*Computerized Maintenance Management System*) utilizado pelo Senado Federal. Esse sistema deverá ser alimentado tempestiva e constantemente pela Contratada durante a vigência do Contrato.



SENADO FEDERAL

SUBANEXO 2G – LAUDO TÉCNICO PERICIAL DE AVALIAÇÃO DE ADICIONAIS

(Observação: O conteúdo deste Subanexo será disponibilizado pela COPEL por ocasião da divulgação do certame licitatório).



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

ANEXO 3

**DESCRIÇÃO DA CATEGORIA, QUANTIDADE, JORNADA DE TRABALHO E
SALÁRIO BASE**

ITEM 1 – EQUIPE DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

SUBITEM	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	CATEGORIA	CBO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO BASE(R\$)
01	1	Supervisor-Geral	214915	40 horas semanais 9h–12h/13h–18h Segunda a sexta-feira	10.413,33
02	1	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado	414105	44 horas semanais 8h–12h/13h–18h Segunda a quinta-feira 8h–12h/13h–17h Sexta-feira	2.405,96
03	11	Ajudante de Marceneiro(a)	7711-05		1.642,94
04	3	Ajudante de Serralheiro(a)	7244-40		1.642,94
05	7	Lustrador(a) de Móveis	775115		2.405,96
06	21	Marceneiro(a)	771105		2.405,96
07	6	Serralheiro(a)	724440		2.405,96

Observações:

- Os valores salariais das categorias deverão estar compatíveis com Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante, devendo ser observado, como valor mínimo, os salários-base informados na tabela acima (Acórdão TCU nº 189/2011 – Plenário)



SENADO FEDERAL

- É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

- A licitante se responsabiliza pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT incidente sobre o contrato em decorrência de decisão judicial ou fato que afete o enquadramento sindical da CONTRATADA ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2025

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

ANEXO 4

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇOS MÁXIMOS
ACEITÁVEIS**

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA					
CATEGORIAS	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO MENSAL (R\$)	CUSTO ANUAL (R\$)	CUSTO TOTAL 30 MESES (R\$)
Supervisor-Geral	1	21.197,68	21.197,68	254.372,16	635.930,40
Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado	1	6.053,55	6.053,55	72.642,60	181.606,50
Ajudante de Marceneiro(a)	11	4.644,24	51.086,64	613.039,68	1.532.599,20
Ajudante de Serralheiro(a)	3	4.644,24	13.932,72	167.192,64	417.981,60
Lustrador(a) de Móveis	7	6.053,55	42.374,85	508.498,20	1.271.245,50
Marceneiro(a)	21	6.053,55	127.124,55	1.525.494,60	3.813.736,50
Serralheiro(a)	6	6.053,55	36.321,30	435.855,60	1.089.639,00
TOTAIS			298.091,29	3.577.095,48	8.942.738,70

Observação 1: Para cada categoria deve ser apresentada uma planilha de formação de custos.

Observação 2: As demais planilhas devem seguir os modelos constantes das Planilhas do Subanexo 2A do Anexo 2 do edital.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2025

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

ANEXO 5

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PARA EMPRESAS BENEFICIADAS
PELA DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NA LEI Nº 13.161/2015, QUE
ALTEROU A LEI Nº 12.546/2011
COM PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS**

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA					
CATEGORIAS	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO MENSAL (R\$)	CUSTO ANUAL (R\$)	CUSTO TOTAL 30 MESES (R\$)
Supervisor-Geral	1	19.906,92	19.906,92	238.883,04	597.207,60
Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado	1	5.805,99	5.805,99	69.671,88	174.179,70
Ajudante de Marceneiro(a)	11	4.497,55	49.473,05	593.676,60	1.484.191,50
Ajudante de Serralheiro(a)	3	4.497,55	13.492,65	161.911,80	404.779,50
Lustrador(a) de Móveis	7	5.805,99	40.641,93	487.703,16	1.219.257,90
Marceneiro(a)	21	5.805,99	121.925,79	1.463.109,48	3.657.773,70
Serralheiro(a)	6	5.805,99	34.835,94	418.031,28	1.045.078,20
TOTAIS			286.082,27	3.432.987,24	8.582.468,10

Observação 1: Para cada categoria deve ser apresentada uma planilha de formação de custos.

Observação 2: As demais planilhas devem seguir os modelos constantes das Planilhas do Subanexo 2A do Anexo 2 do edital.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

ANEXO 6

PLANILHA DE PREÇOS DE 1 (Um) PROFISSIONAL NOS TERMOS DA IN Nº 5/2017, DO MPOG/SLTI

Empresa

CNPJ

CCT ou ACT

Data Proposta

Empresa beneficiada com a desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011? () Não () Sim. Indicar fundamentação legal (norma, artigo e inciso).

LUCRO REAL / PRESUMIDO

CATEGORIA	Este modelo de planilha de custos é exemplificativo.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			
		Percentuais	ALOR PROPOSTA
	Salário Base		
	Adicional Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Hora noturna adicional		
	Adicional de HE		



SENADO FEDERAL

Intervalo interjornada		
Outros		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Auxílio Transporte {(x...(dias) -6% s/ salário} (Decreto nº 37.940/2016 - GDF)		
Auxílio Alimentação (por dia útil de trabalho)		
Assistência Médica (Convenção Coletiva)		
Seguro de vida ou invalidez		
Auxílio funeral (convenção coletiva cláusula)		
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
Insumos Diversos		
Uniforme (EPI)		
Materiais (de consumo)		
Equipamentos		
Outros		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) c/c (art. 9º-A, inciso I-a, Lei nº 14.973/2024)		
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)		
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)		
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)		
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)		
(Variável de 1% a 3%)		



SENADO FEDERAL

SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		
TOTAL :		
4.2 13º SALÁRIO	Percentuais	
13º Salário		
Subtotal		
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário		
TOTAL :		
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade		
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		
TOTAL :		
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82%	
TOTAL :		
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES
Férias		
Adicional de Férias		
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		
Outros		
Subtotal		
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição		
TOTAL :		



SENADO FEDERAL

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS		-
4.2.	13º SALÁRIO		-
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE		-
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO		-
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		-
	TOTAL :		-
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	CUSTOS INDIRETOS (Taxa de Administração)		
B	LUCRO		
C	TRIBUTOS		
C.1	Tributos Federais (PIS)		
	Tributos Federais (COFINS)		
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)		
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 c/c (art. 9º-A, inciso I-b, Lei nº 14.973/2024) (Somente para empresa beneficiada pela desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011)		
	Subtotal		
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES



SENADO FEDERAL

	TOTAL UNITÁRIO	1	
	TOTAL GERAL	1	

Observações:

- 1) Especificar a Convenção Coletiva de Trabalho ou o Acordo Coletivo de Trabalho vigente tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de “vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante”, norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.
- 2) Apresentar memorial de cálculo dos itens variáveis da planilha (módulos I a IV)
- 3) O item Reserva Técnica não será aceito sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por este item, conforme disposto no Acórdão 593/2010 do TCU - Plenário. Serão observados os limites estabelecidos pelo Acórdão 1753/2008 do TCU - Plenário.

Módulo 1:

Apresentar memorial de cálculo dos itens da "Composição da Remuneração"

Módulo 2 :

De acordo com a CCT vinculada à proposta, no Módulo II, poderá haver variação na quantidade de itens contemplados. Não será aceita a inclusão do item "Treinamento/Reciclagem de Pessoal" (Acórdão 592/2010 - TCU - Plenário) nem do item "Supervisão e Fiscalização" (Acórdão 593/2010 - TCU - Plenário).

Módulo 3:

Apresentar memorial de cálculo dos itens especificados.

Módulo 4 :

Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011, a fim de majorar os percentuais anteriores e facultar o retorno à opção pela oneração da folha de pagamento, deverá preencher este módulo prevendo esta condição.

Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária, deverá observar a alíquota para o INSS, conforme art. 9º-A, Inciso I, “a” e “b”, da Lei nº 14.973/2024.



SENADO FEDERAL

O RAT (antigo SAT) contido Módulo IV poderá variar de 1,00% a 3,00% (com incidência do FAP, se for o caso), de acordo com o risco associado ao CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas Preponderante da empresa atribuído pelo Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999). O percentual fixado na planilha apresentada está sujeito a análise de adequação no momento da apresentação das propostas, na abertura do pregão.

Caso haja incidência do FAP, deve ser apresentada documentação hábil que comprove o fator incidente sobre o RAT considerado. Salienta-se, ainda, que não será possível a revisão contratual futura em decorrência de modificações neste tributo (seja por alteração no enquadramento ou alteração no FAP). Assim, se houver o conhecimento de situações que ensejarão alterações no futuro, estes fatores deverão ser considerados, bem como deve ser apresentada uma justificativa detalhada, que será avaliada no momento da validação das propostas.

Os percentuais referentes aos itens ‘Aviso Prévio Trabalhado’ e ‘incidência do 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado’ serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato.

Havendo a prorrogação contratual, esses itens serão reduzidos na planilha de custos do contrato, admitindo-se, a cada ano adicional de execução do contrato, parcela mensal no percentual máximo de 0,194%, a título de aviso prévio trabalhado, nos termos da Lei nº 12.506/2011, em atendimento ao exposto no Parecer nº 1/2020 da Auditoria do Senado Federal, em consonância com o Acórdão nº 1186/2017 - Plenário/TCU.

Os valores percentuais do “Aviso Prévio Trabalhado” e do “Aviso Prévio Indenizado” deverão ser complementares em até 100% da mão de obra contratada.

A exclusão do “Aviso Prévio Trabalhado” e da respectiva incidência da planilha não enseja a exclusão do item “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado”

O valor percentual do item “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado” será fixo e corresponderá a 3,82% (três inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) da remuneração do empregado.

Módulo 5 :

Não será possível a especificação dos percentuais de IRPJ e CSLL (módulo V), de acordo com a orientação do subitem 9.5.11 do Acórdão 1.595/2006 do TCU.

As alíquotas do Cofins e do PIS são 7,6% e 1,65%, respectivamente, no regime tributário Lucro Real. As alíquotas do Cofins e do PIS são 3,0% e 0,65%, respectivamente, no Lucro Presumido.

Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária, deverá observar a alíquota para a CPRB conforme art. 9º-A, Inciso I, “a” e “b”, da Lei nº 14.973/2024.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

ANEXO 7

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa _____ para a prestação de serviços contínuos e sob demanda referentes à manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas e equipamentos de marcenaria e serralheria do Complexo Arquitetônico do Senado Federal (inclusive Residências Oficiais) e áreas comuns do Congresso Nacional, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços, com a disponibilização de mão de obra qualificada.

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____/____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº 00200.010217/2024-57, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, e nº 15, de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços contínuos e sob demanda referentes à manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas e equipamentos de marcenaria e serralheria do Complexo Arquitetônico do Senado Federal (inclusive Residências Oficiais) e áreas comuns do Congresso Nacional, com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços, com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 30 (trinta) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos, que integram este contrato para todos os fins.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II** - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- IV** - manter e designar, por escrito, preposto(a) para representá-la na execução do contrato, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”), ao art. 118 da Lei 14.133/21 e demais regulamentos aplicáveis, indicando números de telefone e endereços de correio eletrônico para contato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, com, no mínimo, os poderes indicados no Modelo de Designação de Preposto, Anexo 17 do edital;
 - a)** Deverá ser demonstrada a competência do respectivo signatário para delegar poderes ao preposto, mediante a apresentação de documentação comprobatória (contrato social, atas de assembleia, procurações, etc.).
- V** - fornecer a funcionários (as) uniformes, calçados e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do trabalho e estabelecido no Subanexo 2B – Caderno de Especificações Técnicas e no Subanexo 2D – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS deste Termo de Referência;
- VI** - manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes, calçados e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do trabalho e ao estabelecido no Subnexo 2B – Caderno de Especificações Técnicas e no Subanexo 2D –Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS do edital;
 - a)** na uniformização de funcionários deve existir especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal;
- VII** - fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início dos serviços conforme respectiva Ordem de Serviço:
 - a)** relação nominal de todos os profissionais que terão acesso ao SENADO, em arquivo digital no formato CSV ou XLS/XLSX, com as respectivas categorias,



SENADO FEDERAL

endereços e telefones residenciais e celular, horário de expediente e local de lotação, número do RG, data de expedição do RG e número do CPF, rerepresentando o arquivo com as devidas modificações quando houver qualquer alteração; e

b) “Curriculum vitae” de todos os profissionais com toda a documentação comprobatória da especialização e formação técnica de cada funcionário da equipe em formato digital (PDF).

VIII - comunicar formalmente à gestão do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo Senado, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.

IX - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências de qualificação especificadas para o respectivo posto de trabalho, nos seguintes casos:

- a) licenças, decorrentes de afastamentos legais superiores a 15 dias (quinze) dias;
- b) solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;
- c) automaticamente, após 3 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;
- d) quando não possuir a qualificação mínima exigida; e
- e) sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

X - efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 44,07 (quarenta e quatro reais e sete centavos) por dia trabalhado, conforme definido pelo Ato do Presidente nº 13, de 2022, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XI - fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XII - efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;



SENADO FEDERAL

- XIII** - efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculado(a) à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- XIV** - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados.
- a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado neste inciso, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.
 - b) A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços.
 - c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.
- XV** - selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato.
- XVI** - alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas (Subanexo 2B do edital).
- XVII** - observar a legislação trabalhista e previdenciária, bem como Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.
- XVIII** - manter disciplina nos locais dos serviços e retirar e substituir, imediatamente, o(a) empregado(a) com conduta inconveniente, responsabilizando-se pelo cumprimento, por parte de seus(suas) empregados(as), das normas disciplinares e das orientações de segurança determinadas pelo Senado Federal, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas do SENADO;
- XIX** - manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO.
- XX** - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios.



SENADO FEDERAL

XXI - fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

XXII - apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- a)** relação dos empregados terceirizados, contendo nome completo, cargo ou função, valor do salário, horário do posto de trabalho, número do registro geral (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de outros dados necessários à gestão;
- b)** indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando couber;
- c)** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente assinada pela contratada;
- d)** exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços;

XXIII - entregar ao gestor do contrato até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a)** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b)** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XXIV - entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:

- a)** Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b)** Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c)** Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d)** Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e



SENADO FEDERAL

- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXV - entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XXVI - apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXII.

XXVII - apresentar ao gestor do contrato, até o último dia útil do mês posterior ao de referência, declaração de despesas relativas ao período de apuração, devidamente assinada por seu preposto, na qual conste:

- a) mês de referência;
- b) nome, matrícula e categoria dos empregados terceirizados;
- c) valor e data de recebimento do salário, discriminando-se as parcelas remuneratórias;
- d) valor e data de recebimento do vale-transporte e do vale-alimentação;
- e) campos para observações e assinaturas.

XXVIII - entregar o modelo de autorização constante no Anexo 10 do edital assinado, por ocasião da assinatura do contrato;

XXIX - providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

XXX - viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:



SENADO FEDERAL

- a) o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;
- b) a obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;
- c) a obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

XXXI - responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

XXXII - observar as diretrizes de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 8, de 2018, constante do Anexo 16 do edital.

XXXIII - observar as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

XXXIV - responsabilizar-se pela direção técnica e a execução dos serviços descritos neste contrato, edital e anexos, cabendo ao SENADO apenas a função de zelar pelo cumprimento dos contratos segundo os ditames legais e da boa técnica. A existência de fiscalização pelo SENADO, portanto, não diminui nem atenua a responsabilidade da Contratada pela execução de qualquer serviço;

XXXV - executar, às suas expensas, os serviços necessários à completa e perfeita execução do objeto da contratação, não sendo admitidas alegações por parte da CONTRATADA de desconhecimento ou omissões;

XXXVI - cumprir plenamente as disposições e especificações contidas neste contrato, edital e anexos, sob pena de aplicação de penalidades contratuais;

XXXVII - zelar pelo patrimônio público, acionando a fiscalização quando observar a possibilidade de risco de danos ao patrimônio;

XXXVIII - zelar pela saúde de todos que transitam pelo SENADO, acionando a fiscalização quando observar a possibilidade de risco à saúde de qualquer pessoa que esteja nas dependências do SENADO;



SENADO FEDERAL

XXXIX - solicitar autorização para prestar serviços fora do Expediente Regular do Senado Federal (conforme definição no Subanexo 2H – Abreviaturas e Definições), com ao menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, a Chefia de Gabinete ou Diretoria responsável por área do SENADO que não seja de livre circulação. A CONTRATADA deverá dar ciência dessas solicitações à fiscalização.

a) Deverá ser informado inclusive se haverá interrupção no fornecimento das infraestruturas oferecidas pelos sistemas hidráulico, sanitário, elétrico, de redes de dados e telefonia, de prevenção e combate a incêndio e pânico, de condicionamento de ar e exaustão;

XL - obedecer rigorosamente às normas internas do SENADO relativas à segurança física e higiene do trabalho, bem como qualquer outra que discipline as atividades internas do SENADO;

XLI - providenciar, às próprias custas, a execução de sinalização (placas, cavaletes, faixas, tapumes) necessária para informar sobre transtornos da execução da manutenção e rotas alternativas de trânsito dos servidores para evitar áreas de maior risco de acidentes;

XLII - responsabilizar-se por acidentes que venham a ocorrer por falta ou deficiência de sinalização durante a execução dos serviços;

XLIII - tomar todas as providências necessárias para a manutenção da estética nos locais que sofrerão intervenções;

XLIV - manter o local dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;

XLV - remover detritos resultantes dos serviços, que deverão ser devidamente acondicionados, transportados e depositados em locais apropriados, para reciclagem ou descarte, de acordo com as normas aplicáveis;

XLVI - manter as áreas próximas aos mobiliários e equipamentos do SENADO devidamente protegidas e limpas de sujidades ocasionadas pelo trânsito de operários e pelo serviço;

XLVII - proteger paredes, pisos, portas, móveis e objetos das áreas próximas à manutenção, utilizando lonas ou outros materiais adequados, se necessário;

XLVIII - recolocar, nos respectivos lugares, móveis e equipamentos quando removidos para a execução dos serviços;



SENADO FEDERAL

XLIX - disponibilizar ferramentas, equipamentos e materiais necessários a serem mantidos sob sua responsabilidade no SENADO, de forma a garantir a execução das atividades previstas neste contrato, edital e anexos;

L - retirar do SENADO todas as ferramentas, equipamentos e materiais de sua propriedade dentro do prazo de 7 (sete) dias após o término da vigência do contrato;

LI - providenciar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação da fiscalização, profissionais técnicos com maior experiência e/ou qualificação para sanar quaisquer dúvidas técnicas que não forem esclarecidas pelas equipes disponíveis no SENADO;

LII - criar um endereço eletrônico (*e-mail*) específico para recebimento e envio de comunicações oficiais, em até 5 (cinco) dias corridos após o início dos serviços.

a) A escolha do(s) provedor(es) do serviço será de responsabilidade única e exclusiva da Contratada, não se admitindo como justificativa para ausência de resposta à fiscalização a inoperância do serviço de correio eletrônico;

LIII - fornecer previamente ao SENADO a relação dos seus veículos que poderão ter acesso ao Complexo Arquitetônico do Senado Federal, para registro e autorização de entrada pela Secretaria de Polícia Legislativa, informando os respectivos dados de identificação (marca, modelo, cor, placa);

LIV - efetuar o pagamento aos funcionários de dedicação exclusiva ao SENADO preferencialmente nos seguintes prazos:

a) Salário até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços; e

b) Pagamento de custos devidos de alimentação e transportes antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável.

LV - prover suas equipes técnicas com todo o ferramental, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários à perfeita execução dos serviços;

LVI - determinar que seus funcionários utilizem todos os equipamentos (EPI e EPC) exigidos por regramento oficial, federal ou local, que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, obedecido o disposto na Norma Regulamentadora NR-18;

LVII - acompanhar direta e continuamente suas equipes de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs e EPCs, sujeitando-se à aplicação de penalidades contratuais em caso de não observância;



SENADO FEDERAL

LVIII - manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás fornecidos pela Polícia Legislativa do Senado Federal, providenciando a documentação necessária, bem como fotografia recente;

LIX - responsabilizar-se pela qualificação do pessoal que prestará os serviços;

LX - promover as adequações necessárias nos espaços do SENADO cedidos à empresa para desempenhar suas atividades, de modo a obter um ambiente funcional, seguro, limpo, confortável e ordenado para seus funcionários;

LXI - complementar ou refazer em até 7 (sete) dias corridos, sem ônus ao SENADO e sem prejuízo das penalidades contratuais aplicáveis, os serviços recusados pela fiscalização, em razão de desatendimento ao disposto neste contrato, edital e anexos, em normas técnicas ou documentos contratuais e correlatos, assim como ao bom padrão de acabamento e qualidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após a contratação, a CONTRATADA deverá apresentar o Responsável Técnico pelos serviços técnicos – Supervisor-Geral – com a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no conselho profissional responsável, em particular quanto à execução de serviços na área de manutenção predial e execução de serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho.

I - A ART ou RRT referente aos serviços deverá ser apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A qualificação dos funcionários deverá atender, no mínimo, às determinações contidas no Subanexo 2B – Caderno de Especificações Técnicas do edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A substituição de Responsável Técnico da CONTRATADA dependerá da aquiescência formal do SENADO quanto ao(à) substituto(a), que deverá possuir, no mínimo, as mesmas qualificações técnicas exigidas na habilitação da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO – No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas previstas neste contrato deverão ser preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual, conforme Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2014.

PARÁGRAFO QUINTO – Reservar no mínimo 2% (dois por cento) das vagas previstas neste contrato para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, atendida a qualificação profissional necessária, conforme Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2016, regulamentado pelo Ato da Diretoria-Geral nº 22, de 2016 (Anexo 15 do edital).

I - A identidade das trabalhadoras contratadas será mantida em sigilo pela CONTRATADA, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções.



SENADO FEDERAL

II - Após autorização do SENADO, a CONTRATADA selecionará, entre as indicadas em relação nominal a ser obtida de Conveniada do SENADO, o número necessário de trabalhadoras que atenda ao quantitativo previsto no parágrafo segundo desta cláusula.

- a) A CONTRATADA deverá formalizar, junto à Conveniada, a solicitação de fornecimento da relação nominal das mulheres em estado de vulnerabilidade, que atendam aos requisitos mínimos exigidos neste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após autorização do SENADO.
- b) A seleção deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento da relação nominal mencionada.
- c) A CONTRATADA ficará liberada desta obrigação, caso a Conveniada do SENADO não apresente a relação nominal no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da formalização prevista na alínea “a”.
- d) A Conveniada emitirá declaração de que a CONTRATADA realizou processo seletivo para o qual foram convidadas todas as mulheres constantes na relação, bem como informará a quantidade de mulheres contratadas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo previsto na alínea “b” acima.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de:

- I -** Eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;
- II -** Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O disposto no Parágrafo Sexto deve igualmente ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte;

- I -** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do SENADO, a Administração deverá efetuar o pagamento em observância às regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20__.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

I – Não haverá solicitação de folguistas, pelo SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, observado o disposto no §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – A CONTRATADA não poderá contratar para prestar os serviços objeto do presente contrato empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO que sejam ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, e no Decreto Federal nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO VIGESIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá supervisionar e coordenar os trabalhos das subcontratadas, quando houver, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberão ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

I - exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

II - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III - permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

IV - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;



SENADO FEDERAL

V - efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

VI - exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de instrução referido no parágrafo segundo desta cláusula somente terá início após a verificação, por parte do Gestor da avença, acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previsto no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n.



SENADO FEDERAL

13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, devendo o início da prestação dos serviços se dar no prazo indicado na Ordem de Serviço, a qual será emitida pelo SENADO em até **7 (sete) dias corridos** contados da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos serviços será realizada no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, inclusive Residências Oficiais, e áreas comuns do Congresso Nacional, localizado em Brasília – DF, observando o disposto no Anexo 2 do edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prestação dos serviços fora do horário ordinário estabelecido no Anexo 3 deverá ser previamente solicitada ou autorizada pelo Gestor deste contrato, desde que devidamente justificada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A jornada de trabalho dos profissionais referidos no Anexo 3 do edital poderá ser alterada de acordo com as necessidades do serviço e por solicitação do gestor.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme o disposto nos Subanexos 2B (Caderno de Especificações Técnicas), 2C (Diretrizes de Gestão e Fiscalização) e 2D (Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde) do edital.

PARÁGRAFO QUINTO – O Subanexo 2B – Caderno de Especificações Técnicas do Edital contém a lista mínima de ferramentas e instrumentos que devem estar disponíveis no âmbito do contrato bem como os insumos necessários à execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA não poderá deixar de executar nenhum serviço contratado por alegação de falta de ferramenta ou instrumento de trabalho.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os serviços serão recebidos mensalmente pela gestão do contrato



SENADO FEDERAL

após verificação do Relatório de Execução, conforme Subanexo 2C – Diretrizes de Gestão e Fiscalização do Edital.

PARÁGRAFO OITAVO – Para vícios construtivos decorrentes das atividades prestadas, o prazo de garantia dos serviços realizados será de 90 (noventa) dias contados de sua conclusão, mesmo que esse período de garantia ultrapasse o período de prestação dos serviços regularmente contratados. Em relação a defeitos construtivos, o prazo de garantia dos serviços realizados será de 5 (cinco) anos contados de sua conclusão, ainda que esse período de garantia ultrapasse o período de prestação dos serviços regularmente contratados.

PARÁGRAFO NONO – O prazo de garantia dos materiais utilizados será conforme determinado no Subanexo 2B – Caderno de Especificações Técnicas do edital.

I - O prazo para troca dos materiais sob garantia será de 3 (três) dias úteis após solicitação da fiscalização. Caso o prazo seja inexecutável, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal à fiscalização que inclua documentação do fornecedor/fabricante do material que comprove a inviabilidade do fornecimento no prazo estipulado e demais documentações técnicas pertinentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO – As comunicações deverão ser realizadas através do e-mail sinfra@senado.leg.br.

I - A CONTRATADA deverá se comunicar diretamente com os gestores do contrato, sempre por escrito.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Para materiais e serviços por demanda foram estabelecidos fatores de utilização (descritos no Subanexo 2B – Caderno de Especificações Técnicas do edital), os quais estabelecem tetos máximos de execução, em termos de valor global dessas rubricas.

I - A CONTRATADA só poderá faturar aquilo que for efetivamente utilizado. Assim, as estimativas das quantidades atuam como balizadores para fins de licitação e como limitadores para fins de execução contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA SEXTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Os serviços objeto deste contrato estarão sujeitos à aplicação de ajustes sobre a parcela relativa ao pagamento de mão de obra da equipe de dedicação exclusiva.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fim de garantir o bom andamento do contrato, para cada Ordem de Serviço (OS) será utilizado o indicador R, matematicamente expresso como a razão entre o



SENADO FEDERAL

tempo efetivamente empregado para finalizar um chamado e o tempo previsto (meta). As metas estão demonstradas na Tabela 1.

Tabela 1. Tipos de ocorrência e respectivos tempos meta

Classificação	Resposta	Finalização	Descrição da atividade
Crítico	1 hora	1 dia	Risco imediato a: segurança pessoal, continuidade dos serviços, integridade da edificação, meio ambiente.
Urgente	4 horas	2 dias	Risco imediato a: bem-estar pessoal, integridade de sistemas secundários da edificação.
Importante	8 horas	3 dias	Risco iminente: qualidade do ambiente de trabalho, integridade de sistemas menos importantes da edificação.
Rotineiro	48 horas	5 dias	Risco baixo: desenvolvimento dos trabalhos, integridade da edificação.
Planejada	72 horas	Conforme planejamento	Trabalho que requer planejamento e agendamento prévio. Multitarefas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – De acordo com a Tabela 2, a partir do valor de R calculado para cada OS, um número de pontos correspondentes à gravidade do não cumprimento da meta será computado. Para cada OS, o não cumprimento do tempo de resposta implica em um adicional de 0,5 pontos.

Tabela 2. Pontuação para ANS de acordo com o valor de R

Intervalo para o Valor de R	Pontos a serem computados por OS
$R \leq 1$	0
$1 < R \leq 1,5$	1
$1,5 < R \leq 2$	2
$R > 2$	3

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ao final do mês, o somatório de pontos relativo ao cumprimento ou não das metas de atendimento será apurado. De acordo com a Tabela 3, o valor da fatura mensal será pago parcialmente (de acordo com os percentuais lá estabelecidos).



SENADO FEDERAL

Tabela 3. Percentual da fatura mensal a ser pago

Somatório de pontos	Valor percentual a ser pago da fatura
6	100 %
7 – 21	92,7 %
21 – 30	85 %

PARÁGRAFO QUARTO – Na eventualidade de o somatório de pontos exceder 30 (trinta), aplicar-se-ão penalidades de acordo com a Tabela 2 da Cláusula Décima Quarta deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITOS EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS) e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os depósitos de que trata o *caput* serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores provisionados na forma do *caput* desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

- I-** parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;



SENADO FEDERAL

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração.

I - O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no *caput* desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I – A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os valores depositados em garantia serão remunerados nos termos do acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de R\$ _____ (_____), **correspondente a mão de obra**, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços (e ou fornecimentos) não executados ou executados de forma incompleta.

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA (ITEM 1)				
SUBITEM	CATEGORIAS	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO MENSAL (R\$)
1	Supervisor-Geral			
2	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado			
3	Ajudante de Marceneiro(a)			
4	Ajudante de Serralheiro(a)			
5	Lustrador(a) de Móveis			
6	Marceneiro(a)			
7	Serralheiro(a)			



SENADO FEDERAL

TOTAL MENSAL	
TOTAL (30 meses)	

TABELA 2 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS POR ITEM				
ITEM	CATEGORIAS	QUANTI- DADE	CUSTO ANUAL (R\$)	CUSTO PARA 30 MESES (R\$)
1	Equipe de Dedicção Exclusiva			
2	Serviços sob demanda			
3	Sistema de Ponto Eletrônico Biométrico			
4	Materiais de consumo			
5	Depreciação Ferramental			
TOTAL MENSAL				
TOTAL (30 meses)				

- I -** O pagamento correspondente à **Depreciação Ferramental (Item 5)** será efetuado mensalmente, conforme o disposto nas Planilhas constantes do Subanexo 2A do edital, apenas após o início da prestação do serviço a ele atribuído e enquanto ele estiver em pleno funcionamento, valendo, se necessário, o critério *pro rata die*.
- II -** O pagamento correspondente aos **Serviços sob demanda (Item 2)** e aos **Materiais de Consumo (Item 4)** será efetuado conforme o disposto nas Planilhas constantes do Subanexos 2A e 2B do edital e na proposta da CONTRATADA.
- III -** O pagamento correspondente ao **Sistema de Ponto Eletrônico Biométrico (Item 3)** será efetuado conforme o disposto nas Planilhas constantes do Subanexos 2A e 2B do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Antes de apresentar o faturamento mensal, a CONTRATADA deverá apresentar o Relatório de Execução, em observância aos modelos e às especificações definidas no Subanexo 2C do edital - Diretrizes de Gestão e Fiscalização, para conferência e aprovação.

- I -** O Relatório deve discriminar os serviços executados e os materiais utilizados (com indicativo da numeração dos itens em referência às Planilhas do Subanexo 2A do edital).
- II -** A documentação fiscal deve ser formalmente encaminhada por meio de documento digital, em formato PDF-A e assinado pela CONTRATADA com certificação digital da ICP-Brasil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Uma vez aprovado o Relatório de Execução, a CONTRATADA apresentará à Fiscalização documento fiscal correspondente ao faturamento do mês discriminando os serviços executados (com indicativo da numeração dos itens em referência às Planilhas do Subanexo 2A do edital).



SENADO FEDERAL

I – O prazo máximo para análise do Relatório de Execução é de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação do relatório à Fiscalização.

II – Após manifestação da Fiscalização, a CONTRATADA terá 7 (sete) dias corridos para apresentar uma nova versão, contados da data de comunicação efetuada pela Fiscalização.

III - A documentação fiscal deve ser formalmente encaminhada por meio de documento digital, em formato PDF-A e assinado pela CONTRATADA com certificação digital da ICP-Brasil.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de R\$ _____ (_____) e o valor total estimado é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XIII da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O primeiro documento fiscal a ser apresentado pela CONTRATADA terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços sob sua responsabilidade e o último dia do mês correspondente, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos serão efetuados mensalmente com prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do Parágrafo Oitavo, e à apresentação de (por meio de documento digital, em formato PDF-A e assinado pela Contratada com certificação digital da ICP-Brasil):

I - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes à remuneração mensal e, quando for o caso, de férias, do respectivo adicional e do 13º salário, conforme o caso, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

II - Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a



SENADO FEDERAL

Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

III - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

IV - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

V - tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

VI - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

VII - relatório de Execução, após aprovação, conforme Subanexo 2C do edital - Diretrizes de Gestão e Fiscalização);

VIII - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e

IX - apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sétima, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da referida Cláusula Sétima.

PARÁGRAFO OITAVO – Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação da gestão do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO NONO – Eventual irregularidade constatada na apresentação dos documentos elencados nos incisos do Parágrafo Sexto ensejará a suspensão do pagamento até que haja sua regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sem prejuízo da possibilidade de depósito dos valores em conta vinculada, pagamento direto aos trabalhadores, aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso IX da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista na Cláusula Décima Quarta.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Sexto, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Sexto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

É admitido o reajustamento dos valores que compõem os custos deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a ser contabilizado conforme os seguintes critérios:

I - repactuação do preço quanto aos custos referentes à mão de obra: a partir da data-base consignada no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa vigente na época da apresentação da proposta;

II - reajuste do preço quanto aos insumos, materiais e equipamentos: a partir da data da apresentação da proposta, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens correspondentes às despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos e materiais, constantes da Planilha de Composição de Custos que fundamenta a proposta da CONTRATADA e que não se refiram a obrigações decorrentes de norma coletiva de trabalho, decisão judicial ou disposição legal, serão reajustados com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção- INCC, após 12 (doze) meses contados da data de celebração do contrato, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada por meio de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do ‘fato da administração’ e do ‘fato do príncipe’, com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.

II – Os itens referentes à depreciação de ferramentas/equipamentos ou materiais de consumo, quando forem itens independentes na licitação, também serão reajustados na forma do caput do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O primeiro reajuste dos itens mencionados no Parágrafo Primeiro desta cláusula levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais para cada categoria profissional, observando-se, quanto ao termo inicial da anualidade, o disposto no inciso I do caput desta cláusula .

PARÁGRAFO QUARTO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida, aplicando-se, no que couber, o disposto no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos à mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO OITAVO - O SENADO não se vinculará às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

PARÁGRAFO NONO – Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Desde que acordado entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da Convenção Coletiva ou do Acordo Coletivo de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de trabalho relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A ausência de solicitação formal nas hipóteses previstas nos Parágrafos Décimo Primeiro e Décimo Terceiro desta cláusula configurará a renúncia, por parte da CONTRATADA, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO– A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O prazo para resposta aos pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA será de 90 (noventa) dias, prorrogável mediante comprovada justificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – O arredondamento de valores e preços deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010.

I – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 249316 e Natureza de Despesa 339037, 339039 e 339030, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº ____, de ____ de ____ de 20____.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 2,5 % (dois e meio por cento) do valor anual deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Sexto da Cláusula Oitava.

I – A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II – Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;

IV – obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.



SENADO FEDERAL

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por essa razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Anexo X do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;
- III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV** - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

- I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro desta Cláusula, a autoridade competente poderá:

I – aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o Senado Federal aplicará sanções, por infração, conforme os graus, as correspondências, as descrições e as incidências estabelecidas na Tabela 1 e na Tabela 2 a seguir:

Tabela 1 – Grau e Correspondência de cada Infração

Grau da infração	Correspondência
Leve	Advertência (na primeira infração)
	Multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por incidência (após a primeira infração)
Média	Multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por incidência
Grave	Multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por incidência
Muito grave	Multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por incidência



SENADO FEDERAL

Tabela 2 – Infrações

Item	Descrição	Grau	Incidência
1.	Deixar de apresentar as ARTs ou RRTs referentes aos serviços conforme previsto neste contrato sem justificativa aceita pela fiscalização.	Leve	Por ocorrência e por dia de atraso.
2.	Deixar de designar preposto(a) por escrito, indicando número de telefone e endereço de <i>e-mail</i> para contato direto conforme previsto neste contrato, sem justificativa aceita pela fiscalização.	Leve	Por dia de atraso.
3.	Deixar de fornecer previamente ao SENADO e manter atualizada durante toda a execução contratual relação contendo nome, categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de expediente e local de lotação, número do RG, data de expedição do RG e número do CPF de profissionais que terão acesso ao SENADO, conforme disposto neste contrato.	Leve	Por ocorrência.
4.	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada e as condições que ensejaram a contratação, durante toda a vigência do contrato.	Leve	Por ocorrência e por item.
5.	Deixar de readequar, sem justificativa aceita pela fiscalização, em até sete dias corridos, o Relatório de Execução, rejeitado pela fiscalização por descumprimento do disposto neste contrato.	Leve	Por ocorrência e por dia.
6.	Deixar de entregar tempestivamente esclarecimentos formais solicitados pela fiscalização ou demais áreas do SENADO, para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise do faturamento mensal.	Leve	Por ocorrência e por dia.
7.	Deixar de apresentar tempestivamente, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, inclusive quanto à rescisão do contrato de trabalho de funcionários(as) ocupantes de postos de serviço de dedicação exclusiva.	Leve	Por ocorrência e por dia.



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Grau	Incidência
8.	Deixar de criar e manter um endereço eletrônico (<i>e-mail</i>) específico para recebimento e envio de comunicações oficiais no prazo estabelecido no contrato, sem justificativa aceita pela fiscalização.	Leve	Por dia.
9.	Deixar de efetuar a limpeza dos locais de instalação e execução dos serviços, inclusive com a remoção, transporte e descarte de detritos, resíduos oleosos, lixas, estopas ou demais consumíveis utilizados pela CONTRATADA.	Leve	Por ocorrência e por dia.
10.	Deixar de fornecer uniforme a funcionários(as), conforme disposto neste contrato, no edital e seus anexos.	Leve	Por ocorrência e por funcionário
11.	Deixar de manter Sistema de Gerenciamento de Manutenção do SENADO devidamente atualizado.	Leve	Por ocorrência
12.	Deixar de substituir empregado(a) nos casos descritos neste contrato.	Leve	Por ocorrência e por dia.
13.	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato Responsável Técnico(a) pelos serviços, conforme previsto neste contrato.	Leve	Por dia.
14.	Deixar de disponibilizar no prazo estabelecido neste contrato, no edital e seus anexos ou de manter disponível o Sistema de Ponto Eletrônico Biométrico.	Leve	Por dia.
15.	Retirar funcionários de dedicação exclusiva durante o expediente, sem a anuência prévia da fiscalização.	Média	Por funcionário e por ocorrência.
16.	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de informar a necessidade de recomposição complementar.	Média	Por ocorrência.
17.	Manter funcionário(a) sem qualificação para a execução dos serviços, sem uniforme, sem crachá ou com conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho.	Média	Por empregado e por dia.



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Grau	Incidência
18.	Deixar de fornecer prontamente à sua equipe de profissionais ferramentas elétricas, mecânicas ou computacionais necessárias à execução dos serviços.	Média	Por ocorrência.
19.	Deixar de refazer serviço não aceito pela fiscalização por descumprimento do disposto neste contrato, no edital e seus anexos, normas técnicas ou em desacordo com o bom padrão de acabamento e qualidade, no prazo estabelecido em contrato, sem justificativa aceita pela fiscalização.	Média	Por ocorrência e por dia.
20.	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletivo (EPC), quando necessários, ou sem seguir os procedimentos de segurança apropriados.	Média	Por ocorrência.
21.	Deixar de iniciar, sem justificativa aceita pela fiscalização, a execução dos serviços na data estipulada neste contrato, no edital e seus anexos, conforme a respectiva Ordem de Serviço.	Grave	Por dia de atraso.
22.	Utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do contrato.	Grave	Por ocorrência.
23.	Utilizar os recursos previstos no contrato para fins diversos do objeto.	Grave	Por ocorrência.
24.	Incluir em relatório ou fatura/nota fiscal informação ou valor indevido, de modo a cobrar valor superior ao devido, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal dos(as) responsáveis.	Grave	Por ocorrência.
25.	Apresentar documento, declaração ou informação falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal dos responsáveis.	Grave	Por ocorrência.
26.	Deixar de cumprir determinações formais da fiscalização, inclusive para o fornecimento e atualização tempestivos de dados e informações, a execução de serviços entre outros, sem justificativa aceita pela fiscalização.	Grave	Por ocorrência.
27.	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário(a) da CONTRATADA ou a servidores e usuários(as) do SENADO.	Muito grave	Por ocorrência.



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Grau	Incidência
28.	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, sem autorização expressa do SENADO.	Leve	Por ocorrência.
29.	Deixar de atender à convocação da fiscalização para prestação de serviços em horário e dia extraordinários.	Média	Por funcionário(a) e por ocorrência.
30.	Deixar de substituir material não aceito pela fiscalização por descumprimento do disposto neste contrato, do edital e seus anexos, normas técnicas ou em desacordo com o padrão de acabamento e qualidade previstos pelo fabricante do material aplicado, no prazo estabelecido em contrato, sem justificativa aceita pela fiscalização.	Média	Por ocorrência e por dia.
31.	Empregar em serviço executado com materiais em desacordo com as especificações deste contrato, do edital e seus anexos, normas técnicas ou com o padrão de acabamento e qualidade previstos pelo fabricante do material aplicado.	Média	Por ocorrência.
32.	Deixar de substituir material no período de garantia.	Média	Por ocorrência.
33.	Contratar empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, de Senadores(as) e servidores(as) ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.	Muito Grave	Por ocorrência.

PARÁGRAFO SEXTO – O somatório das multas moratórias previstas nesta cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 10 % (dez por cento) do valor mensal do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.



SENADO FEDERAL

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A não apresentação da documentação prevista no inciso II do Parágrafo Sexto da Cláusula Oitava ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência, bem como à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto no inciso I do Parágrafo Quarto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Segunda sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O atraso no adimplemento de outras obrigações, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro desta Cláusula e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Caso a mora nas ocorrências dos Parágrafos Quinto e Décimo Primeiro seja superior a 30 (trinta dias), a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o Senado Federal;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



SENADO FEDERAL

VI - a não reincidência da infração;

VII - a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII - a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo terceiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

O SENADO poderá, nos termos da lei, autorizar a subcontratação parcial do objeto, objetivando o bom andamento do serviço, que deverá ser destinada exclusivamente a microempresas - ME ou empresas de pequeno porte - EPP, mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Capítulo XVII do edital e neste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A justificativa deve ser detalhada e conter no mínimo:

I - Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;

II - Cópia do Contrato Social da empresa;

III - Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a CONTRATADA zelar rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste contrato a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contratos e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente.

I – A CONTRATADA compromete-se a substituir a subcontratada, quando houver, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o SENADO, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela inicialmente subcontratada.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA tomará as providências cabíveis e responsabilizar-se-á pelo pleno atendimento, por parte das empresas subcontratadas, às determinações do Edital, do Contrato e documentos relacionados.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA deverá comprovar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens 13.1; letra “b” do subitem 13.3.2; 13.3.3, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir de comum acordo com o gestor, a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A subcontratação parcial do objeto será permitida até o limite de 7,08% (sete vírgula oito por cento) do valor total do contrato, apenas para as seguintes parcelas:

I - Serviços sob demanda (item A.2 das Planilhas do Subanexo 2A do Anexo 2 do edital);

II - Sistema de Ponto Eletrônico Biométrico (item A.3 das Planilhas do Subanexo 2A do Anexo 2 do edital).

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá supervisionar e coordenar os trabalhos das subcontratadas, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

PARÁGRAFO NONO - É vedada a subcontratação da totalidade dos serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO – A subcontratação não exime a responsabilidade técnica e legal da CONTRATADA, que será integralmente responsável pelos equipamentos, materiais ou serviços fornecidos ou prestados, pelos danos ou por quaisquer outros aspectos decorrentes da subcontratação, inclusive de ordem legal e trabalhista.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As despesas com frete serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não caracterizam subcontratação do objeto e não necessitam de prévia aprovação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – É vedado o repasse, com ônus para o SENADO, de auxílio-alimentação e vale-transporte para os subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

- I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II – consensual, por acordo entre as partes ; ou
- III – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 30 (trinta) meses consecutivos, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO QUARTO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/22 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Quarta deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXV da Cláusula Segunda e do Parágrafo Sexto da Cláusula Oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.



SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

Diretor da SADCON

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

Coordenador da COPLAC



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

ANEXO 8

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que esta empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____ possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa Nº/Ano do Contrato Valor total do contrato

Nome do órgão / empresa	Nº / ano do contrato	Objeto da contratação	Valor total do contrato	Link do contrato no portal de Transparência do órgão / empresa, se houver

Valor total dos Contratos _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;



SENADO FEDERAL

2. O licitante deverá informar **todos** os contratos vigentes



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

ANEXO 9

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do Capítulo XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____
Data de abertura:
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
e-mail:
Dados Bancários:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
Instrumento de outorga de poderes: (informar o tipo de documento)
Empresa beneficiária da desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011? () Não () Sim Indicar fundamentação legal (norma, artigo e inciso)
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não
Mão de Obra
AS LICITANTES DEVERÃO INSERIR AQUI AS PLANILHAS CONFORME O SUBANEXO 2A DO ANEXO 2 E ANEXOS 4 E 5 DO EDITAL

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total mensal e total global anual da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

ANEXO 10

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

MODELO DE AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS aos trabalhadores, concernentes a este contrato, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte desta Empresa, até o momento da regularização.

Autorizo também o CONTRATANTE a reter da fatura o valor da garantia contratual, na hipótese de não apresentação da garantia no prazo acordado.

EMPRESA:

CNPJ:

Representante

Cargo:



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025

ANEXO 11

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

**ACORDO ENTRE O MPU – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU -
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**

Acordo entre MPT e AGU impede a União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei nº. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária (art. 86 da Lei nº. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;



SENADO FEDERAL

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do *merchandise* é vedada pelo art. 3º da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO, embora laborem em situação fática idêntica à dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente aquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput, e 1º, III e IV, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de ser apurada a presença dos requisitos do art. 3º da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar política no sentido de: "8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores, velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo nº 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – serviços de limpeza;
- b) – serviços de conservação;
- c) – serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – serviços de recepção;
- e) – serviços de copeiragem;
- f) – serviços de reprografia;
- g) – serviços de telefonia;
- h) – serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;



SENADO FEDERAL

- i) – serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – serviços de auxiliar de escritório;
- k) – serviços de auxiliar administrativo;
- l) – serviços de office boy (contínuo);
- m) – serviços de digitação;
- n) – serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – serviços de ascensorista;
- q) – serviços de enfermagem; e
- r) – serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva) pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais.

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de



SENADO FEDERAL

serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juiz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.



SENADO FEDERAL

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO-GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS-FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO-MÁRIO LUIZ GUERREIRO

Subprocuradora-Regional da União-1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho – ANPT



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

ANEXO 12

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

ATO DA DIRETORIA-GERAL Nº 11, DE 2017

Institui os Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM nos Contratos de Terceirização de Mão de Obra no Senado Federal.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências conferidas pelo art. 252 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2015;

Considerando o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3205 de 2016 destinado a estudar e propor novas formas de contratação e pagamento nos processos de terceirização e mão de obra, RESOLVE:

Art. 1º Os editais de licitação e os contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Senado Federal deverão conter previsão de provisionamento de valores para o pagamento das férias, de 1/3 (um terço) constitucional das férias e 13º (décimo terceiro) salário, com seus respectivos depósitos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e encargos previdenciários; multa sobre FGTS, contribuição social e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da contratada, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

§ 1º As verbas mencionadas no caput deste artigo serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

§ 2º A última fatura apresentada pela contratada será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no caput deste artigo.

§ 3º Os depósitos de que trata o caput serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

§ 4º As quantias que serão retidas para o atendimento deste artigo serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da contratada.

§ 5º Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à contratada após a comprovação dos respectivos pagamentos.



SENADO FEDERAL

Art. 2º Os valores provisionados na forma do artigo 1º serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das verbas descritas no caput do art. 1º.

§ 1º A hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa, e com o mesmo objeto.

§ 2º Ocorrendo a situação prevista no § 1º, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração. O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

§ 3º Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III deste artigo.

§ 4º A contratada deverá apresentar à Administração solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no **caput** em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo Senado, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I - A contratada será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para quitação das referidas verbas;

II - Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da contratada, o Senado Federal não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à contratada efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do § 6º;

§ 5º O prazo previsto no § 4º não exime a contratada da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.



SENADO FEDERAL

§ 6º Na hipótese de inobservância do prazo previsto no § 4º, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a contratada quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao Senado Federal.

§ 7º Os valores provisionados serão liberados à contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o **caput** do artigo 1º.

§ 8º Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à contratada após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

§ 9º Quando, por decisão da Diretoria-Geral, não for possível a realização dos pagamentos diretamente aos trabalhadores pela própria Administração, os valores provisionados serão depositados em consignação na Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e FGTS.

Art. 3º O Senado Federal firmará Acordo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, cuja minuta constará anexa ao Edital, o qual determinará os termos para a implementação de DGBM, bem como as condições de sua movimentação.

Art. 4º O Acordo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades do objeto do contrato administrativo e aos procedimentos internos da Instituição Financeira.

Art. 5º A assinatura do contrato de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra entre o Senado Federal e a empresa vencedora do certame será realizada antes dos seguintes atos:

I - Solicitação do Senado Federal à Instituição Financeira, mediante ofício, de implementação de DGBM;

II - A assinatura, pela empresa a ser contratada, do ato da regularização do DGBM perante a Instituição Financeira, a qual implicará expressa outorga de poderes ao Senado Federal para:

a) ter acesso aos saldos e aos extratos;

b) efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias e de penalidades administrativas.

Art. 6º Os valores depositados em garantia serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira, sempre escolhido o de maior rentabilidade.



SENADO FEDERAL

Art. 7º O Senado Federal poderá negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para implementação e manutenção de DGBM.

§ 1º Os editais deverão informar aos proponentes que, em caso de cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

Art. 8º Compete à Diretoria Executiva de Contratações autorizar a movimentação dos valores depositados em garantia bloqueados para movimentação - DGBM.

Art. 9º Os DGBM serão adotados nos processos de licitação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra que forem autuados a partir da vigência desta norma.

Art. 10. A Administração promoverá novas licitações para suprir os objetos dos contratos em vigor, visando à implementação de DGBM, salvo hipótese de concordância das atuais contratadas com a adoção imediata do DGBM, nas prorrogações, repactuações ou aditivos dos contratos em curso, o que ocorrer primeiro.

§ 1º Em caso de concordância, conforme o caput deste artigo, os DGBM serão implementados nas prorrogações, repactuações ou aditivos que forem autuados a partir da vigência desta norma.

§ 2º Nos contratos em vigor, a adoção de DGBM poderá ser postergada por decisão fundamentada da Diretoria-Geral, desde que a próxima alteração contratual não exceda 180 (cento e oitenta) dias, contados da última alteração.

§ 3º A concordância da contratada implicará a obrigação de efetuar DGBM dos valores referentes à multa do FGTS e de outras verbas trabalhistas e previdenciárias já recebidas pela empresa e não pagas aos trabalhadores.

§ 4º A Diretoria-Geral poderá autorizar que os depósitos previstos no § 3º sejam parcelados em até 12 (doze) meses, mediante solicitação da empresa para compensação de seus créditos perante o Senado Federal.

Art. 11. Caberá à Comissão de Minutas-Padrão promover as alterações necessárias nos editais e nos contratos para a implementação de DGBM.

Art. 12. Poderá a Diretoria-Geral determinar a implementação do DGBM nos contratos em vigor ou em processos de contratação já autuados, bem como dispensar sua implementação nos contratos em vigor ou em novas contratações.

Art. 13. Revoga-se o Ato da Diretoria-Geral nº 2 de 2017.

Art. 14. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de março de 2017. Ilana Trombka, Diretora-Geral.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

ANEXO 13

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2022/0016

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SENADO FEDERAL E O BANCO BRASIL S/A, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO “DEPÓSITO EM GARANTIA”, VINCULADO A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SG/MP Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A **UNIÃO**, por intermédio do Senado Federal, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, inscrito no CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, **ILANA TROMBKA**, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e o **BANCO DO BRASIL S.A**, Agência 1607-1, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, estabelecido no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, Sala 601, Edifício Corporate Financial Center, CEP: 70.712-900, Brasília/DF, telefone: (61) 3104-5824/98157-3280, neste ato representado pelo seu Gerente-Geral, o Sr. **THIAGO AUGUSTO DIAS CARVALHO BRAZ**, Identidade nº 12926268, expedida pela SSP/MG, CPF nº 015.168.456-17, doravante denominado **BANCO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para gerenciamento de depósitos para Garantias de Contratos Administrativos, nos termos da Instrução Normativa SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores, por meio do denominado **DEPÓSITO EM GARANTIA**, e das demais normas pertinentes, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.



SENADO FEDERAL

3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
4. Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação – são depósitos efetuados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras a serem provisionados às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na forma da Instrução Normativa/SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.
5. Contratos – instrumento formalizador do vínculo entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e o Prestador de Serviços materializado pelo sistema do BANCO por um “Evento” o qual possibilita à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL a individualização dos depósitos e a gestão de cada contrato.
6. Evento - é a representação no sistema do BANCO do Contrato entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e o Prestador de Serviços, onde é abrigado o Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação.
7. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
8. Administração Pública Federal - Administração Direta e Indireta da União, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.
9. ID Depósito: é o número que identifica o pré-cadastramento do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação, que dará origem ao depósito após o envio dos recursos pelo depositante.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo BANCO, dos critérios para abertura de Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos de todos os “Eventos”, em conformidade com o Plano de Trabalho constante no anexo IX.

1. Os Contratos firmados entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e a empresa terceirizada serão albergados pelo Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
2. O Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação será destinado, exclusivamente, para recebimento dos recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.



SENADO FEDERAL

3. Os recursos depositados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL serão individualizados em Eventos específicos, abertas para cada contrato administrativo firmado com seus prestadores de serviços.
4. A movimentação ou encerramento do Depósito em Garantia se dará unicamente mediante ordem expressa da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e eventual saldo existente será debitado visando à destinação definida pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
5. Os recursos provisionados em Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação - serão corrigidos automaticamente, pelo BANCO, conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma *pro rata die*, ou outro índice que venha a substituí-lo.
6. A coleta e tratamento de dados da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL pelo BANCO se dará conforme cláusulas descritas no Anexo VIII do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, captação e movimentação dos recursos dar-se-á conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL firma o Contrato com o Prestador de serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, por meio do Ordenador de Despesas ou do servidor previamente designado por este, envia ao BANCO ofício, na forma do Anexo I do presente Termo, solicitando o cadastramento de Evento específico para acolhimento do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, que serão efetuados como provisionamento, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.
3. Após cadastramento do Evento, o BANCO encaminha à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL ofício na forma do Anexo II, solicitando o comparecimento do Prestador de Serviços para assinatura do contrato e entrega de documentação.
4. Após assinatura do contrato pelo Prestador de Serviços, o BANCO encaminha à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL ofício na forma do Anexo III do presente Termo informando os dados do Evento cadastrado.
5. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL gera o ID Depósito na internet no endereço <https://www.bb.com.br> ou o solicita à sua agência de relacionamento.
6. De posse do ID Depósito, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL envia ao BANCO Ordem Bancária para abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
 - 6.1) Após geração do primeiro ID Depósito, novos depósitos para um mesmo Evento podem ser realizados da seguinte forma:
 - 6.1.1) Para que os recursos sejam depositados no mesmo Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação (depósito em continuação): utilize o ID Depósito do primeiro depósito ou



SENADO FEDERAL

o número do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação para geração de novo ID Depósito;

6.1.2) Para que os recursos sejam depositados em Depósito em Garantia – bloqueados para movimentação distintos: gere um novo ID Depósito para cada depósito utilizando a opção “primeiro depósito”.

7. O BANCO recebe a Ordem Bancária transmitida via arquivo pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e efetua a abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

8. O BANCO envia à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL arquivo retorno em leiaute específico, contendo o número do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.

9. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, por meio do Ordenador de despesa ou do servidor previamente designado por este, solicita ao BANCO a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Termo.

10. O BANCO acata solicitação de movimentação financeira efetuada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Termo.

11. O BANCO disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do BANCO, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o BANCO, para amparar a utilização do aplicativo Autoatendimento Setor Público para consulta dos saldos/extratos pela internet.

2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, servidores para os quais o BANCO concederá acesso aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento, com poderes para efetuarem consultas aos saldos e extratos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

3. Remeter ofícios à Agência do BANCO, solicitando o cadastramento do Evento que abrigará o Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

4. Remeter ao BANCO arquivos de Ordem Bancária em leiaute específico, para a abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.

5. Remeter ofícios à Agência do BANCO, solicitando a movimentação de recursos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação diretamente para a conta do Prestador de Serviços.



SENADO FEDERAL

6. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, orientando-o a comparecer à Agência do BANCO, para providenciar entrega de documentos e assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável.
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo BANCO.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
13. Comunicar tempestivamente ao BANCO qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do BANCO possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Autoatendimento.
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do BANCO.
16. Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUINTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

Ao BANCO compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.



SENADO FEDERAL

2. Gerar e fornecer chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo BANCO, por intermédio dos sistemas de Autoatendimento ou por outro meio de comunicação utilizado pelo BANCO.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Termo.
5. Processar os arquivos remetidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL destinados a abrir Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
6. Gerar e encaminhar via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado da abertura do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação.
7. Efetuar a movimentação do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação diretamente para a conta do Prestador de Serviços, de acordo com o solicitado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
8. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Termo.
9. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

Parágrafo Único: Não caberá ao BANCO qualquer responsabilidade além daquelas expressamente delimitadas neste Termo, ficando desde já ajustado que o BANCO não tem ingerência no processo de contratação administrativa de interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e que não decorrerão para o BANCO quaisquer obrigações que não estejam previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará por 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA OITAVA DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo de Aditamento, celebrado entre os Partícipes, passando esse termo a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal de Brasília-DF.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Brasília, ____ de _____ de 2022.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

THIAGO AUGUSTO DIAS CARVALHO BRAZ
BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA 1607-1



SENADO FEDERAL

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

ANEXO 14

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

**AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEPÓSITOS
EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO - DGBM**

AUTORIZAÇÃO

Em cumprimento ao Ato da Diretoria-Geral do Senado Federal nº 11, de 2017⁷, do qual tomei conhecimento, **AUTORIZO** a União, representada pelo Senado Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, situado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, a utilizar os Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM, para provisionar os valores para pagamento das férias, de 1/3 constitucional de férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários, multa sobre o Fundo de Garantia (FGTS), e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores encarregados da execução do objeto do Contrato nº ____/____, as quais serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente a esta CONTRATADA.

Estou ciente de que os depósitos acima citados serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, no mesmo percentual constante da minha proposta, conforme previsto na norma referenciada.

Autorizo também o Senado Federal a ter acesso aos saldos e aos extratos relativos aos valores do DGBM, bem como a efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias, e, nas condições contratuais, de penalidades administrativas, por meio do saldo existente no DGBM.

EMPRESA:

⁷ Anexo __ do edital do Pregão Eletrônico nº ____/____



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025.

(Processo n.º 00200.010217/2024-57)

ANEXO 15

ATO DA DIRETORIA GERAL N.º 22, DE 2016

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares conferidas pelo Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal n.º 20 de 2015, e

CONSIDERANDO o Ato da Comissão Diretora n.º 4 de 2016, que instituiu o Programa de Assistência a Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar;

CONSIDERANDO o art. 3º do ATC n.º 4/2016, que incumbiu à Diretoria-Geral do Senado Federal estabelecer os procedimentos para cumprimento do disposto no ato, inclusive quanto à formalização de parcerias com instituições públicas, **RESOLVE:**

Art. 1º Para cumprimento do disposto no Ato da Comissão Diretora n.º 4 de 2016, o Senado Federal estabelecerá acordo de cooperação com entidade pública responsável pela política de atenção a mulheres vítimas de violência.

Parágrafo único. Incluem-se no conceito de entidade pública, para os fins deste Ato, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que sejam qualificadas pelo Poder Público como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Organizações Sociais (OS).

Art. 2º O órgão mencionado do artigo 1º será responsável por elaborar relação nominal de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que atendam aos requisitos profissionais necessários para o exercício da atividade objeto de contrato firmado pelo Senado Federal para prestação de serviços continuados e terceirizados.

Art. 3º Após a homologação da licitação, a empresa declarada vencedora do certame deverá entrar em contato com a entidade pública a que se refere o art. 1º deste Ato para obter a relação nominal de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, devendo selecionar, entre as indicadas, o número necessário de trabalhadoras que atenda ao quantitativo previsto no §1º do art. 1º do Ato da Comissão Diretora n.º 4 de 2016.

Parágrafo único. No caso de contratação direta, a empresa deverá adotar as providências referidas no caput do art. 3º deste Ato tão logo seja convocada para assinatura do instrumento contratual.

Art. 4º Realizada a seleção e mediante prova da contratação, o órgão mencionado no art. 1º emitirá declaração de que a empresa cumpre a obrigação contratual de que trata o §1º do art. 1º do Ato da Comissão Diretora n.º 4 de 2016.



SENADO FEDERAL

Parágrafo único. Diante da impossibilidade de contratação de mulheres de acordo com o quantitativo previsto no §1º do art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016, a entidade pública de que trata o art. 1º deste Ato formalizará o fato em documento, considerando-se cumprida a obrigação.

Art. 5º Se, ao longo da execução contratual, a empresa deixar de cumprir a obrigação pela vacância de posto de trabalho reservado para pessoa contratada com base nessa política, o órgão comunicará ao Senado Federal, que notificará a contratada para que providencie, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, nova seleção de pessoal objetivando a adequação ao quantitativo previsto no §1º do art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016.

Art. 6º A empresa deverá manter sigilo quanto à identificação de quais de suas empregadas foram contratadas com fundamento no Ato da Comissão Diretora nº 4 de 2016, somente podendo comunicar ao Senado Federal a situação em estrita necessidade de defender-se quanto ao descumprimento da obrigação contratual.

Art. 7º O acordo de cooperação mencionado no art. 1º estabelecerá os procedimentos e prazos a serem adotados pelas partes para sua operacionalização.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de novembro de 2016. Ilana Trombka, Diretora-Geral.

Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 6135, seção nº 2, de 17 de novembro de 2016, p. 1



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

ANEXO 16

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 8, DE 2018

Dispõe sobre o procedimento para instrução preliminar de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi conferida pelo art. 138, § 2º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 58, de 1972, e consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018,

Considerando a proteção dos direitos fundamentais à dignidade da pessoa humana, previstos nos incisos III e IV do art. 1º; e nos incisos II, III e X do art. 5º; e dos direitos sociais trabalhistas, previstos nos incisos I e XXII do art. 7º; todos da Constituição Federal;

Considerando a adesão do Senado Federal ao Programa do Governo Federal Pró-Equidade de Gênero e Raça, que inclui o objetivo de criação de mecanismos de combate às práticas de desigualdade e discriminações e à ocorrência de assédio moral e sexual, com a criação do Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça do Senado Federal, nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 7.227, de 2011, e a criação do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, nos termos das Portarias da Diretoria-Geral nº 2511, de 2015, e nº 3083, de 2017;

Considerando o dever funcional de comunicação e de apuração de irregularidades no serviço público, insculpidos no inciso VI do art. 116 e art. 143, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal;

Considerando a Carta de Compromissos do Senado Federal, constante do Anexo do Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2015, em especial o compromisso com a igualdade e com a qualidade de vida dos colaboradores;

Considerando o Ato da Diretoria-Geral nº 19, de 2014, que institui a Política de Qualidade de Vida no Trabalho do Senado Federal e se compromete com a diretriz de promover relações harmoniosas no meio ambiente de trabalho; e

Considerando o impacto prejudicial do assédio moral e sexual no meio ambiente de trabalho para a saúde dos trabalhadores e para a instituição, com o possível aumento dos índices de absenteísmo, queda de produtividade, prejuízo para o clima organizacional e degradação da imagem institucional perante a sociedade, **RESOLVE:**



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Ato dispõe sobre o procedimento para apuração de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

Art. 2º Para os fins deste Ato, consideram-se:

I - instrução preliminar: apuração de caráter meramente investigativo e sigiloso, que servirá de subsídio para eventual instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar, ou procedimento trabalhista cabível;

II - trabalho: exercício regular das atribuições previstas em lei, resoluções e atos normativos, contratos administrativos, ou instrumentos congêneres, do Senado Federal;

III - meio ambiente de trabalho: local onde ocorrem o convívio entre os trabalhadores, e se realiza a prestação dos serviços internos e externos decorrentes das atribuições descritas no inciso anterior;

IV - trabalhador: servidor efetivo ou comissionado, terceirizado, estagiário, jovem aprendiz, e colaborador eventual;

V - ofendido: trabalhador que sofre ou tenha sofrido assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho;

VI - comunicante: qualquer pessoa que tenha conhecimento direto ou indireto de fato considerado assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal;

VII - denunciante: qualquer pessoa que registra a ocorrência de fato considerado assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

CAPÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL

Art. 3º Qualquer pessoa, devidamente identificada, comunicará fato considerado assédio moral ou sexual de que tenha conhecimento, praticado no meio ambiente de trabalho do Senado Federal, perante o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT), para exercício das atribuições delineadas na alínea "c" do inciso XII do § 2º do art. 221 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Parágrafo único. As comunicações de que trata o caput terão seu acesso restrito e serão tratadas como sigilosas, preservada a identidade do comunicante, inclusive em face do ofendido e do suposto ofensor, nos termos do art. 28 do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, e dos arts. 6º e 31 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 4º Caso a comunicação não seja formalizada pelo próprio ofendido, o SESOQVT entrará em contato para dar-lhe ciência e disponibilizar acolhimento, acompanhamento e orientações sobre a prática de assédio moral ou sexual e sobre o procedimento de apuração dos fatos.



SENADO FEDERAL

§ 1º Os psicólogos e assistentes sociais estão dispensados do dever de comunicação, nos termos do inciso VI do art. 116 e art. 143, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, em observância ao dever de sigilo profissional previsto, respectivamente, no art. 9º da Resolução nº 10, de 2005, do Conselho Federal de Psicologia, e no art. 17 da Lei nº 8.662, de 1993.

§ 2º O SESOQVT poderá orientar o comunicante e o ofendido a formalizar a denúncia prevista no art. 5º deste Ato.

§ 3º O SESOQVT fará o registro de todas as comunicações para fins estatísticos, respeitado o sigilo em relação aos trabalhadores envolvidos.

§ 4º O ofendido, mediante expressa manifestação de vontade, poderá receber acompanhamento psicológico pelo SESOQVT.

§ 5º Havendo concordância dos trabalhadores envolvidos, poderão ser realizadas sessões de mediação de conflitos pelo SESOQVT.

CAPÍTULO III

DA DENÚNCIA DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL

Art. 5º Qualquer pessoa, devidamente identificada, poderá registrar denúncia de ocorrência de fato considerado assédio moral ou sexual praticado no meio ambiente de trabalho do Senado Federal perante a Secretaria de Polícia (SPOL).

§ 1º Formalizada a denúncia de fato tipificado como infração de ação penal pública incondicionada, será imediatamente instaurado inquérito policial para apuração nos limites da competência regulamentar da Secretaria de Polícia ou encaminhada a denúncia para a autoridade competente.

§ 2º As denúncias de que trata o caput terão seu acesso restrito e serão tratadas como sigilosas, nos termos do art. 28 do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, e dos arts. 6º e 31 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 6º Havendo ou não tipificação penal do fato denunciado, o Diretor da SPOL encaminhará cópia da denúncia à Diretoria-Geral para autuar processo administrativo para proceder à instrução preliminar, nos termos do § 2º do art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Parágrafo único. Caso o fato denunciado como assédio moral ou sexual não tenha sido comunicado ao SESOQVT, a Diretoria-Geral encaminhará os autos administrativos àquela unidade técnica para os fins do art. 4º deste Ato.

CAPÍTULO IV

DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL



SENADO FEDERAL

Art. 7º Recebida a denúncia descrita no art. 5º deste Ato, o Diretor-Geral poderá adotar medidas administrativas acautelatórias em relação ao ofendido, para assegurar a efetividade da instrução preliminar prevista no § 1º do art. 138 do Regulamento Administrativo, ou para preservar a higidez do ambiente de trabalho ou de aprendizagem.

§ 1º Constituem medidas administrativas acautelatórias:

I - manutenção no exercício de função comissionada ou cargo em comissão durante a instrução preliminar;

II - alteração de lotação;

III - alteração do cumprimento da jornada de trabalho;

IV - solicitação à empresa contratada, e aos órgãos e entidades parceiros, para alteração de lotação ou do horário de cumprimento da jornada de trabalho do terceirizado, estagiário, ou jovem aprendiz, durante a instrução preliminar;

V - encaminhamento para sessões de mediação de conflito, nos termos do § 5º do art. 4º deste Ato.

§ 2º Caso um dos trabalhadores envolvidos esteja lotado em gabinete parlamentar, a aplicação das medidas de que trata o § 1º será decidida pelo Primeiro-Secretário.

§ 3º A autoridade competente para adotar as medidas administrativas acautelatórias poderá alterá-las ou revogá-las, de ofício ou mediante provocação dos interessados.

Art. 8º Durante a instrução preliminar, o trabalhador a quem se imputa a prática de assédio moral ou sexual deverá ser notificado para prestar esclarecimentos no prazo de dez dias. Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput se a instrução preliminar for arquivada liminarmente por não estarem presentes indícios mínimos de ocorrência de assédio moral ou sexual.

Art. 9º Independente da adoção de medidas administrativas acautelatórias, havendo indícios da prática de assédio moral ou sexual por servidor, a instrução preliminar será encaminhada à autoridade competente para apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos do § 2º do art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 10. Ao término da instrução preliminar, ausentes indícios da prática de assédio moral ou sexual, o processo será arquivado e eventuais medidas acautelatórias serão revogadas pela autoridade competente.

Art. 11. Constatada a má-fé do comunicante ou do denunciante, será apurada a sua responsabilidade administrativa e criminal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



SENADO FEDERAL

Art. 12. O disposto neste Ato aplica-se aos contratos e convênios administrativos firmados pelo Senado Federal, bem como outros ajustes congêneres, inclusive no âmbito dos Programas de Estágio e do Jovem Aprendiz, respeitada a legislação aplicável e os limites dos contratos administrativos.

§ 1º As empresas contratadas, órgãos e entidades parceiros serão incentivados a adotar em suas relações com o Senado boas práticas e medidas legais de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual que envolvam seus empregados ou representantes.

§ 2º As minutas-padrão de editais de licitação, contratos, convênios e demais ajustes administrativos a serem utilizados pelo Senado Federal conterão cláusula de observância às práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata este Ato.

§ 3º Os contratos e convênios administrativos, bem como outros ajustes congêneres em vigor serão objeto de aditamento para a inclusão do disposto neste artigo, em caso de concordância dos pactuantes.

§ 4º Caso um dos trabalhadores envolvidos seja terceirizado, será comunicado o fato considerado assédio moral ou sexual à empresa contratada, e aos órgãos e entidades parceiros, para aplicação das medidas que julgarem cabíveis nos termos contratuais e da legislação trabalhista.

Art. 13. O SESOQVT elaborará relatórios anuais com as estatísticas de comunicação e denúncia de assédio moral ou sexual no Senado Federal, respeitado o sigilo dos envolvidos, e proporá ações de prevenção visando garantir um meio ambiente de trabalho livre de violência. Parágrafo único. O relatório mencionado no caput deverá ser remetido, até o último dia útil do mês de janeiro, à Diretoria-Geral e ao Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça.

Art. 14. Compete à Diretoria-Geral, em articulação com as unidades competentes, promover ações permanentes de prevenção à prática de assédio moral ou sexual no trabalho.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2018. Senador José Pimentel, Primeiro-Secretário.

Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 6664, seção nº 2, de 27 de dezembro de 2018, p. 1.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025

ANEXO 17

(Processo nº 00200.010217/2024-57)

MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Titular: _____, brasileiro____, RG____, CPF_____.

Substituto(s): _____, brasileiro____, RG____, CPF_____.

A empresa _____, sediada/filial na [endereço], Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], neste ato representada por seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, nomeia e constitui como seus Prepostos os funcionários, acima qualificados, para bem representá-la perante o Senado Federal no âmbito do Contrato nº ____/20____, durante todo o período de vigência contratual e prorrogações legais, se houver.

Nos eventuais impedimentos ou ausências do Preposto Titular, a representação será realizada pelo(s) Preposto(s) Substituto(s).

Os Prepostos acima designados têm poderes bastantes e suficientes para receber e enviar – sempre por escrito – comunicações, notificações, reclamações e outros documentos, reportar-se à Fiscalização do Contrato sempre que necessário, debater assuntos administrativos e contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos, recorrer de qualquer instância administrativa, entregar documentos, requerer informações e providências, formular solicitações, registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade dos ocupantes dos postos de trabalho e orientá-los no que couber, providenciar os livros de ocorrências e mantê-los permanentemente atualizados, requer internamente à empresa a adoção das providências que se façam necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas, podendo enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, pleno e perfeito desempenho da presente designação.

Brasília-DF, ____ de ____ de 20____.

Diretor-Presidente da empresa